

Estudos atuais em Psicologia e Sociedade

Volume 1

CONSELHO EDITORIAL



Alexandre G. M. F. de Moraes Bahia
André Luís Vieira Elói
Antonino Manuel de Almeida Pereira
Antônio Miguel Simões Caceiro
Bruno Camilloto Arantes
Bruno de Almeida Oliveira
Bruno Valverde Chahaira
Catarina Raposo Dias Carneiro
Christiane Costa Assis
Cíntia Borges Ferreira Leal
Eduardo Siqueira Costa Neto
Elias Rocha Gonçalves
Evandro Marcelo dos Santos
Everaldo dos Santos Mendes
Fabiani Gai Frantz
Flávia Siqueira Cambraia
Frederico Menezes Breyner
Frederico Perini Muniz
Giuliano Carlo Rainatto
Helena Maria Ferreira
Izabel Rigo Portocarrero
Jamil Alexandre Ayach Anache
Jean George Farias do Nascimento
Jorge Douglas Price
José Carlos Trinca Zanetti
Jose Luiz Quadros de Magalhães
Josiel de Alencar Guedes
Juvencio Borges Silva
Konradin Metze
Laura Dutra de Abreu
Leonardo Avelar Guimarães
Lidiane Mauricio dos Reis

Ligia Barroso Fabri
Livia Malacarne Pinheiro Rosalem
Luciana Molina Queiroz
Luiz Carlos de Souza Auricchio
Marcelo Campos Galuppo
Marcos André Moura Dias
Marcos Antonio Tedeschi
Marcos Pereira dos Santos
Marcos Vinício Chein Feres
Maria Walkiria de Faro C Guedes Cabral
Marilene Gomes Durães
Mateus de Moura Ferreira
Milena de Cássia Rocha
Mortimer N. S. Sellers
Nígela Rodrigues Carvalho
Paula Ferreira Franco
Pilar Coutinho
Rafael Alem Mello Ferreira
Rafael Vieira Figueiredo Sapucaia
Rayane Araújo
Regilson Maciel Borges
Régis Willyan da Silva Andrade
Renata Furtado de Barros
Renildo Rossi Junior
Rita de Cássia Padula Alves Vieira
Robson Jorge de Araújo
Rogério Luiz Nery da Silva
Romeu Paulo Martins Silva
Ronaldo de Oliveira Batista
Vanessa Pelerigo
Vitor Amaral Medrado
Wagner de Jesus Pinto

ESTUDOS ATUAIS EM PSICOLOGIA E SOCIEDADE

DENISE PEREIRA ALVES DE SENA
ORGANIZADORA

AUTORES

Adiel De Farias Manzotti
Adriana da Silva Chaves
Alexandra Magna Rodrigues
Ana Julia Pereira Borges
Anna Maria Lunardi Padilha
Carla Cristina Coutinho Garcia
Carlos Roberto Lessa de Siqueira
Denise Pereira Alves de Sena
Diego Alves Fernandes
Helimari Palmeira Silva Fernandes
Karina Brito da Silva

Layane Fernandes Silva
Luciana Kind do Nascimento
Luísa Ladeira Mamari
Maria Aparecida Penso
Maria Cristina Milanez Werner
Marilza Terezinha Soares de Souza
Mikaelly Gallerani Pacheco
Priscila Giampaoli Klein
Ryan Max de Araujo de Castro
Samara Oliveira Santana da Cunha
Tânia Cristina Silva Barbieri
Vittória Thiengo Silveira Moreira Rego



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2022 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2022 by Denise Pereira Alves de Sena (Org.)



 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores-chefes

Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Leticia Machado

Controle de Qualidade

Marina Itano

Capa

Gabriele Oliveira

Diagramação

Gabriele Oliveira

Preparação de Texto

Lucas Ben
Suzana Itano
Anna Moraes

Revisão

Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Letícia Machado
Ludmila Vieira
Larissa Teixeira

Estagiária

Laís Silva Cordeiro



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82a

Estudos atuais em Psicologia e Sociedade : Volume 1 / organização Denise Pereira Alves de Sena. – São Paulo : Editora Dialética, 2022.
200 p. = (v. I)

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-252-4172-2

1. Psicologia. 2. Sociedade. 3. Ciências Sociais. I. Sena, Denise Pereira Alves de (org.). II. Título.

CDD 150:300
CDU 159.9:30

APRESENTAÇÃO

Pensar em ‘estudos atuais’ em psicologia nos provoca a visitar o seu surgimento. Desde 1879, com a criação do Instituto de Psicologia na Universidade de Leipzig - Alemanha, o campo de pesquisa e estudo em psicologia vem se ampliando, construindo uma ciência para além da definição de seu ‘pai’ Wilhelm Wundt, que a considerava uma ciência empírica da mente, sendo seu objeto de estudo a experiência interna ou imediata (sensações), sentimentos ou afetos. Os estudos atuais em psicologia foram dilatados e a complexidade humana foi contemplada em outros aspectos como comportamento, relações humanas, tratamentos de saúde, sociedade, área organizacional, educacional, jurídica, esportista e hospitalar, sempre objetivando a qualidade de vida do sujeito. No Brasil, seu surgimento como graduação ocorreu apenas em 1950.

Nesta obra, composta por nove capítulos, é possível visitar algumas áreas onde a psicologia atua. Escolhi organizá-lo em três categorias, a saber: desenvolvimento humano, área organizacional e atuação do psicólogo. É importante destacar que minha intenção é a de provocar sua curiosidade por meio dos comentários sobre os capítulos, a seguir.

Contemplando o tema ‘desenvolvimento humano’ temos quatro capítulos. No capítulo sob o título *‘Adolescência e suas três fases de luto: uma preparação para a vida adulta’* os autores provocam para a reflexão desta importante fase de transformação no desenvolvimento humano por meio de pesquisa bibliográfica, buscando identificar meios de passar por esta etapa de forma mais tranquila, diminuindo os possíveis traumas. Já no capítulo que trata sobre as *‘Contribuições para elaboração de protocolo neuropsicológico em casos de declínio cognitivo subjetivo: uma revisão sistemática’*, os autores utilizaram-se de 22 ensaios clínicos, e propuseram um protocolo para avaliação neuropsicológica, para pacientes idosos em contextos hospitalares e clínicos. O capítulo sob o título *‘Discurso político polarizado e seus efeitos nos modos de subjetivação dos jovens no Brasil’* discute os efeitos do discurso político polarizado nas

subjetividades dos jovens. Aqui os autores utilizaram Michel Foucault para problematizar a animosidade social, acerca da política brasileira, que acomete o país desde 2013. E o capítulo *‘Egressos do sistema prisional: vivências anteriores e posteriores à privação de liberdade’* trata de um estudo de caso de um egresso do sistema prisional, que trabalhava em uma cooperativa de reciclagem de madeira. Por meio de entrevista, duas categorias foram construídas: uma referente às relações familiares e a outra sobre os processos de exclusão e estigmatização.

Na categoria ‘área organizacional’ temos os seguintes capítulos: *“Indústria 4.0 e a consultoria organizacional: os desafios de atuação do psicólogo neste contexto”* as autoras destacam dois aspectos a serem considerados (1) aqueles ligados aos cuidados com a saúde mental dos sujeitos das organizações e (2) questões relacionadas a ética e disposição do trabalho do psicólogo frente ao contexto organizacional onde a tecnologia é privilegiada. No capítulo *‘O sofrimento no trabalho e a qualidade de vida no trabalho para servidores públicos: trabalho, sofrimento e QVT para servidores’*, os autores, por meio de pesquisa qualitativa, objetivaram identificar a relação atribuída ao sofrimento na realização do trabalho e a QVT por servidores federais, considerando a perspectiva da psicodinâmica do trabalho. E no capítulo *‘A cigarra e a formiga contemporâneas’* a autora destaca a importância, bem como as consequências, de a atividade laboral tornar-se central e organizadora na vida dos sujeitos.

Já a categoria ‘atuação do psicólogo’ temos: *‘Desafios e caminhos para os psicólogos no mundo do trabalho contemporâneo’*, onde os autores buscaram compreender tais desafios por meio de revisão integrativa da literatura, de natureza descritiva, por meio de livros e artigos, virtuais, do período de 1950 a 2021. Entre outras conclusões eles convidam os psicólogos a construir uma visão crítica, de estudos continuados, considerando o contexto brasileiro na elaboração de suas estratégias de atuação nas organizações. No capítulo *‘Orientações para o atendimento psicológico a pessoas transgênero’* as autoras realizam levantamento junto aos sites dos Conselhos Regionais de Psicologia, Conselho Federal de Psicologia e Ministério da Saúde, dos materiais técnicos que orientem os profissionais a atuarem de forma adequada e ética quanto a demanda da transexualidade. Na conclusão destes dois capítulos os autores con-

cordam sobre a necessidade da atualização do currículo da graduação em psicologia nas universidades, desde a psicologia organizacional até a sexualidade humana. A defasagem acadêmica no curso de psicologia é evidente. A academia não acompanhou a complexidade humana.

Livro que interessa pessoas das áreas da psicologia, assistência social, administração, pedagogia, sociologia, filosofia entre outras. Leituras atuais e envolventes que provocarão sua reflexão. Divirta-se.

Denise Sena

SUMÁRIO

ADOLESCÊNCIA E SUAS TRÊS FASES DE LUTO: UMA PREPARAÇÃO PARA A VIDA ADULTA

Adiel De Farias Manzotti

Carla Cristina Coutinho Garcia

Adriana da Silva Chaves

DOI 10.48021/978-65-252-4172-2-C1

13

CONTRIBUIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROTOCOLO NEUROPSICOLÓGICO EM CASOS DE DECLÍNIO COGNITIVO SUBJETIVO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Priscila Giampaoli Klein

DOI 10.48021/978-65-252-4172-2-C2

23

DISCURSO POLÍTICO POLARIZADO E SEUS EFEITOS NOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS JOVENS NO BRASIL

Diego Alves Fernandes

Luciana Kind do Nascimento

DOI 10.48021/978-65-252-4172-2-C3

41

EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL: VIVÊNCIAS ANTERIORES E POSTERIORES À PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Mikaelly Gallerani Pacheco

Layane Fernandes Silva

Maria Aparecida Penso

DOI 10.48021/978-65-252-4172-2-C4

67

INDÚSTRIA 4.0 E A CONSULTORIA ORGANIZACIONAL: OS DESAFIOS DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NESSE CONTEXTO

Ana Julia Pereira Borges

Helimari Palmeira Silva Fernandes

Tânia Cristina Silva Barbieri

DOI 10.48021/978-65-252-4172-2-C5

91

O SOFRIMENTO NO TRABALHO E A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO PARA SERVIDORES PÚBLICOS: TRABALHO, SOFRIMENTO E QVT PARA SERVIDORES

Carlos Roberto Lessa de Siqueira

Alexandra Magna Rodrigues

Marilza Terezinha Soares de Souza

DOI 10.48021/978-65-252-4172-2-C6

117

“A CIGARRA E A FORMIGA” CONTEMPORÂNEAS

Karina Brito da Silva

DOI 10.48021/978-65-252-4172-2-C7

147

DESAFIOS E CAMINHOS PARA OS PSICÓLOGOS NO MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Luísa Ladeira Mamari

Ryan Max de Araujo de Castro

Samara Oliveira Santana da Cunha

Vittória Thiengo Silveira Moreira Rego

DOI 10.48021/978-65-252-4172-2-C8

161

ORIENTAÇÕES PARA O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A PESSOAS TRANSGÊNERO

Denise Pereira Alves de Sena

Maria Cristina Milanez Werner

Anna Maria Lunardi Padilha

DOI 10.48021/978-65-252-4172-2-C9

177

ADOLESCÊNCIA E SUAS TRÊS FASES DE LUTO: UMA PREPARAÇÃO PARA A VIDA ADULTA

Adiel De Farias Manzotti

Mestrado em Psicologia Educacional
adielmanzotti@gmail.com

Carla Cristina Coutinho Garcia

Especialista em Gestão de Saúde e Educacional
carlacougar@gmail.com

Adriana da Silva Chaves

Especialista em Psicopedagogia
adriana.educacional@gmail.com

RESUMO: A adolescência é uma fase importante pelo qual passa cada indivíduo, e esta fase é marcada por diversas mudanças que refletem não apenas o desenvolvimento biológico do ser humano, mas também a sociedade na qual está inserido. Deste modo, o presente trabalho tem por objetivo promover uma reflexão acerca do modo como ocorre os três lutos presentes na adolescência apontados por Arminda Aberastury e Mauricio Knobel, além disso, procurou-se entender de que maneira estes três lutos influenciam no desenvolvimento do adolescente. Como metodologia utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, onde como resultados observou-se que os autores apontam que cada

luto existente na adolescência promove o desenvolvimento do indivíduo na sua transição da fase infantil para a preparação da vida adulta. Estes apontamentos identificam mudanças no comportamento do jovem sendo possível criar meios e mecanismos que o auxilie a passar por esta etapa da vida de forma mais tranquila, diminuindo possíveis traumas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Humano; Identidade; Figuras Paternas.

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma das etapas da vida do ser humano compreendida como a mais difícil devido as suas transformações nas mais variadas esferas. Tais mudanças ocorrem a partir dos 10 anos de idade até aproximadamente os 20 anos (SCHOEN-FERREIRA e SILVARES, 2010). Dentre tais mudanças existe a mudança biológica na qual o indivíduo passa por transformações fisiológicas, além disso, há a modificação no seu papel na sociedade na qual está inserido (SALLES, 2005).

Apesar das mudanças fisiológicas sempre estarem presentes, no que tange as mudanças advindas de um contexto histórico e social, o papel do adolescente muitas vezes já estava pré-determinado quando este era inserido na vida adulta. Os meninos eram educados para serem os provedores da família, podendo escolher a sua profissão, mesmo que em muitos casos o menino seguia os caminhos do pai. Entretanto, as meninas não tinham como opção possuir uma carreira, eram criadas para serem mães e esposas, tendo como função exclusiva o cuidado com a casa (DEL PRIORI, 2011).

Com as modificações ocorridas na sociedade, os papéis dos indivíduos foram revistos, e estudos acerca da importância de se entender o desenvolvimento da criança até sua inserção no mundo adulto propõe novas formas de pensamento. Partindo desta premissa, pesquisadores procuram identificar quais são as mudanças apresentadas pelo indivíduo neste período de desenvolvimento. Segundo Neiva *et al* (2004 *apud* Aberastury e Knobel, 1992) há três fases que o indivíduo

passa ao sair da infância até ingressar no mundo adulto: o luto pelo corpo infantil, o luto pelo papel e identidade infantis e o luto pelos pais da infância. Sendo assim, procurou-se entender como estas mudanças afetam o desenvolvimento do adolescente enquanto este transita entre a vida infantil e a vida adulta.

Estas mudanças estão relacionadas com uma semipatologia chamada de “síndrome normal da adolescência” que se apresenta no adolescente, independente da cultura na qual está inserido, de modo que, ele possa construir sua identidade enquanto indivíduo (Aberastury e Knobel, 1981), tem -se ainda que esta construção da identidade se associa com os três lutos identificados no desenvolvimento do adolescente.

Os três lutos no qual a criança passa quando em transição para a adolescência e desta para o mundo adulto, faz com que se perca o corpo e a identidade infantil, além de perder também o modo como a criança vê seus pais e como se relaciona com eles e com o mundo que o cerca (FERREIRA *et al*, 2010; MATOS e LEMGRUBER, 2017).

PRIMEIRO LUTO: O LUTO PELO CORPO INFANTIL

Nesta fase a criança em transição para a adolescência vê mudanças em seu corpo que faz com que os sentimentos que esta fase carrega fomenta a despersonalização deste indivíduo, principalmente devido às mudanças biológicas inerentes a esta fase de desenvolvimento e as questões relacionadas aos impulsos comportamentais, bem como a questões concernentes a aspectos morais e éticos pertencentes à comunidade na qual o indivíduo está se desenvolvendo (CAMPAGNA e SOUZA, 2006; NEIVA *et al*, 2004).

Segundo Campagna e Souza (2006) tem-se que

As mudanças corporais que ocorrem nas garotas, nessa fase do desenvolvimento, são consideráveis. Desencadeadas pela produção dos hormônios, a partir dos oito ou nove anos, promovem mudanças no tamanho do corpo, nas suas proporções, e o desenvolvimento das características sexuais primárias e secundárias. O

surto de crescimento da puberdade começa um ano ou dois antes que os órgãos sexuais amadureçam, e depois disso, dura de seis meses a um ano. Nas meninas começa entre 8,5 e 11,5 anos, com um pico de rapidez que ocorre em média aos 12,5 anos, declinando depois disso até parar por volta de 15 a 16 anos. O crescimento em altura segue um padrão regular e geralmente precede o aumento de peso. Em cerca de três anos, até um ano depois da puberdade, a menina ganha, em média, 17 quilos (p.1).

Esta fase é a transição do corpo infantil sendo preparado para se tornar um corpo com funcionalidades da etapa adulta. A criança começa a entrar na puberdade, perdendo sua bissexualidade para adquirir uma sexualidade única, sendo esta última se apresentando de forma mais latente (FERREIRA *et al*, 2015).

SEGUNDO LUTO: O LUTO PELO PAPEL E A IDENTIDADE INFANTIS

Nesta fase a infância é deixada para trás e com ela a dependência dos pais, assim como a definição de papéis já apresentados naquele círculo social ao qual a criança prestes a entrar na adolescência está inserida e, a sua própria identidade. Estas mudanças corroboram com o comportamento do adolescente, devido a sua insegurança ante a esse novo mundo cheio de possibilidades, que até alguns anos atrás já era determinado pela própria família (DEL PRIORI, 2011).

Atualmente este jovem necessita renunciar a sua dependência, assumir responsabilidades e desenvolver uma nova identidade, sendo esta atribuída de acordo com o seu contexto social “identificando-se com diferentes figuras ou grupos do seu meio social, e assimilando valores e papéis fora do meio familiar” (NEIVA *et al*, 2004, p. 58)

TERCEIRO LUTO: O LUTO PELOS PAIS DA INFÂNCIA

Nesta fase há um choque entre pais e filhos, tendo por um lado os pais que em muitos casos não conseguem lidar com o crescimento e desenvolvimento da criança para a adolescência, e do outro, a insegurança destes jovens ante as responsabilidades que este crescimento carrega (NEIVA *et al*, 2004).

Além disso, os jovens passam a ver os pais com outros olhos, a imagem de superpais desaparece, e entra em cena a imagem de uma pessoa com defeitos e virtudes que acabam gerando questionamentos sobre o modo de vida e ações pertencentes a esses pais recém-descobertos (FERREIRA *et al*, 2015). Tem-se ainda que essa redescoberta dos pais favorece a rejeição de seus filhos, pois “esta rejeição tem a função de libertar o adolescente das identificações infantis aos pais e do controle e autoridade por estes exercidas, sendo de sublinhar os contextos psicossociais envolventes: pares, escola, outras instituições” (FERREIRA e NELLAS, 2006, p. 150-152).

Segundo Matos e Lemgruber (2017) é imprescindível que haja comunicação entre pais e filhos para que ambos os lados possam lidar com esta mudança de forma equilibrada fortalecendo os laços familiares, e ainda

É necessário reinventar o lugar ocupado pelos pais, de forma que eles vivenciem e elaborem o luto que lhes cabe. Ser pai ou mãe de uma criança é diferente de ser pai ou mãe de um adolescente, e requer um reposicionamento de razões tanto sociais quanto pessoais. Os pais – assim como os filhos – devem agora buscar novas possibilidades de investimento libidinal, de forma a separarem-se parcialmente um do outro. É necessário que assumam-se como os adultos de seu tempo, e enfrentem de forma direta certas verdades inescapáveis (como a iminência da velhice e da morte) fazendo, assim, uma reconstrução simbólica de si mesmos (p. 140).

Aberastury e Knobel (2003) apontam que tais lutos são decorrentes da Síndrome da Adolescência Normal, que se trata de uma semipatologia decorrente de processos biológicos e sociais pelos quais a

criança ao sair desta condição para adentrar a fase da adolescência, sendo apontamento corroborador com as fases de desenvolvimento atribuídas a Jean Piaget em seus quatro estágios.

Quadro 1: estágios de desenvolvimento segundo Piaget.

Estágio	Idade aproximada
Sensório-motor	0 a 2 anos
Pensamento pré-operatório	2 a 6 anos
Pensamento operatório- concreto	7 a 11 anos
Pensamento operatório-formal	Dos 11 anos em diante

ARANHA, 2006.

A partir do quarto estágio que se considera o início da adolescência, sendo este pautado pelo pensamento que vai além do concreto, permitindo que o indivíduo possa elaborar hipóteses a respeito do mundo que o cerca acarretando a geração de diversos conflitos entre as novas informações e as velhas (ABERASTURY e KNOBEL,2003; LEFRANÇOIS, 2008).

Quadro 2: Etapas e descrições da Síndrome da Adolescência Normal.

Etapas	Descrição
1	Busca de si mesmo e da identidade: Identities transitórias; Identities ocasionais; Identities circunstanciais.
2	Tendência grupal
3	Necessidade de intelectualizar-se e fantasiar: lutar contra a perda do corpo infantil; luta contra novas regras; luta contra as perdas das vivências infantis com os pais.
4	Crises religiosas
5	Desestruturação temporal: imobiliza o tempo; reduz o presente, o passado e o futuro.



6	Surgimento da evolução sexual desde o autoerotismo até a heterossexualidade, ambas exploratória
7	Atitude social reivindicatória
8	Contradições sucessivas
9	Separação progressiva dos pais
10	Constantes flutuações de humor e do estado de ânimo: microcrises maníaco-depressivas.

ABERASTURY e KNOBEL (2003).

Aberastury e Nobel (2003) procuraram traçar situações decorrentes da Síndrome da Adolescência Normal que possam ser identificadas e trabalhadas com o adolescente de forma a contribuir de forma positiva com seu desenvolvimento. É importante ressaltar que tais etapas não surgem de forma sequencial, elas podem ocorrer de forma conjunta ou unitária, ou seja, podem se apresentar sob a forma de qualquer sequência, não exclusivamente como descritas Quadro 2.

Rodrigues (1976) enfatiza que nesta fase do desenvolvimento, o adolescente procura pela sua identidade que deixa de ser aquela enquanto criança, vai passando por identidades transitórias ao longo de seu aprendizado e através de exemplos de figuras de autoridade e admiração, além disso, atravessa questões relacionadas aos grupos que pertence ou procura pertencer, sendo estes de cunho social, econômico ou religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questões sociais, culturais, econômicas, religiosas e econômicas são influenciadoras da mudança da identidade e do papel das pessoas na sociedade. Ao longo da história é possível verificar que as identidades e papéis estão em constante mudança.

O desenvolvimento do indivíduo como cidadão do mundo se inicia na primeira infância, passando pela adolescência até chegar à ida-

de adulta. A passagem pela adolescência é uma etapa de extrema importância, visto que este indivíduo deixa de ser “com” para ser “como” seus pais ou como figuras adultas que lhe serve de referência. Desta forma, entender como esse desenvolvimento ocorre possui relevância.

As primeiras mudanças ocorridas no corpo são os primeiros sinais de um novo estágio na vida dos jovens. O aumento dos hormônios, a perda da bissexualidade, o surgimento da libido e as transformações corporais visíveis são apontadas como o primeiro luto da adolescência. Ver seu corpo transformado deixa aparente as diferenças entre os seus iguais, o que não ocorria na infância, uma vez que as crianças possuem homogeneidade entre seu biotipo.

Ao ter de enfrentar a privação da dependência dos pais e o aumento da sua responsabilidade, o jovem se sente vulnerável, com dificuldade de assimilar as mudanças promovidas por essa nova realidade deixando para trás a sua condição de criança.

Há ainda a insegurança, o medo do desconhecido, a sensação de abandono, pois os pais que tinham uma identidade e um papel estabelecido e reconhecido, passam a ser tornar pessoas estranhas. O jovem passa a reconhecer nos pais seres humanos falíveis, o que pode gerar ressentimento. Do outro lado, os pais em alguns casos não querem reconhecer que seus filhos estão crescendo, perdendo a autoridade sobre eles, uma vez que se tornaram seres autônomos, desenvolvendo uma nova identidade, procurando projetar seu futuro no mundo no qual estão inseridos.

Os pais necessitam entender que não são mais vistos pelos filhos como eram quando estes eram crianças. É necessário que haja um distanciamento de pais e filhos, não um distanciamento configurado em abandono, mas um distanciamento que permita auxiliar os jovens na transição pela qual está passando, dando suporte para o reconhecimento das novas identidades e papéis, permitindo que estes jovens obtenham suas conquistas.

A percepção dos três lutos pode auxiliar na compreensão do desenvolvimento do indivíduo na passagem da infância para a adolescência, ou seja, para a preparação do mundo adulto. Entender como funciona os pensamentos, as emoções e a fisiologia destes jovens, nesta etapa do desenvolvimento, corrobora com uma transição

que permita diminuir as inseguranças, assim como com a aceitação deste processo de crescimento.

Observou-se que estas mudanças afetam em diversos graus o desenvolvimento do adolescente, não somente em aspectos físicos, mas também psicológicos. Devido as grandes variações deste processo de desenvolvimento do indivíduo que se prepara para a vida adulta podem ocorrer situações que contribuam com a baixa estima, com a diminuição ou ausência de interação com os pais e/ou familiares, assim como com a falta de perspectiva de um futuro promissor, sendo assim, a Síndrome da Adolescência Normal apresenta diversas questões que necessitam atenção da sociedade como um todo.

É necessário compreender que o adolescente é um sujeito que carece de respeito quanto as suas escolhas, opiniões, ações e desejos para que ele seja capaz de lidar com suas transformações substituindo sua insegurança e angústias por autoconfiança.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Editora Artmed, São Paulo, 2003.

ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia**: Geral e Brasil. – 3ed. – São Paulo: Moderna, 2006.

CAMPAGNA, V. N.; SOUZA, A. S. L. de. Corpo e imagem corporal no início da adolescência feminina. **Boletim de Psicologia**, v.55, n. 124, jun 2006.

DEL RIORI, M. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FERREIRA, M.; NELLAS, P. B. **Adolescências...adolescentes**. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium32/11.pdf>>. Acesso em: 27/09/2019.

FERREIRA, M. de O.; DUARTE, S. M.; SILVA, L. M. **Uma percepção psicanalítica sobre os lutos fundamentais da adolescência ocidental**. Disponível

em: <<https://psicologado.com.br/psicologia-geral/desenvolvimento-humano/uma-percepcao-psicanalitica-sobre-os-lutos-fundamentais-da-adolescencia-ocidental>>. Acesso em: 27/09/2019.

LEFRANÇOIS, G. R. **Teorias da aprendizagem**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MATOS, L. P. de; LEMGRUBER, K. P. A adolescência sob a óptica psicanalista: sobre o luto adolescente e de seus pais. **Revista Psicologia Saúde e Debate**, v. 2, n.2, jan 2017.

NEIVA, K. M. C.; ABREU, M. M. de; RIBAS, T. P. Adolescência: facilitando a aceitação do novo esquema corporal e das novas formas de pensamento. **Psic**, v. 5, n. 2, dez 2004.

RODRIGUES, M. **Psicologia educacional: uma crônica do desenvolvimento humano**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 22, n. 1, jan/mar 2005.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; SILVARES, E. F. de M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, abr/jun 2010.

CONTRIBUIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROTOCOLO NEUROPSICOLÓGICO EM CASOS DE DECLÍNIO COGNITIVO SUBJETIVO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Priscila Giampaoli Klein

Neuropsicóloga
priipauli@gmail.com

RESUMO: Declínio Cognitivo Subjetivo é um quadro caracterizado por queixas subjetivas de declínio do funcionamento cognitivo. Estas queixas não são confirmadas por instrumentos que fornecem medidas objetivas. Com o objetivo de propor um protocolo para avaliação neuropsicológica destes pacientes, realizou-se uma busca na base de dados PUBMED, cuja pesquisa resultou em 22 ensaios clínicos. Após escolha deliberada das funções cognitivas para a sugestão do protocolo e a adaptação da nomenclatura em português para as versões brasileiras correspondentes dos instrumentos, observou-se predominância dos instrumentos sugeridos, como o Rey Auditory Verbal Learning Test e Figuras Complexas de Rey para mensuração de memória episódica verbal e visual, respectivamente; Trail Making Test, Tarefa de fluência verbal e Dígitos para funções executivas e atencionais;

Boston Naming Test para avaliação da linguagem e Geriatric Depression Scale como principal escala de humor.

PALAVRAS-CHAVE: Declínio cognitivo; Testes neuropsicológicos; Transtornos neurocognitivos.

INTRODUÇÃO

A redução da velocidade de processamento no envelhecimento saudável têm sido cada vez mais evidenciado entre os atuais estudos em gerontologia. Responsável por permear todo funcionamento cognitivo, tal redução acaba por acarretar quedas em seu, como atenção, memória, funções executivas, entre outras (Mattos and Júnior, 2010). No entanto, observou-se a falta de um limite em que o declínio cognitivo deixa de fazer parte do espectro do envelhecimento saudável, torna-se patológico e vai ao encontro de quadros demenciais (Jack et al., 2010).

Com o objetivo de definir esta lacuna e ainda identificar pacientes com maiores riscos para o desenvolvimento de tais quadros, cunhou-se o termo “comprometimento cognitivo leve” (CCL). O CCL caracteriza-se por: (1) queda de 1,5 a 2 desvios padrão abaixo da média em ao menos uma função cognitiva, (2) atividades da vida diária (AVDs) preservadas e (3) ausência de quadro demencial (Petersen et al., 1997, 2014). Após preenchidos critérios, verifica-se se os prejuízos de memória estão presentes e, em caso positivo, classifica-se ‘CCL amnésico’, se negativo, ‘CCL não-amnésico’. Parte-se então, para a classificação dos domínios. Caso mais de uma função cognitiva seja acometida, acrescenta-se o complemento ‘múltiplos domínios’, ou ‘único domínio’ se apenas uma função for prejudicada.

Embora a definição de comprometimento cognitivo leve tenha suprido parte da lacuna entre o envelhecimento saudável e a demência, o termo não foi suficiente para enquadrar indivíduos idosos com queixas cognitivas sem a presença de resultados significativos em medidas de avaliações neuropsicológicas. Tais sintomas costumam aparecer em fases anteriores ao surgimento do CCL que, por sua vez, era considerado um es-

tágio pré-clínico da doença de Alzheimer (Jessen et al., 2014). Estabelecido o critério e identificado indivíduos, planos mais eficazes de tratamentos ou postergação do aparecimento dos sintomas poderão ser formulados, motivo pelo qual tem-se afirmado a importância dessas definições.

Diversas nomenclaturas já foram atribuídas a este quadro, como 'prejuízo cognitivo subjetivo', 'declínio subjetivo de memória', 'prejuízo subjetivo de memória' e 'queixas de memória' (Jessen et al., 2014) até que se estabelecesse oficialmente o termo 'declínio cognitivo subjetivo' (DCS).

Utilizam-se das palavras declínio como forma de enfatizar um curso de deteriorações progressivas em vez de um prejuízo estático ou crônico; cognitivo uma vez que qualquer função cognitiva pode ser afetada, sem restringir-se única e exclusivamente à uma alteração de memória. E subjetivo por se tratar de uma auto experiência de queda da performance cognitiva sem prejuízos significativos em medidas objetivas (Jessen et al., 2014; Neto and Nitrini, 2016).

Além do caráter diagnóstico da avaliação neuropsicológica (Lezak et al., 2012), identificar os pontos fortes e fracos se faz relevante no contexto de um DCS. Uma vez permite um respaldo tanto para o diagnóstico médico, quanto para base de estratégias de reabilitação neuropsicológica.

Ao considerar a avaliação neuropsicológica um instrumento que permite identificar as consequências de disfunções cerebrais as quais só se fazem notar por meio de prejuízos cognitivos manifestados (Evans, 2010), torna-se um desafio avaliar indivíduos sem a presença de sinais clínicos objetivos com instrumentos sem a sensibilidade suficiente para captar as nuances dos quadros de DCS.

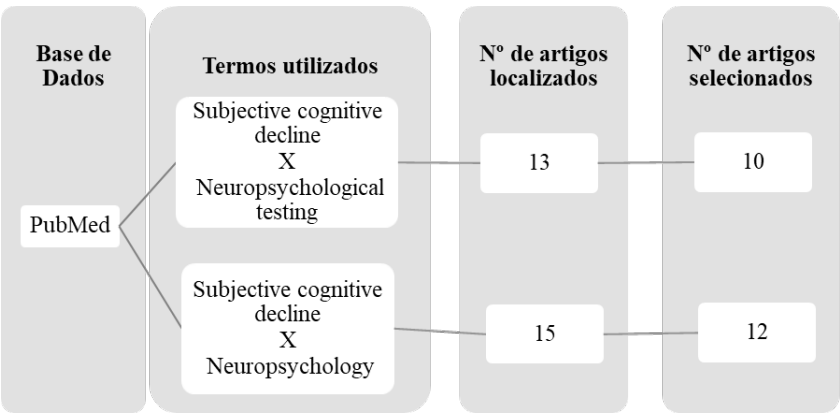
Com o propósito de contribuir e, deste modo, facilitar posteriores avaliações de indivíduos com suspeita de DCS, realizou-se no presente estudo uma revisão sistemática a fim de elaborar um protocolo de fácil acesso e compreensão com os instrumentos mais utilizados na testagem desses pacientes.

MÉTODO

Para compor a presente revisão sistemática, foram selecionados 22 ensaios clínicos com publicação realizada no período de cinco anos. Na base de dados PUBMED, combinou-se o termo “subjective cognitive decline” com “neuropsychological testing” e “neuropsychology”.

Como critérios de inclusão, estabeleceu-se a revisão de ensaios clínicos com (1) presença de avaliação neuropsicológica realizadas em idosos com diagnóstico de declínio cognitivo subjetivo; (2) avaliados por instrumentos para mensuração de memória episódica verbal e visual, funções executivas e atencionais, linguagem e/ou escalas de humor; (3) com dados normativos para a população brasileira e (4) realizados de 2015 a abril de 2020.

Deste modo, de um total de 27 estudos obtidos pela pesquisa, 5 foram excluídos.



RESULTADOS

A seguir, serão apresentados os 22 artigos encontrados na busca realizada. A tabela está dividida por funções cognitivas.

Tabela 1 - Relação de estudos sobre os instrumentos utilizados para a avaliação de indivíduos com DCS

Estudo	Amostra	M. Episódica Verbal	M. Episódica Visuoespacial	Linguagem	Funções Executivas e Atencionais	Escala de Humor
Amariglio et al, 2018	$A\beta$ += 70 $A\beta$ -= 209	Memória lógica			Dígitos (WAIS-III)	Geriatric depression scale (GDS)
Andersson et al., 2019	DCS e CCL= 178	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT) & Memória lógica (WMS-III)	Figuras de Rey		Semelhanças (WAIS-III); Dígitos (WAIS-III) & Códigos (WAIS-III)	
Bessi et al., 2018	DCS= 109 CCL= 103			Token Test	Dígitos (WAIS-III); Tarefa de fluência verbal (nominal) & Trail Making Test	Hamilton Depression Rating Scale (HRSD)
Caillaud et al., 2019	DCS= 67 CCL= 29 Controle= 30	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT) & Memória lógica			Tarefa de fluência verbal (semântico), Hayling Test & Trail Making Test	



Clarnette et al., 2018	DCS= 41 CCL= 47 Demências= 195					Geriatric depression scale (GDS)
Eckerström et al., 2017	DCS= 122 CCL= 77 DA pré-clínico= 83	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT)	Figuras de Rey	Boston Naming Test (BNT)		Geriatric depression scale (GDS)
Eliassen et al., 2017	DCS= 38 CCL= 78	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT) & Memória lógica	Figuras de Rey		Tarefa de fluência verbal (nominal); Stroop Test & Trail Making Test (TMT)	
Elkana et al., 2016	N= 27 indivíduos saudáveis	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT)	Figuras de Rey		Tarefa de fluência verbal (nominal e semântica); Dígitos (WAIS-III) & Trail Making Test (TMT)	Beck Depression Inventory (BDI)
Gagnon et al., 2019	DCS= 57 CCL= 54	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT)	Figuras de Rey & Teste de Retenção Visual de Benton (TRVB)	Boston Naming Test (BNT)	Sroop Test; Trail Making Test (TMT); Tarefa de fluência verbal; Dígitos (WAIS-III) & Torre de Londres	Beck Depression Inventory - II (BDI-II)



Hackett et al., 2018	DCS= 46 CCL= 46 DA= 26 Controle = 129	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT) & Memória lógica			Tarefa de fluência verbal (nominal e semântica); Trail Making Test (TMT)	
Kim et al., 2019	DCS= 16 CCL= 90		Figuras de Rey	Boston Naming Test (BNT)	Stroop Teste; Trail Making Test (TMT); Dígitos (WAIS-III) & Desenho do Relógio	
Koppara et al., 2015	DCS= 19 CCL 23 Controle= 23				Tarefa de fluência verbal (nominal e semântica); Stroop Test; Desenho do Relógio; Dígitos (WAIS-III); Raciocínio Indutivo da Escala Mattis & Trail Making Test (TMT)	
Leuzy et al., 2019	DCS= 5 CCL= 131 DA= 41 Não DA= 10 Demências= 20	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT) & Memória lógica	Figuras de Rey		Trail Making Test (TMT); Tarefa de fluência verbal (nominal) & Dígitos (WAIS-III)	



Lehner et al., 2015	DCS= 280 CCL= 405 Demências= 142 Controle= 211					Beck Depression Inventory (BDI-II)
Liguori et al., 2018	DCS= 35 Controle= 15	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT)			Stroop test	
Marquié et al., 2020	DCS= 200					Hospital Anxiety and Depression Scale (HADS)
Mazzeo et al., 2019	DCS= 70 CCL= 31		Figuras de Rey	Token Test	Tarefa de fluência verbal (nominal e semântica); Dígitos (WAIS-III) & Trail Making Test (TMT)	Hamilton Depression Rating Scale (HRSD)
Poptsi et al., 2019	DCS= 122 CCL= 245 Demências= 379					Geriatric depression scale (GDS)



Saif et al., 2020	DCS= 6 A β + = 3 (1 DA, 1 LB e 1 CCCL- -DA) Controle= 24	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT) & Memória lógica	Figuras de Rey	TLPP (leitura de palavras)	Dígitos (WAIS-III) & Tarefa de fluência verbal (nominal e semântica)	
Snitz et al., 2015	N= 14 indivíduos com queixas de memória	Lista de palavras do CE- RAD; Memória lógica		Boston Naming Test	Tarefa de fluência verbal (nominal e semântica); Stroop Test; Desenho do Relógio & Raciocínio Indutivo da Escala Mattis; Trail Making Test (TMT)	Geriatric depression scale (GDS)
Studart & Nitini, 2016	-	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT)				
Tahmasebi et al., 2018	DCS= 82 CCL= 385 DA= 45 Controle= 138					Beck Depression Inventory (BDI)
Wong et al., 2019	DCS= 12 Controle= 12				Trail Making Test (TMT)	

Fonte: Elaboração própria.

Os instrumentos apresentados na tabela estão divididos por funções cognitivas deliberadamente selecionadas com o objetivo de obter um protocolo mais objetivo com as funções mais comumente avaliadas, sendo elas: memória episódica verbal e visuoespacial, linguagem, funções executivas e atencionais e escalas de humor. Devido a semelhança e difícil distinção entre as funções executivas e atencionais, os instrumentos utilizados para tais domínios foram agrupados em uma só categoria.

De modo a facilitar a compreensão e aplicação, os instrumentos se encontrarão descritos em suas formas equivalentes às validadas para nossa população. Instrumentos estrangeiros sem dados normativos para a população brasileira foram deliberadamente omitidos.

Observou-se a predominância do *Rey auditory verbal learning test* para a avaliação da memória episódica verbal (Andersson *et al.*, 2019; Caillaud *et al.*, 2020; Eckerström *et al.*, 2017; Eliassen *et al.*, 2017; Elkana *et al.*, 2015; Gagnon *et al.*, 2019; Hackett *et al.*, 2018; Leuzy *et al.*, 2019; Liguori *et al.*, 2017; Neto and Nitrini, 2016; Saif *et al.*, 2020), assim como a reprodução de figura complexas de Rey para memória episódica visuoespacial (Andersson *et al.*, 2019; Eckerström *et al.*, 2017; Eliassen *et al.*, 2017; Elkana *et al.*, 2015; Gagnon *et al.*, 2019; Kim *et al.*, 2020; Leuzy *et al.*, 2019; Mazzeo *et al.*, 2019; Snitz *et al.*, 2015) como o único instrumento utilizado para a mensuração de tal constructo.

Observa-se maior variabilidade de instrumentos para avaliação de funções executivas e atencionais, no entanto, destacam-se o *Trail Making Test*, a Tarefa de Fluência Verbal, seja ela em sua forma nominal ou semântica, e o teste dos Dígitos (Amariglio *et al.*, 2018; Andersson *et al.*, 2019; Bessi *et al.*, 2018; Caillaud *et al.*, 2020; Eliassen *et al.*, 2017; Elkana *et al.*, 2015; Gagnon *et al.*, 2019; Hackett *et al.*, 2018; Kim *et al.*, 2020; Koppara *et al.*, 2015; Mazzeo *et al.*, 2019; Saif *et al.*, 2020; Snitz *et al.*, 2015; Wong *et al.*, 2019). Outra característica pertinente a respeito do uso dos dois primeiros instrumentos é o fato de serem apresentados, majoritariamente, nos mesmos trabalhos.

Apesar da pequena amostra de artigos propostos a avaliar componentes relacionados à linguagem, o *Boston Naming Test* põe-se em evidência (Eckerström *et al.*, 2017; Gagnon *et al.*, 2019; Kim *et al.*, 2020; Snitz *et al.*, 2015).

No que tange uma medida para verificação da presença de sintomas depressivos, observa-se a predominância de dois instrumentos: o inventário de depressão de Beck (BDI-II) (Elkana *et al.*, 2015; Gagnon *et al.*, 2019; Tahmasebi *et al.*, 2019) e a escala de depressão geriátrica (Bessi *et al.*, 2018; Elkana *et al.*, 2015; Koppa *et al.*, 2015; Marquié *et al.*, 2020; Miotto *et al.*, 2010). Outras duas escalas foram utilizadas de modo a mensurar, além de sintomas depressivos, sintomas ansiosos (Marquié *et al.*, 2020; Mazzeo *et al.*, 2019).

Para avaliar palavras-chave em comum nos artigos estudados, construiu-se uma rede de análise da frequência dos termos utilizados e as conexões entre pesquisas.

Nesta rede, o tamanho do círculo é proporcional à frequência das palavras utilizadas e as cores representam os termos comuns entre os mesmos artigos. Deste modo, identificou-se uso frequente das palavras *neuropsychology*, *mild cognitive impairment*, *Subjective cognitive decline* e *Alzheimer's disease*. Esses termos também são pontos de conexão entre os conjuntos. Tais ligações evidenciam e, por conseguinte, reforçam o propósito das pesquisas em realizar avaliação neuropsicológica de indivíduos idosos com presença de declínio cognitivo.

DISCUSSÃO

Esta revisão teve como objetivo construir um protocolo de fácil manipulação para avaliação do Declínio Cognitivo Subjetivo cujo resultado é a sugestão de uma bateria sucinta de instrumentos já utilizados na prática clínica do neuropsicólogo. Tal bateria compreende medidas de memória episódica verbal e visuoespacial, linguagem, funções executivas e escalas de humor.

Por ser um fator de confiança, os instrumentos sugeridos foram selecionados a partir da frequência utilizada nos estudos revisados, tal qual os domínios cognitivos que seriam sugeridos. Escalas de funcionalidade não compõe este protocolo por pressupor a total ausência da dependência das atividades de vida diária em quadros de DCS.

A bateria apresentada não exclui ou rejeita a possibilidade de aplicação de outras medidas cuja adequação correspondam mais satisfatoriamente à demanda individual do paciente avaliado, sobretudo em contexto clínico, no qual não há a obrigatoriedade de um protocolo inenxorável, como ocorre, geralmente, em instituições.

A Tabela 2 apresenta uma proposta de protocolo para mensuração das funções supracitadas na avaliação neuropsicológica de suspeita de DCS em contextos clínicos e institucionais.

Tabela 2 - Protocolo para avaliação do Declínio Cognitivo Subjetivo construída a partir do presente estudo.

Domínio cognitivo	Instrumento sugerido
Memória episódica verbal	Rey Auditory Verbal Learning Test (RAVLT)
Memória episódica visuoespacial	Figuras Complexas de Rey
Linguagem	Boston Naming Test
Funções executivas e atencionais	Tarefa de fluência verbal nominal e semântica, Dígitos (WAIS-III) & Trail Making Test (TMT)
Escalas de humor	Geriatric Depression Scale

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de existirem versões brasileiras dos instrumentos apresentados, cabe ressaltar que a maior parte se baseia em estudos preliminares. Como o caso do Boston Naming Test (Miotto *et al.*, 2010), cujas adaptações foram de alterações de parte das figuras que compõe o instrumento para que correspondam ao contexto cultural brasileiro. Outras tarefas, como as tarefas de fluência verbal (Campanholo *et al.*, 2017) e o trail making test (Campanholo *et al.*, 2014), foram normatizadas sem a necessidade de modificações alinhadas ao contexto brasileiro.

Além de não questionar a sensibilidade das medidas utilizadas para avaliação de um quadro com alterações tão sutis dos processos cognitivos, as limitações da presente revisão sistemática também dizem respeito ao pequeno número de estudos apresentados. Este fato demonstra a incipiência da pesquisa em declínio cognitivo subjetivo em contexto mundial.

Ainda que as limitações estejam presentes, cabe ressaltar a importância dos estudos sobre declínio cognitivo subjetivo, de modo que as intervenções de reabilitação do paciente avaliado possam ser iniciadas ainda nesta fase pré-clínica do quadro. E protocolos como o sugerido nesta revisão são de grande valia para a identificação desta população.

CONCLUSÃO

Esta revisão sistemática apresentou uma sugestão de avaliação neuropsicológica breve, que pode ser aplicada em diversos contextos, como hospitalar e clínica. Os achados demonstram que há grande interesse da comunidade científica em avaliar as funções executivas e atencionais em pacientes idosos. O que pode apontar para uma alteração do foco de estudo das funções cognitivas na velhice.

Mesmo que o DCS não aponte diretamente para um transtorno neurocognitivo maior (demência), torna-se claro que seu estudo está em crescimento com objetivo de reduzir sua evolução.

REFERÊNCIAS

AMARIGLIO, R. E. et al. Amyloid-associated increases in longitudinal report of subjective cognitive complaints. **Alzheimer's and Dementia: Translational Research and Clinical Interventions**, v. 4, p. 444–449, 2018.

ANDERSSON, C. et al. Lifestyle Factors and Subjective Cognitive Impairment in Patients Seeking Help at a Memory Disorder Clinic: The Role of Negative Life Events. **Dementia and Geriatric Cognitive Disorders**, v. 48, n. 3–4, p. 196–206, 1 fev. 2019.

BESSI, V. et al. From Subjective Cognitive Decline to Alzheimer's Disease: The Predictive Role of Neuropsychological Assessment, Personality Traits, and Cognitive Reserve. A 7-Year Follow-Up Study. **Journal of Alzheimer's Disease**, v. 63, n. 4, p. 1523–1535, 2018.

CAILLAUD, M. et al. Evidence of a relation between hippocampal volume, white matter hyperintensities, and cognition in subjective cognitive decline and mild cognitive impairment. **Journals of Gerontology - Series B Psychological Sciences and Social Sciences**, v. 75, n. 7, p. 1382–1392, 2020.

CAMPANHOLO, K. R. et al. Impact of sociodemographic variables on executive functions. **Dementia & Neuropsychologia**, v. 11, n. 1, p. 62–68, 2017.

ECKERSTRÖM, M. et al. Longitudinal evaluation of criteria for subjective cognitive decline and preclinical Alzheimer's disease in a memory clinic sample. **Alzheimer's and Dementia: Diagnosis, Assessment and Disease Monitoring**, v. 8, p. 96–107, 2017.

ELIASSEN, C. F. et al. Biomarkers in subtypes of mild cognitive impairment and subjective cognitive decline. **Brain and Behavior**, v. 7, n. 9, p. 3–9, 2017.

ELKANA, O. et al. Sensitivity of neuropsychological tests to identify cognitive decline in highly educated elderly individuals: 12 months follow up. **Journal of Alzheimer's Disease**, v. 49, n. 3, p. 607–616, 2015.

EVANS, J. J. Basic concepts and principles of neuropsychological assessment. In: GURD, J.; KISHKA, U. (Eds.). **Handbook of Clinical Neuropsychology**. 2. ed. [s.l.] Oxford University Press, 2010..

GAGNON, K. et al. Disconnection between self-reported and objective cognitive impairment in obstructive sleep apnea. **Journal of Clinical Sleep Medicine**, v. 15, n. 3, p. 409–415, 2019.

HACKETT, K. et al. Utility of the NIH Toolbox for assessment of prodromal Alzheimer's disease and dementia. **Alzheimer's and Dementia: Diagnosis, Assessment and Disease Monitoring**, v. 10, p. 764–772, 2018.

JACK, C. R. et al. Hypothetical model of dynamic biomarkers of the Alzheimer's pathological cascade. **The Lancet. Neurology**, v. 9, n. 1, p. 119–128, 2010.

JESSEN, F. et al. A conceptual framework for research on subjective cognitive decline in preclinical Alzheimer's disease. **Alzheimer's and Dementia**, v. 10, n. 6, p. 844–852, 2014.

KIM, H. G. et al. Neuropsychological predictors of cognitive deterioration in non-demented individuals. **Cognitive Neuropsychiatry**, v. 25, n. 2, p. 99–112, 2020.

KOPPARA, A. et al. Feature Binding Deficits in Subjective Cognitive Decline and in Mild Cognitive Impairment. **Journal of Alzheimer's Disease**, v. 48, n. S1, p. S161–S170, 2015.

LEUZY, A. et al. Clinical impact of [18 F]flutemetamol PET among memory clinic patients with an unclear diagnosis. **European Journal of Nuclear Medicine and Molecular Imaging**, p. 1276–1286, 2019.

LEZAK, M. D. et al. **Neuropsychological Assessment**. New York: Oxford, 2012.

LIGUORI, C. et al. Obstructive sleep apnea is associated with early but possibly modifiable Alzheimer's disease biomarkers changes. **Sleep**, v. 40, n. 5, 2017.

MARQUIÉ, M. et al. Association between retinal thickness and β -amyloid brain accumulation in individuals with subjective cognitive decline: Fundació ACE Healthy Brain Initiative. **Alzheimer's Research and Therapy**, v. 12, n. 1, p. 1–14, 2020.

MATTOS, P.; JÚNIOR, C. M. P. Avaliação cognitiva de idosos: envelhecimento e comprometimento cognitivo leve. In: MALLOY-DINIZ, L. et al. (Eds.). **Avaliação Neuropsicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 247–253.

MAZZEO, S. et al. The dual role of cognitive reserve in subjective cognitive decline and mild cognitive impairment: a 7-year follow-up study. **Journal of neurology**, v. 266, n. 2, p. 487–497, 1 fev. 2019.

MIOTTO, E. C. et al. Development of an adapted version of the Boston Naming Test for Portuguese speakers. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 32, n. 3, p. 279–282, 2010.

NETO, A. S.; NITRINI, R. Subjective cognitive decline: The first clinical manifestation of alzheimer's disease? **Dementia e Neuropsychologia**, v. 10, n. 3, p. 170–177, 2016.

PETERSEN, R. C. et al. **Aging, Memory, and Mild Cognitive Impairment**. v. 9, p. 65–69, 1997.

PETERSEN, R. C. et al. Mild cognitive impairment: a concept in evolution. **Journal of internal medicine**, v. 275, n. 3, p. 214–228, 2014.

SAIF, N. et al. Feasibility of Using a Wearable Biosensor Device in Patients at Risk for Alzheimer's Disease Dementia. **Journal of Prevention of Alzheimer's Disease**, v. 7, n. 2, p. 104–111, 2020.

SNITZ, B. E. et al. Amyloid- β Imaging in Older Adults Presenting to a Memory Clinic with Subjective Cognitive Decline: A Pilot Study. **Journal of Alzheimer's Disease**, v. 48, n. S1, p. S151–S159, 2015.

TAHMASEBI, R. et al. Identification of odors, faces, cities and naming of objects in patients with subjective cognitive decline, mild cognitive impairment and Alzheimer's disease: a longitudinal study. **International Psychogeriatrics**, v. 31, n. 4, p. 537–549, 1 abr. 2019.

WONG, R. et al. Cognitive dysfunction is associated with abnormal responses in cerebral blood flow in patients with single ventricular physiology: Novel insights from transcranial Doppler ultrasound. **Congenital Heart Disease**, v. 14, n. 4, p. 638–644, 2019.

DISCURSO POLÍTICO POLARIZADO E SEUS EFEITOS NOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DOS JOVENS NO BRASIL

Diego Alves Fernandes

Mestre

psidiegofernandes@gmail.com

Luciana Kind do Nascimento

Doutor

lukind@gmail.com

RESUMO: Nosso objetivo neste trabalho foi suscitar a discussão sobre os efeitos do discurso político polarizado nas subjetividades da população brasileira, sobretudo dos jovens. Para tanto, partimos de um ensaio teórico, recorrendo centralmente aos conceitos de *relações de poder*, *modos de subjetivação* e *discurso* do filósofo Michel Foucault. Inicialmente realizamos uma revisão narrativa dos trabalhos de alguns autores que partem de reportagens veiculadas na mídia de massa e pesquisas de opinião como material empírico de suas análises políticas, apontando com isso, a animosidade social que passa a existir a partir do ano de 2013. No segundo momento, discutimos sobre o que essa conjuntura política tem produzido nos modos de subjetivação da população jovem, onde foi articulado

a ideia de relações de poder e a concepção aqui proposta de *modos subjetivação polarizada*. Por fim, indicamos como é reproduzida essa subjetivação própria desse momento histórico e o papel das mídias sociais digitais na propagação desse discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Subjetivação polarizada; Discurso; Jovens; Política.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Mayorga (2013, p. 344), há debates tanto no Brasil como em outros países acerca da não correlação da inclinação natural entre juventude e política. A autora identifica por meio de pesquisas que muitas experiências desse grupo, isto é, de jovens, “são compreendidas de forma demasiadamente rápida como experiências políticas ou, no outro extremo, a relação com a dimensão da política é facilmente descartada” (Mayorga, 2013, p. 344). Já Baquero e Morais (2014, 69), dizem que várias pesquisas de opinião apontam para o descontentamento, afastamento e indiferença de jovens quando o assunto é política. Os autores ainda discorrem que levando em consideração grupos de outras faixas etárias, os jovens não votam na mesma proporcionalidade. Ao passo que esse tipo de comportamento pode ser prejudicial para o sistema democrático de um país (Baquero & Morais, 2014, p. 70).

Com isso, partimos do seguinte questionamento para buscar compreender algumas questões em torno da subjetivação política desse público: Quais efeitos o discurso político contemporâneo tem produzido nos modos de subjetivação dos jovens brasileiros? Para responder essa pergunta, tivemos por objetivo geral, compreender quais elementos estão presentes no contexto brasileiro a partir de 2013 e são relevantes para o posicionamento político dos jovens. Tal como, por objetivos específicos, descrever como foi retratado o cenário político brasileiro tanto nas mídias de comunicação de massa quanto nas mídias digitais pela internet a partir do ano de 2013; explorar alguns enunciados que compõem os discursos políticos vigentes na sociedade contemporânea, e por

último, analisar por quais meios são reproduzidos e difundidos esses discursos na conjuntura social.

O estudo se destaca por realizar uma revisão narrativa sobre autores que tomaram como dados empíricos o conteúdo midiático, pesquisas de opinião e o senso crítico ante as concepções políticas no Brasil, por ser algo que impacta diretamente e indiretamente as relações humanas em suas várias facetas. Tendo como enfoque os jovens, sobretudo a partir do que afirma Mayorga (2013, p. 345), ao dizer que muitas das análises sobre a experiência política dos jovens é tomada pelo prisma dicotômico, isto é, hora eles são tidos como inovadores, numa espécie de “reinvenção do social”, ou esse grupo é tomado por apatia e inclinações apolíticas. A autora ainda discorre que essa visão dicotômica é uma “armadilha teórica e política”, isto tendo em vista a complexidade do processo que em torno da relação entre jovens e política no mundo contemporâneo (Mayorga, 2013, p. 345).

Foi possível elucidar neste trabalho alguns dos processos que estão envolvidos no fenômeno da polarização política. Indicando a partir dessas, que as relações de poder, conceito disposto nos trabalhos de Foucault (1979/2019c), e o processamento histórico/social presente nos últimos anos. Desencadeando posicionamentos e discursos extremados, fazendo com que sujeitos, *sui generis*, os jovens, rejeitem tudo quanto possa diferenciar de suas convicções políticas, diminuindo as possibilidades de diálogo entre pensamentos contrastantes. Discursos esses difundidos de forma massiva pelas redes sociais digitais que exerceram um singular papel nas eleições de 2018 (Nicola, 2020). Bem como, na constituição das subjetividades na contemporaneidade (Dias, 2016).

Assinalamos assim, sobre a necessidade de repensar como estão se estabelecendo as relações através das mídias sociais digitais, dado que a informações inseridas nas malhas virtuais, tem que necessariamente passar pelo crivo de julgamento e verificação do próprio usuário da plataforma. Para então, obter um aproveitamento político favorável às bases democráticas, atentando-se ao que Bobbio (2019, p.105), chamou de “regras do jogo”. O que produzirá um aprendizado de se conviver com o contraditório em todos os setores civilizacionais dispostos num país diversificado e plural politicamente como o Brasil.

2. MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

O Brasil tem sido marcado por uma partidarização política que excede o campo estatutário dos partidos em suas várias formas de manifestação, como nos debates eleitorais, em meio a militâncias organizadas e nas esferas. Com isso, a sociedade em suas muitas instâncias, vêm atravessando intensos debates político-partidários, nos círculos familiares, nas escolas e locais de trabalho (Hur & Sabucedo, 2020, p. 14). Pensando nisso, buscamos compreender esse período por meio do que Michel Foucault (1926-1984), afirmou no ano de sua morte, ao dizer que o objetivo do seu empreendimento intelectual dos seus últimos 20 anos seria “[...] elaborar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos são constituídos em sujeitos”. (Hubert Dreyfus & Paul Rabinow, 1984/1995, p. 231). Dito de outra forma, “os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição do sujeito” (Castro, 2016, p. 408).

Nessa perspectiva, trata-se mais de um processo ou modos de subjetivação do que aquilo que é sustentado pela ortodoxia filosófica, isto é, de um sujeito tido como estrutura (Ferreira Neto, 2017, p. 09). Conforme nos indica Mansano (2009), as investigações de Foucault o impeliram a compreender como são produzidos e transmitidos os modos de subjetivação na cultura. Para Foucault (1926-1984), a subjetividade não pode ser tomada como algo definitivo no momento em que se manifesta, mas está em constante processo, intrinsecamente ligado à cultura e ao período histórico em que o sujeito está inserido. Vale destacar as limitações impostas por uma espécie de análise de um *a priori* histórico da experiência (Gracia, 2014). Isso porque, nas palavras de Gracia (2014, p. 07, tradução livre), “[...] é impossibilitado ao olho, enxerga-se, uma vez que ele é o instrumento utilizado para ver. Não é possível ser causa e efeito, produto e processo, a única coisa que ele, o olho, pode ver, é uma fotografia de si mesmo”.

Hur e Sabucedo (2020, p. 07), apontam que no campo macropolítico, há uma virada aos extremos, tanto na ala esquerda quanto para a direita do espectro político, algo que tem estabelecido agudos e po-

larizados debates políticos. Eles citam vários países nesse processo, no caso específico do Brasil, delimitamos nossas análises a partir do ano de 2013, quando algumas reportagens veiculadas na imprensa, podem descortinar o entendimento acerca do assunto, sobretudo, sobre o grupo de nosso interesse, ou seja, os jovens.

Para esclarecer a quem chamaremos de jovens neste trabalho, recorreremos a alguns apontamentos da pesquisa realizada por Jairo Nicolau (2020), sobre a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. O autor destaca que a partir da Constituição de 1988, a idade para que uma pessoa pudesse votar em algum pleito eleitoral foi reduzida de 18 para 16 anos de idade. Sendo que para as pessoas de dezesseis e dezessete anos, o voto é facultativo, mas de dezoito até setenta anos de idade obrigatório (Nicolau, 2020, p. 62). Ele usou como critério de idade os mesmos dados da pesquisa do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), onde os eleitores respondentes foram divididos em quatro grupos: de 16 a 29 anos, de 30 a 44, de 45 a 59 e de 60 anos ou mais (Nicolau, 2020, p. 64). Nesse sentido, chamaremos jovens todos aqueles que possuem entre 16 até 39 anos de idade, esta é a média aproximada da idade de pessoas entre 16 e 60 anos. Fica esclarecido neste ponto que em nosso entendimento, as experiências políticas dos jovens passam em alguma medida pelo seu posicionamento político-partidário.

A título de exemplo da afirmativa anterior, podemos pensar no tradicional binômio da política, direita-esquerda. Como indicado por Tavares (2016, p. 19), na concepção política esquerda-direita aproxima-se das funções da orientação geográfica. Assim, “usamos a esquerda e a direita para nos situarmos, para explicar qual é a nossa posição relativa aos outros e para partilhar o rumo com quem está ao nosso lado. E na política também” (Tavares, 2016, p. 19). Ao situar-se no campo político-partidário, ao menos uma parcela significativa dos ideários dos jovens pode ser compreendida como sendo mais progressista ou mais conservadora, revolucionária ou reacionária, ou seja, quem pensa parecido comigo e quem não pensa. Uma vez explicado esses pontos, buscamos selecionar como algumas narrativas aparecem em reportagens, além de trabalhos de autores que concebem matérias veiculadas tanto em mídias

sociais digitais, quanto nos veículos de comunicação de massa como material empírico para suas análises.

Começamos por destacar uma reportagem do portal de notícias G1, publicada em 18 de junho de 2013, que estampava o seguinte título: “Imprensa internacional destaca manifestações no Brasil”. No corpo do texto eles apontaram como vários jornais do mundo noticiaram os acontecimentos políticos no Brasil, tais como: “O descontentamento no Brasil provoca o maior protesto em décadas”, citando o jornal espanhol *El País*. Já em outra reportagem que aparece no Francês *Le Monde*, dizia que “uma maré de manifestantes no Brasil; cenas de caos no Rio”, segundo o G1 (2013), a reportagem dos espanhóis e franceses correspondia a indignação da população pelo preço do transporte e da copa do mundo de 2014 que o país receberia. Na rede britânica *BBC*, foi noticiado “Violência no Rio, atos pacíficos em São Paulo e tentativas de subir no prédio do congresso em Brasília”. No jornal estadunidense *The New York Times*, falava de “milhares de manifestantes nas ruas brasileiras, contra o alto custo de vida e os gastos com estádios de futebol”. Já no Inglês *The Financial Times*, destacaram que: “fala sobre movimento de jovens que ecoa em diversas cidades do país” (G1, 2013).

Em consonância com a última reportagem que retrata os jovens nas ruas, Santo, Diniz e Ribeiro (2016), apontam que estava na cena dessas manifestações, o que foi denominado como “Jornadas de junho”. Os autores destacam que as manifestações foram fomentadas naquele momento, em especial o mês de junho por um movimento chamado de “Movimento Passe Livre” (MPL), sendo uma das bandeiras desse movimento a eliminação de tarifa nos transportes públicos do Brasil (Santo, Diniz & Ribeiro, 2016, p.141). As ruas de algumas cidades brasileiras, a começar pela capital paulista, foram tomadas por milhares de jovens em protestos, sendo essas manifestações marcadas em dados contextos por uma tensão. Ao passo que as chamadas Jornadas de Junho de 2013, foram “uma espécie de interrogação lançada sobre a democracia brasileira, incitando compreensão e elaboração de respostas políticas” (Corrochano; Dowbor & Jardim, 2018, p. 59).

Segundo Couto (2021, p. 36), nessas manifestações não raro era possível ver bandeiras e faixas com frases genéricas representando um

antipartidarismo. Neste contexto, ficou apontado em uma pesquisa feita pelo Datafolha “com manifestantes num (*sic*) protesto na cidade de São Paulo, no meio de junho de 2013, mostrava que 84% dos presentes não tinham preferência partidária alguma, e 24% estavam ali ‘contra os políticos’” (Couto, 2021, p. 36). Algo que proporcionou um terreno fértil para favorecer aquele que aparecesse dizendo ser um *outsider*, ou seja, aquela pessoa que teoricamente não faz parte do sistema político estabelecido.

Além dos já citados ocorridos, a sintética descrição política do período de 2013 a 2018 realizada por Freitas e Silva (2019), pode trazer lucidez na compreensão do que chamamos no tópico subsequente de modos de subjetivação polarizado, como sendo fruto de algo que vem amadurecendo ao longo dos últimos anos no Brasil, os autores assim traduzem esta etapa histórica:

Podemos caracterizá-la como um processo que incorpora desde as manifestações de junho de 2013, seguidas das disputas eleitorais em 2014, do impeachment da presidente Dilma, da prisão do ex-presidente Lula, para destacar alguns pontos-chave. Esse ambiente turvo tem sido alvo de cientistas políticos para alcançar alguma explicação (Freitas & Silva, p.138).

A explicação da qual eles se referem corresponde a vitória do presidente eleito em 2018, Jair Messias Bolsonaro, pelo até então, não muito expressivo, Partido Social Liberal (PSL). Vencendo as eleições no segundo turno sobre o Partido dos Trabalhadores (PT), que pleiteava a presidência com o candidato Fernando Haddad. Mesmo tendo aproximadamente três décadas na política, Bolsonaro soube captar muito bem o que estava acontecendo naquele momento, sendo o suposto “*outsider* antipolítico brasileiro”.

O Presidente eleito, Bolsonaro, se autodeclara de direita e conservador, mas que contém traços do que o cientista político João Pereira Coutinho (2018), indica ser características de um reacionarismo político. O reacionarismo seria uma espécie de movimento ideológico que busca reviver a utopia de um suposto passado glorioso, mas que na verdade nunca existiu (Coutinho, 2018). Este tipo de movimento pode colocar em risco as instituições democráticas do país, uma vez que para

se instaurar esse suposto passado, os avanços que foram construídos ao longo dos tempos precisam necessariamente ser destituídos ou mesmo destruídos. Sendo mais adequado caracterizá-lo como de extrema-direita. Seguindo nessa perspectiva, as eleições de 2018 no Brasil, que é o ponto de chegada de nossas análises, pode nos ajudar a entender como tem sido vivenciada a experiência política dos jovens e possivelmente os modos de subjetivação em torno da temática a partir do ano de 2013.

Segundo Nicola (2020, p. 66), nas eleições de 2018, os jovens de dezesseis a 29 anos, do gênero masculino optaram em sua maioria por votar no candidato Jair Bolsonaro. Em contraste, o autor diz que nos anos anteriores, ou seja, em 2010 e 2014, o Partido dos Trabalhadores (PT), que é um partido político autodeclarado de esquerda, teve o público de dezesseis a 29 anos votando majoritariamente nele (Nicola, 2020, p. 66). Na verdade, o Partido dos Trabalhadores perdeu em todas as faixas etárias em 2018 para Jair Bolsonaro (Nicola, 2020, p. 66). Algo que abarca todo o público por nós denominado de jovens, isto é, de 16 a 39 anos.

Dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), reforçam o que apresenta Nicolau (2020). Pois essa pesquisa apontou serem os jovens entre 16 e 34 anos de idade o maior público dos eleitores de Jair, somando um total de 60% dos votantes (Hur & Sabucedo, 2020, p. 135). Este dado se demonstra relevante em nosso trabalho, pois temos como já indicado, os jovens aqueles que estão entre 16 e 39 anos de idade. Isto quer dizer que o público por nós abordado estatisticamente foram os que mais votaram em Jair Messias Bolsonaro.

Mas como entender com maior segurança a constituição dos modos de subjetivação política dos jovens brasileiros se o que temos é aparentemente mais a negação de um partido ou um político em detrimento da aderência de outro? Talvez seja insuficiente a partir dos dados indicados deduzir que a maioria dos jovens nessa faixa etária são de direita, ou mesmo identificam-se com então candidato vencedor nas eleições de 2018. Isso porque o que se tinha no Brasil, era um sentimento antipetista (Bello, 2019); (Nicola, 2020). Assim, neste ponto, para entender e termos mais robustez de quem são as pessoas que mais aderiram ao discurso de Jair Bolsonaro, faz-se necessário ampliarmos as análises em torno do gênero e da escolaridade dos seus eleitores.

No critério de escolaridade, Bolsonaro venceu o Partido dos Trabalhadores (PT), em todas as três faixas escolares, isto é, pessoas com baixa, média e alta escolaridade (Nicola, 2020, p. 44). Ressaltando apenas que seu maior número de votos foi entre pessoas com escolaridade média e superior (Nicola, 2020, p. 44). Sendo os com escolaridade média o mais relevante para sua eleição, pois é o público que mais cresce em números relativos desde 2002 dentre o eleitorado brasileiro, representando 40% do total em 2018 (Nicolau, 2020, p. 52). Assim, esses dados estão em simetria com o que aponta Hur e Sandoval (2020, p. 135), ao dizerem que, quem aderiu a um discurso pautado na “violência e na punição” nas eleições em 2018 no Brasil, não foram as “classes mais pobres e sem formação”, isto é, foram os mais escolarizados que se identificaram em alguma medida com Bolsonaro.

Quando o quesito é gênero, no momento em que o nome de Bolsonaro era apresentado nas primeiras pesquisas de opinião durante a sua candidatura, constatou-se que a maioria dos seus apoiadores era composta por homens (Nicolau, 2020, p. 53). Uma pesquisa do Ibope apresentada em 16 de agosto de 2018, sendo a primeira após a confirmação da candidatura de Bolsonaro, ele tinha 26% de apoio dentre os homens e só 13% entre as mulheres (Nicolau, 2020, p. 53). O autor credita que essa maior aderência do público masculino deve ter acompanhado Bolsonaro em toda sua carreira política de deputado federal. A explicação para isso, seria que sua vida parlamentar é marcada pela defesa do discurso de pautas militaristas, corporação que é predominantemente composta por homens. Em diversos momentos de sua carreira política, Bolsonaro se envolveu em polêmicas com discursos repletos de conteúdos machistas e misóginos, o que contribui para seu insucesso entre o público feminino (Nicolau, 2020, p. 54).

Em consonância com essa perspectiva, em 2018 foi criado um movimento no *Facebook* denominado, Mulheres Unidas Contra Bolsonaro (Nicolau, 2020, p. 56, grifos do autor). Esse movimento suscitou a *hashtag* “Ele Não”, promovendo manifestações contra a candidatura de Bolsonaro em dezenas de cidades brasileiras no dia 29 de setembro de 2018, tendo maior aderência em São Paulo e Rio de Janeiro (Nicolau, 2020, p. 56, grifos do autor). Uma pesquisa realizada pelo Grupo de Pes-

quisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (GPOPAI), da Universidade de São Paulo (USP), destacou que nas manifestações do “Ele Não” em São Paulo, foi composta de 62% de mulheres, destas que se autodeclararam de esquerda foram 80%, elas tinham entre 18 e 44 anos de idade 78%, com escolaridade alta que estavam cursando a faculdade ou já tinham curso superior completo 80% (Nicolau, 2020, p. 56).

Contudo, mesmo diante de todos esses eventos, algo ocorreu entre o primeiro e segundo turno que fez o apoio a Bolsonaro disparar entre o grupo feminino. Como apresentado pelos dados da pesquisa do Eseb-2018, ele recebeu 53% dos votos válidos entre as mulheres e 64% entre os homens, ao passo que Haddad seu adversário obteve aproximadamente 47% entre as mulheres e só 36% dos homens (Nicola, 2020, p. 57). Temos por hipótese que dois fatores podem ajudar a explicar essa virada até mesmo do público feminino em apoio ao candidato Bolsonaro. A aposta dele em um discurso polarizado, e nas mídias digitais. Isso porque aquele que foi escolhido pela maioria dos jovens para presidir o país tem como premissa de governo um discurso permeado pelo mecanismo da polarização (Tatagiba, 2021, p. 448).

Portanto, cogitamos que os últimos anos têm sido preponderantes no quesito de uma radicalização e intolerância o que têm interposto os modos de subjetivação dos jovens. Tipificado uma polarização nos posicionamentos políticos, que aos poucos vêm minando a possibilidade de diálogo e a resolução do comum entre os inseridos nesse quadro social. O que pode em nosso entendimento colocar em disfuncionalidade a própria acepção de política, como sendo o campo onde as heterogeneidades podem se manifestar sustentadas pelas premissas do Estado Democrático de Direito. Não que a tensão política em si seja fulcro do problema, mas a não aceitação do contraste é o que deve ser considerado como complicador nessa conjuntura.

3. MODOS SUBJETIVAÇÃO POLARIZADOS: UMA ALTERNATIVA PARA SE ENTENDER O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

A sociedade atual tem sido marcada por intensos antagonismos políticos, isto tem produzido frequentes discursos extremistas, desencadeando uma erupção de ânimos nas relações sociais, culturais e, diríamos, históricas. Algo que julgamos manifestar-se por meio de discursos político-partidários. Segundo Bobbio (2011, p. 51), os espectros, direita e esquerda, são “programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence a política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade [...]”. Ou ainda, como indica Tavares (2016, p. 36), ao se identificar com direita ou esquerda, o sujeito estabelece uma forma de estar na sociedade, na cultura.

Na busca de explicar a presente conjuntura social e política brasileira, bem como, interpretar as idiosincrasias dos sujeitos no campo político nos últimos anos, especialmente de 2013 em diante. Articulamos as concepções de “modos de subjetivação” e a ideia de “relações de poder”, ambos conceitos presentes na obra de Michel Foucault (1926-1984). Chegando então ao que denominamos de *modos subjetivação polarizados*, termo tomado em última instância, como definição operacional para se discutir os processos de subjetivação na contemporaneidade.

Em suma, diríamos que estamos chamando de modos de subjetivação polarizado a manifestação em que os sujeitos evocam mediante o discurso, a defesa de suas ideias e pareceres no campo político, não sendo único e exclusivo da área supracitada, mas tendo forte ligação com esta. Discursos estes que são elevados à concepção do que se sabe ao estatuto de absoluto. Esses modos de subjetivação polarizados são marcados por conflitos explícitos e implícitos com um indivíduo ou grupo de pensamento destoante, quer seja pessoal ou virtualmente, terminando na maioria das vezes com rupturas nas relações do campo social e até mesmo familiar.

Para nos fazer entender, analisemos o que Foucault (1926-1984), disse em uma entrevista envolvendo o que ele conceituou de relações de

poder. Foucault (1977/2015), aponta que as relações de poder são entendidas em muitos casos somente como força de Estado em suas muitas instâncias. Entretanto, na sociedade há variadas relações de poder, supondo com isso, que podem tanto ser compreendidas à luz de um Estado que a impõe de cima para baixo sua força, como também, acontecendo o oposto, isto é, existindo tais relações debaixo para cima. Pois a estrutura de Estado só funciona bem devido a existência basilar destas relações. Ou seja, tem que haver em torno dos indivíduos, “[...] relações de força de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo” (Foucault, 2015, p. 226).

As relações de poder se manifestam de formas diversificadas a depender do período histórico e época se apropriando de estratégias diferentes umas das outras (Foucault, 2015). Ele ainda afirma que as relações de poder possuem grande alcance em meio aos relacionamentos humanos. O que não é um indicativo de que o poder político esteja localizado em todos os lugares. Mas que há uma soma de relações de poder que seja capaz de reproduzir-se entre indivíduos nos diferentes contextos, familiar, através do ensino ou no campo político (Foucault, 1984/2017). Cabe questionar quais métodos essas microlutas, ou se preferir, esses “micropoderes” Foucault (1976/2019b, p. 162), tem utilizado para insurgir na sociedade contemporânea? Nas palavras de Sabucedo, Alzate e Gómez-Román (2020): “Os comportamentos, incluindo o político, não são independentes do contexto no qual se produzem” (Sabucedo; Alzate & Gómez-Román, 2020, p. 16).

Entendemos que há um avanço de discursos extremados no cenário político brasileiro, como já explicitado anteriormente, sendo então, responsáveis por gerar disputas entre os agentes políticos na base da sociedade civil. Reputamos que os escritos de Hur e Sabucedo (2020), sobre extremismos políticos partindo de uma leitura psicopolítica do tema, podem contribuir em respaldo ao que sugerimos sobre modos de subjetivação polarizados. Quando esses autores declaram a respeito de algumas possíveis manifestações extremistas dizendo que:

[...] os extremismos políticos não se expressam somente nos conflitos radicais, como na luta armada, nos atentados e mobilizações terroristas, mas em muitas formas de ativismo político. No

âmbito cognitivo, configuram-se como comportamentos rígidos e intolerantes ao que emerge como diferença. Consta-se uma rigidez que não aceita novas ideias; se alguém afirma algo distinto do que o grupo crê ou pensa, não é aceito. (Hur & Sabucedo, 2020, p. 08).

Eles usam a expressão “crê”, para designar a forma como os sujeitos que aderem a tais posturas, se enrijecem não dando espaço ao diferente. Os autores ainda destacam que esse tipo de comportamento equivale a interpretar a realidade nas mesmas bases dos “fundamentalismos religiosos, porém fora do âmbito da religião” (Hur & Sabucedo, 2020, p. 09). Isto pode ser característico de um fanatismo que indica “a certeza de quem fala em nome de um princípio absoluto e, portanto, pretende que suas palavras também sejam absolutas”. (Abbagnano, 2012, p. 497).

Todavia, temos por hipótese que isso pode ser compreensível se levarmos em consideração a noção indicada até aqui sobre as relações de poder disposta por Michel Foucault (1926-1984). Pois na perspectiva do filósofo, “[...] as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação incontornável”. (Foucault, 2015, p. 227). Assim sendo, ao polarizar o discurso, o sujeito gradualmente vai reforçar a subjetivação no intuito de sobrepor-se ao oponente político em busca de reverter a “dominação política” supostamente vigente. Em geral esses comportamentos se manifestam de maneira radicalizada, não importando o grau de proximidade ou distância afetiva que se tenha com o outro a que se opõe politicamente, impondo sua concepção de verdade como sendo a única possível.

Guardadas as devidas proporções epistemológicas sustentadas por cada autor, arguimos que o entendimento de Hur e Sabucedo (2020), se articula em alguma medida de forma harmônica com a concepção de relações de poder descrita por Foucault (2015). O que pode fornecer elementos para se compreender o que a sociedade brasileira contemporânea, ou pelo menos, parte dela, tem apresentado no campo político. Em outras palavras, os sujeitos têm caído na tentação do absolutismo do que se sabe, rejeitando tudo e todos que não coadunam com sua verdade.

Ficando um grupo de um lado com suas verdades incontestes e diametralmente na outra ponta os outros sujeitos, resultando em modos de subjetivação polarizados.

Assim, consideramos ser preciso registrar os efeitos que tais condutas e formas de apreender a realidade dentro do arranjo social e político podem causar nos processos de subjetivação. Uma vez que em nossa interpretação, mesmo divergindo em vários aspectos, o que é próprio da política, esta ainda é o que viabiliza o debate dialético no sistema democrático entre os diferentes. Possibilidade esta, que pode esvair em meio a discursos polarizados. Cogitamos que esses discursos polarizados e fanatizados foram gradualmente introduzidos no debate público no contexto brasileiro, permeando os sujeitos, produzindo posicionamentos radicalizados.

Portanto, queremos despertar o senso crítico em torno da temática, para que estratégias possam ser analisadas em avaliação do cenário atual. A fim de que dessa maneira, possamos ressignificar os modos de subjetivação ao que corresponde a formação política do público jovem, pois como nos diz Taylor (2018, p. 17, grifo da autora) “[...] assumimos e ocupamos as posições de sujeito que o nosso contexto sócio-histórico nos disponibiliza: sujeitos não são apenas feitos, nós nos fazemos”. Porém, pensamos ser preciso agora esclarecer dois elementos para minimizar os questionamentos que possam ter surgido na argumentação até aqui apresentada. O primeiro sobre a noção de discurso aqui tomada. O segundo, como esses discursos são propagados na contemporaneidade tendo amplo alcance na conjuntura social, mais especificamente entre o público jovem.

4. DISCURSO E POLARIZAÇÃO POLÍTICA: O PAPEL DAS MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS NOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

O discurso é entendido por Foucault (1969/2019a), como o “conjunto de enunciados que se apoia em um determinado sistema de

formação [...]”, podendo falar com isso de “discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico” (Foucault, 1969/2019a, p. 131). Assim, propomos acrescentar aos citados pelo filósofo, o discurso político. Edgardo Castro (2016), aponta que o termo discurso tem papel nuclear no pensamento de Michel Foucault. Em obras como: *A ordem do discurso*, em *Arqueologia do Saber*, *As Palavras e as Coisas*, *Ditos e Escritos IV*, isso para ficarmos em alguns exemplos, ele fornece questões relevantes em nossa interpretação para se entender o que está implícito aos discursos.

As proposições suscitadas por Michel Foucault, possibilitam pensar o discurso por ângulos opostos dos abordados pela linguística estrutural. Isso porque ele discorre que a ideia de estrutura não estava em seu escopo de investigação, tão pouco a noção de sentidos dos discursos. Mas o que lhe importava era apontar a função do discurso quando alguém diz determinada coisa em um determinado momento. Assim o discurso tem a função “[...] de estabelecer e descrever as relações que esses acontecimentos – que podemos chamar de discursivos – mantêm com os outros acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições” (Foucault, 1978/2015, p. 249-250, grifos do autor).

Foucault (2014, p. 09), diz que um discurso pode não aparentar relevância, mas logo fica manifesto em suas interdições que surgem pelo confronto, sua conexão com o desejo de poder. O ponto que nos interessa na afirmação feita por Foucault, não está no estatuto do que ele designou de desejo, mas sim, na ideia de poder. Pois ele declara que o poder está associado a acontecimentos políticos e que o discurso está vinculado à dimensão da história (Foucault, 1978/2015). Nessa perspectiva, ele afirma, que a história insiste em ensinar que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1970/2014, p. 10). Assim, deve-se levar em consideração a conjuntura histórica e política que determinado discurso está inserido.

Partindo disso, explicitada a noção de discurso aqui adotada, acreditamos que se possa dizer da existência de um discurso produtor de um poder-saber, que tem capitaneado os sujeitos, explicando-os a partir

de estereótipos formulados pelos interlocutores e portadores desse discurso. Esta conduta é adotada pelas diferentes matrizes políticas, manifestando em suas variações, dependendo apenas do lado que está sendo escolhido nessa “disputa de poder político”. Neste instante, cabe questionar, como esses discursos são fecundados no meio social, fazendo surgir posturas enrijecidas e extremadas. Presumimos que entra no jogo o papel que as mídias sociais possuem na propagação desses discursos que tem sido parte constituinte de modos de subjetivação atuais, se tornando mais um espaço onde se materializa as relações de poder.

Um fator indispensável para entender esses ocorridos, foi o papel, até então, inédito, que a internet protagonizou na difusão da mensagem para mobilização social massiva (Ruediger; Martins; Luz & Grassi, 2014). Vanina Dias (2016, p. 33), aponta que na contemporaneidade as redes sociais não têm protagonismo apenas para o “[...] entretenimento, mas também para a cultura, a política, a economia e outros setores da sociedade”. Essa afirmativa pode ser notada nos últimos anos, pois tem aparecido no repertório de parte dos brasileiros expressões como, fascista, comunista, neonazista, feminista, lulista, bolsonarista, direitista, esquerdista, militarista, racista, homofóbico, xenofóbico, transfóbico. Discursos estes, que chegam com rapidez a todas e todos que se conectam pelas mais variadas plataformas como, por exemplo, *Twitter*, *WhatsApp*, *Instagram*, *Facebook* e *YouTube*, dentre outras.

Outro detalhe que chama a atenção, é o que Empoli (2020, p. 21), elucida sobre os novos promotores da política, pois para estes “[...] o jogo não consiste mais em reunir as pessoas em torno de um denominador comum, mas ao contrário, em inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos para, em seguida, adicioná-los, mesmo à revelia” (Empoli, 2020, p. 21). O autor ainda explica, que o algoritmo funciona “[...] cultivando a cólera de cada um sem se preocupar com a coerência do coletivo, o algoritmo dos engenheiros do caos [consultores políticos] dilui antigas barreiras ideológicas e rearticula o conflito político [...]” (Empoli, 2020, p. 21, grifo nosso).

Isso sem entrar no mérito da verossimilhança se é correspondente ou não com a conduta do indivíduo, pois o que importa é “ultrajar o inimigo”, entrando em cena também as chamadas *fake news*. Ainda dentro

dessa perspectiva, Raquel Recuero e Anatoliy Gruzd (2019, grifo nosso), explicam que o termo *fake news*, corresponde a desinformação, sendo algo que não tem compromisso com a verdade nem com a averiguação dos fatos, mas que possui livre trânsito nas mídias sociais. Ocorrendo no campo político o que os autores designaram de “cascatas de Fake News política” (2019, p. 45, grifo do autor). Se traduzido de forma literal, *fake* = falso e *news* = notícias, pode ser entendido então como, notícias falsas ou no mínimo seria algo que indica rumores ou boatos que tomam aspecto de notícias jornalísticas (Recuero & Gruzd 2019, grifo nosso).

Segundo Empoli (2020, p. 78), uma pesquisa do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), evidenciou que uma notícia inverídica possui, em média, 70% de probabilidade de ser compartilhada na internet do que uma verdadeira. Como nas redes sociais, a atual divulgação é nutrida especialmente de “emoções negativas”, o que favorece as “fake news e as teorias da conspiração” (Empoli, 2020, p. 21). Assim, uma vez soltas as correntes da cólera no ser humano, é então, “possível construir qualquer tipo de operação política” (Empoli, 2020, p. 90). As redes sociais exerceram um singular papel no processo eleitoral brasileiro, pois “além de ampliar a velocidade de propagação de uma notícia falsa, adicionaram às eleições de 2018 um componente ausente do boato tradicional: o eleitor agora pode assistir e ouvir e ‘ter certeza’ de que aquela notícia é verdadeira” (Nicolau, 2020, p. 92, grifos do autor).

Esse tipo de comportamento ocorre porque as redes sociais não suportam intermediadores (Empoli, 2020). Além de não haver em muitos casos a preocupação dos usuários em avaliar se um dado discurso proferido e divulgado pelas mídias sociais, seja congruente ou não diante da realidade dos fatos em comparação com a narrativa atribuída a esse discurso. Isso porque na contemporaneidade essas práticas discursivas circulam também através dessas mídias. Assim, mesmo que o objeto escolhido para compor o discurso, não seja considerado uma ofensa, mas apenas uma categoria política ou étnica em defesa de causas raciais ou de gênero, assume o posto de algo que deve ser combatido, passando a ser interpretado como algo deletério.

Está tipificado com isso o indício do quão problemático pode ser adotar determinado discurso político na atualidade, uma vez que pode

ser existente e congruente com a conduta de determinada pessoa ou grupo. Os discursos podem ter sido criados, para um lixamento virtual de um “inimigo político”, nessa disputa instituída pelas relações de poder, fazendo robustecer ainda mais os modos de subjetivação polarizados nas mídias sociais. Assim fica evidenciado como as *fake news*, possuem o potencial de debilitar o debate político, o transportando para regiões perigosas e obscuras, tornando precária a interpretação dos fatos, deturpando a percepção daqueles que entram em contato com essas (des) informações, sendo um fator relevante para se pensar a temática política na contemporaneidade.

Contudo, cabe ressaltar nesse instante, que não há aqui, a intenção de demonizar as mídias sociais, pois o uso destas pode ser positivo, isso se levar em consideração que mais pessoas se envolvem na problemática política e se informam por meio delas cotidianamente, havendo assim um grande alcance da população, especialmente os jovens. Como também, não temos o intuito de discutir o campo teórico específico de cada uma das mídias sociais citadas. Mas antes, nossa prerrogativa se encontra em indicar o papel potencializador que as mídias podem assumir, enquanto ferramenta na divulgação e propagação de discursos políticos, se mostrando um importante meio pelo qual acontece a produção de subjetividades no presente período histórico (Dias, 2016).

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrou que em 2017 a internet era utilizada “em 75% dos domicílios brasileiros, na área urbana chegando a 80% das casas e na área rural, a 41% [...]” (Nicola, 2020, p. 88). A promoção na utilização das redes sociais no Brasil ao longo da última década, isto é, de 2010 em diante, está associada ao alargamento do acesso à internet (Nicola, 2020, p. 88). Desse modo, Nicola (2020, p. 89), aponta que a grande utilização de Bolsonaro das “redes sociais e do YouTube e pela ampla rede de apoiadores conquistados no meio digital foi um dos fatores decisivos para a consolidação de sua candidatura”. O autor ainda aponta que Bolsonaro foi o político brasileiro que mais cresceu nas redes sociais no decurso do seu último mandato de deputado federal, que foi entre os anos de 2015-2018. Tendo em 2014 um número de 68 mil seguidores, passando para

376 mil três anos depois e no Facebook, no ano de 2017 ele atingiu 4,7 milhões de seguidores (Nicola, 2020, p. 89).

Talvez esse seja o fator preponderante para explicar o sucesso de sua vitória de Bolsonaro entre o público mais jovem. Pois conforme já apontado no presente trabalho, esse público próximo dos 30 anos teve sua socialização política realizada por intermédio das mídias de comunicação de massa e pelas redes sociais (Hur & Sabucedo, 2020, p. 135). Seguindo nessa linha, a afirmativa de Nicola (2020, p. 66), de que no grupo de eleitores na faixa de dezesseis a 29 anos já foram “socializados na era digital e usam extensivamente as redes sociais no seu dia a dia”. Esse detalhe se torna importante para retomarmos um ponto do primeiro tópico deste trabalho, onde ficou demonstrado que o público jovem votou maciçamente em Jair Bolsonaro, atingindo 60% do seu eleitorado (Hur & Sabucedo, 2020, p.135). Sendo possivelmente essa a via que melhor explica a aderência do público dessa faixa etária ao discurso radicalizado de Jair.

Outro ponto de discussão, está em torno do termo mídias sociais, pois neste trabalho gostaríamos de levar em conta o que nos aponta Ciribeli e Paiva (2011, p. 59), ao dizerem que: “Confunde-se muito redes sociais com mídias sociais, que, apesar de estarem no mesmo universo, são coisas distintas. Mídia social é o meio que determinada rede social utiliza para se comunicar”. Assim, pressupomos que seja melhor pensar em mídias sociais digitais, que é um dos meios pelo qual a comunicação atual se estabelece através de suas mais variadas formas, como já citado anteriormente, sendo um fator indispensável para se pensar os modos de subjetivação.

Temos por hipótese que as relações de poder, conforme formulado por Foucault (2019c), se manifestam por intermédio dessas ferramentas na contemporaneidade, repercutindo em vários cenários da vida da população, onde encontram-se inclusive os jovens no caso citado por Dias (2016). Neste momento alguém pode questionar qual a conexão estabelecida no presente trabalho, entre polarização política, discurso, relações de poder, jovens e mídias sociais digitais. Talvez essa inquietação possa ser ao menos apaziguada com a afirmativa de Hur e Sabucedo (2020, p. 135), ao dizerem que:

Hoje em dia, o jovem de quase 30 anos, que nasceu após o fim do bipolarismo mundial, não teve sua socialização política por meio da participação em grêmios estudantis, partidos ou outros tipos de associações civis. Sua socialização política se deu, em grande parte, através da recepção dos conteúdos dos meios de comunicação de massas e atualmente por meio de sua interação com a internet. Houve assim a transição de um enquadramento coletivo presencial para um individual e digital.

Os autores ressaltam que consideram essa mudança uma variável importante na forma de ativismo político contemporâneo (Hur & Sabucedo, 2020). Para Dias (2016, p. 17), hoje com mudanças tão agudas na esfera social e tecnológica existe uma “nova sociedade”. De sorte que, consideramos que as relações de poder como indicado por Foucault (2019c), é exercida por jovens na presente conjuntura nos diferentes espectros políticos, se manifestando em demasia por meio das mídias sociais digitais. Nestes ambientes virtuais, aparecem como já indicado, discursos radicalizados e cada vez mais acirrados pelo espaço político no país. Sendo uma característica própria da contemporaneidade a produção de modos de subjetivação permeados por uma polarização no espectro político. Algo que foi e é bem utilizado por Bolsonaro, que ao “traduzir as diferenças categóricas como norte orientador do processo político, o governo radicaliza a polarização [...]” (Tatagiba, 2021, p. 448).

Essa categorização corresponde em atribuir a indivíduos ou grupos critérios de semelhança, podendo ser legítimas ou criadas, por exemplo, “[...] lugar de nascimento, sexo, situação econômica, ideologia, cor de pele, para citar apenas algumas das mais relevantes na cena política” (Hur & Sabucedo, 2020, p. 25). Os autores dizem que o grupo injustiçado ou ameaçado não se identifica com o todo, “[...] se colocando em marcha a dinâmica do nós contra eles” (Hur & Sabucedo, 2020, p. 25, grifo do autor). Ativando dispositivos de “favoritismo endogrupal e diferenciação intergruppal, que em situações de conflito dão lugar a vieses negativos e atitudes hostis aos exogrupos [...]” (Hur & Sabucedo, 2020, p. 25). Elemento este introduzido por Bolsonaro no que ele estigmatiza como esquerda. Segundo Tatagiba (2021, p. 448), na classificação esquerda, entram grupos que ultrapassam o que se chama

de esquerda partidária, como, por exemplo, “defensores dos direitos humanos, movimentos populares, feministas, ambientalistas, grupos antirraciais, movimentos populares, sindicalistas, homossexuais, professores universitários, artistas, entre outros.

Portanto, veremos em curto, médio e longo prazo, quais marcas serão deixadas por processos de subjetivação firmados nesses parâmetros, levando em consideração o público jovem, bem como, avaliar se as bases da democracia brasileira estão consolidadas. Diante de uma conjuntura política conturbada como a apresentada em 2013. Pois retomando ao que Gracia (2014, p. 07), nos disse, é impossível ao olho ver a si mesmo, restando apenas a possibilidade de ver uma foto de si mesmo. Assim no máximo podemos oferecer com este trabalho no momento, são alguns potenciais problemáticas que esse período histórico tem produzido nos modos de subjetivação de jovens na contemporaneidade brasileira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos neste trabalho, a crise no contexto político brasileiro, decorrente sobretudo dos anos de 2013 em diante. Eventos políticos marcados por discursos polarizados, onde a efervescência dos ânimos tomou parte da sociedade brasileira, apontando assim, os possíveis efeitos desta conjuntura nos modos de subjetivação dos sujeitos, sobretudo dos mais jovens. Assim, supomos que os objetivos elencados neste estudo foram alcançados, pois ficou declarado que os processos de subjetivação vinculados ao posicionamento político de jovens entre 16 e 39 anos no contexto brasileiro passam pelo escrutínio das mídias sociais digitais e pelos meios de comunicação de massa (Hur & Sabucedo, 2020).

Além disso, indicamos como as *fakenews* podem precarizar a forma de se discutir a política devido a sua composição deletéria e falsa (Empoli, 2020). Sendo o ambiente, o virtual, um dos locais onde as relações de poder Foucault (2019c), tem se manifestado, surgindo disputas acirradas, em muitos casos extremadas, com discursos radicalizados em busca do espaço político no país.

Ficou também descrito alguns fatos no cenário político brasileiro a partir do ano de 2013, tem sido um campo propício para uma convulsão social, dada a insatisfação da população com a conjuntura política do período abarcado. Outro ponto que ficou identificado, corresponde à existência de discursos políticos radicalizados na sociedade contemporânea, algo que tem produzido modos de subjetivação marcados por uma subjetivação polarizada. O que favoreceu a eleição a presidente de Jair Messias Bolsonaro, que em nossa concepção, pode ser um risco para a estabilidade social quanto para as bases democráticas do país. Apontamos também que o meio pelo qual os discursos se reproduzem na conjuntura social, alcançando um grande público, em especial, os jovens, ocorre através das mídias sociais digitais e dos meios de comunicação de massa.

Por fim, gostaríamos de deixar explícito, que a pesquisa apresenta limitações, como, por exemplo, em seus objetivos, que não esgotam toda a temática; o período temporal que abarcou, isto é, delimitando os anos de 2013 até o ano de 2018. Outro ponto a ser levantado é que o trabalho se balizou apenas em referências bibliográficas traduzidas para o português e duas obras em Espanhol. Ainda como limitador, tem-se o fato de que o trabalho se restringe ao público jovem, que consideramos ser de 16 até 39 anos de idade. O que pode apresentar outras conotações, se introduzir recortes e sujeitos diversificados no escopo de análise. Sendo recomendado assim, que se possa realizar mais pesquisas de cunho empírico e com outras abordagens metodológicas, o que poderá aferir para além do disponibilizado pela literatura, elementos que venham corroborar ou refutar as formulações aqui expressas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. 1.-1. (2012). **Dicionário de Filosofia** (6ª ed.). (1. e. Alfredo Bosi, & r. e. Benedetti, Trans.) São Paulo, SP, Brasil: WMF Martins Fontes.

BELLO, A. (2019). **Origem, Causas e Consequências da Polarização Política** (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas. Brasília: Instituto de Ciências políticas.

BOBBIO, N. (1984/2019). **O futuro da democracia**. Uma defesa das regras do jogo (16 ed.). Rio de Janeiro/São Paulo, Brasil: Paz e Terra.

CASTRO, E. (2016). **Vocabulário de Foucault** - Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores (2 ed.). (I. M. Xavier, Trad.) Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica Editora.

CASTRO, E. (2018). **Introdução a Foucault** (1 ed.). (B. d. Magalhães, Trad.) Belo Horizonte, MG, Brasil: Autêntica Editora.

CIRIBELI, J. P.; & PAIVA, V. H. (Jan-jun de 2011). Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. **Mediação**, 13(12), 57-74.

DIAS, V. C. (2016). **“Morando na rede”**: novos modos de constituição de subjetividades de adolescentes nas redes sociais. Belo Horizonte, MG, Brasil: CRV.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (1984/1995). **Michel Foucault**: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. (V. P. Carrero, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.

DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. (1993). **Dicionário de Filosofia**. (M. Appenzeller, Trad.) Campinas, SP, Brasil: Papirus.

EMPOLI, G. D. (2020). **Os engenheiros do caos** (1 ed.). (A. Bloch, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Vestígio.

FERREIRA NETO, J. (Novembro de 2017). A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. **Polis e Psique**, 07-25. doi.org/10.22456/2238-152X.76339

FOUCAULT, M. 1.-1. (1969/2019a). **A Arqueologia do Saber** (8 ed.). (L. F. Neves, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.

FOUCAULT, M. (1970/2014). **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970 (24 ed.). (L. d. Sampaio, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Edições Loyola.

FOUCAULT, M. (1976/2019b). **História da sexualidade I: A vontade de saber** (8 ed.). (M. T. Albuquerque, & J. Guilhaon Albuquerque, Trans.) Rio de Janeiro/São Paulo, Brasil: Paz e Terra.

FOUCAULT, M. (1994/2015). **Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder-saber** (3 ed.). (V. L. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.

FOUCAULT, M. (1984/2017). **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política** (3 ed.). (E. Monteiro, & I. A. Barbosa, Trans.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Forense Universitária.

FOUCAULT, M. (1979/2019c). **Microfísica do Poder** (10ª ed.). (R. Machado, Ed.) Rio de Janeiro/São Paulo, Rio de Janeiro, Brasil: Paz e Terra.

FREITAS, A.; SILVA, G. P. (Janeiro-Abril de 2019). Das manifestações de 2013 à eleição de 2018 no Brasil: Buscando uma abordagem institucional. **Novos Estudos**, pp. 137-155. Recuperado a partir de <https://doi.org/10.25091/s01013300201900010011>.

GLOBO.COM (18 de Junho de 2013). G1. **Imprensa internacional destaca manifestações no Brasil**. São Paulo, SP, Brasil. Recuperado a partir de <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/imprensa-internacional-destaca-manifestacoes-no-brasil.html>

GRACIA, T. I. (13 de 06 de 2014). Foucault o la ética y la práctica de la libertad. Dinamitar espejismos y propiciar insumisiones. **Athenea Digital**, p. 14. Fonte: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1390>

HEYES, C. J. (2018). Subjetividade e poder. Em D. Taylor, **Michel Foucault: Conceitos fundamentais** (pp. 203-220). Petrópolis: Vozes.

HUR, D. U.; SABUCEDO, J. M. (2020). **Psicologia dos extremismos políticos** (1ª ed.). Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.

LEITE, R. C. (2011). Aportes teóricos para análise política da universidade. **Educação em Revista** [online], 27(01), 113-128. Recuperado a partir de <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000100006>.

MACHADO, R. (2019). Introdução. In: M. Foucault, **Microfísica do poder** (10 ed., pp. 07-34). Rio de Janeiro/São Paulo, Brasil: Paz e Terra.

Mansano, S. R. (2009). Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, 8(2), pp. 110-117. Recuperado a partir de <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>

MELITO, L. (18 de 06 de 2013). *Conheça as origens do Movimento Passe Livre - EBC*. Recuperado a partir de <https://www.ebc.com.br/cidadania/2013/06/conheca-as-origens-do-movimento-passe-livre>

PEDUZZI, P. (21 de Maio de 2020). Agência Brasil. **Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca** [online]. Recuperado a partir de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca#:~:text=O%20estudante%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de,de%20at%C3%A9%20dois%20sal%C3%A1rios%20m%C3%ADnimos.>

RECUERO, R.; GRUZD, A. (mai-ago de 2019). Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia** (São Paulo, online) (41), 31-47. Recuperado a partir de doi.org/10.1590/1982-25542019239035

RUEDIGER, M. A., MARTINS, R., LUZ, M. D.; GRASSI, A. (2014). Ação coletiva e polarização na sociedade em rede para uma teoria do conflito no Brasil contemporâneo. **REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA**, 203-234.

SABUCEDO, J. M., ALZATE, M.; GÓMEZ-ROMÁN, C. (2020). Extremismo e secessionismo em contextos de crise - O movimento independentista na Catalunha/Espanha. Em J. M. Sabucedo, & D. U. Hur, **Psicologia dos extremismos políticos** (pp. 16-41). Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.

SANTO, M. O., DINIZ, E. H.; RIBEIRO, M. M. (2016). Movimento passe livre e as manifestações de 2013: A internet nas jornadas de junho. In: J. A. Pinho, **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia** (pp. 141-167). Salvador: EDUFBA.

SEVERINO, A. J. (1941/2016). **Metodologia do trabalho científico** (24 ed.). São Paulo, SP, Brasil: Cortez.

TARROW, S. (1997). **El poder en movimiento**. Movimientos sociales, acción colectiva y política. Madrid: Alianza.

TAYLOR, D. (2018). **Michel Foucault**: Conceitos fundamentais. (D. Taylor, Ed., & F. Creder, Trad.) Petrópolis, RJ, Brasil: Vozes.

TOMAZELLI, C. T. (31 de Maio de 2020). Estadão. **Apoiadores de Bolsonaro pedem intervenção militar durante manifestação em Brasília** [online]. Brasília, DF, Brasil. Recuperado a partir de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apoiadores-de-bolsonaro-fazem-novo-protesto-em-brasilia,70003320275>

EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL: VIVÊNCIAS ANTERIORES E POSTERIORES À PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Mikaelly Gallerani Pacheco

Mestranda

mikagallerani@gmail.com

Layane Fernandes Silva

Graduada em psicologia

lfernandes169@gmail.com

Maria Aparecida Penso

Doutora

mariaaparecidapenso@gmail.com

RESUMO: O presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior denominada “Egressos do Sistema Prisional: Histórias que importam” que aborda a trajetória de vida de pessoas que vivenciaram a privação de liberdade. O objetivo deste trabalho foi compreender a trajetória do egresso do sistema prisional antes e após a vivência da prisão. Tem como referencial teórico a Psicossociologia e a Teoria Geral dos Sistemas. Os principais conceitos que norteiam a pesquisa são: fronteiras, regras e padrões de comportamento dentro da dinâmica familiar, e processos de exclusão e estigmatização. Trata-se de um estudo de caso de 1 (um) egresso do sistema prisional que trabalhava em uma

cooperativa de reciclagem de madeira. Foi realizada entrevista clínica, que após transcrita possibilitou a análise de conteúdo de acordo com Bardin. A partir dessa análise, 2 categorias foram elaboradas. A primeira referente às relações familiares, a segunda sobre os processos de exclusão e estigmatização. Foi possível identificar as insuficiências e possíveis falhas nos suportes identitários do sujeito. A família apresentou dificuldades na elaboração e manutenção de regras, e na definição dos papéis familiares, o que fez com que o sujeito buscasse apoio em outros meios, o que culminou inclusive na sua saída precoce de casa. O sistema prisional atua legitimando a exclusão experimentada pelo egresso.

PALAVRAS-CHAVE: Egresso; Sistema prisional; Família; Exclusão.

1. INTRODUÇÃO

Tão importante quanto compreender o egresso do sistema prisional, é compreender sua história e suas relações antes e após a vivência da prisão. A experiência de privação de liberdade e as condições que estes sujeitos podem experimentar, impactam na sua subjetividade e nas suas famílias. As prisões são compreendidas como instituições totais, local em que as pessoas são instruídas e controladas pelo outro, sem ter a possibilidade de escolha acerca do seu modo de viver (Benelli, 2014). Segundo Goffman (1961), são instituições marcadas pelo afastamento do contato social com o mundo externo. Uma vez que indivíduo e sociedade são indissociáveis, o prejuízo dessa separação forçada na constituição subjetiva do detento também é evidente. Benelli (2014) contextualiza que não existe diferenciação nas esferas da vida do sujeito na prisão, e assim, quando essas três dimensões: trabalho, lazer e descanso, se encontram na mesma instituição, um comportamento, seja ele de humilhação ou de outro tipo, impacta o indivíduo por completo, sem chance de defesa.

De acordo com o pensamento de Benelli (2014) e Goffman (1961), essa situação pode facilitar a fragilização na subjetividade do apripsonado. Os indivíduos, na tentativa de lidar e enfrentar todas as mudanças repentinas, necessitam de sua constituição subjetiva. Contudo,

pela falta de recursos para o fortalecimento da mesma, a partir de regras impostas, rebaixamentos, infantilização, obrigações, falta de autonomia, padrões de comportamento, fechamento e perda de todas as suas referências, acabam por findar em uma fragilização subjetiva, ocorrendo a mortificação do eu (Goffman, 1961).

A Lei de Execução Penal (LEP) brasileira, lei nº 7.210 de 1984 afirma que é dever do Estado garantir assistência ao preso e ao interno objetivando prevenir o crime, efetivar as disposições de sentença e decisão criminal, além de reorientar de modo harmônico o retorno do condenado ao convívio na sociedade. No entanto, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, admite que não existem dados referentes ao egresso do sistema prisional. Sendo assim, a insuficiência de dados e informações relacionadas à trajetória das pessoas que passam pelo sistema penitenciário revela a invisibilidade que estes sujeitos vivenciam.

Este trabalho terá como marcos teóricos a Psicossociologia e a Teoria Geral dos Sistemas. No que se refere à Psicossociologia, Gaulejac (1997) afirma que ela trabalha com assuntos periféricos e pouco desenvolvidos na sociologia e psicologia, não dissociando o particular do social, o afetivo do institucional, ou o inconsciente dos processos grupais. Este modelo propõe que as mudanças individuais e coletivas não se dissociam, e os fenômenos psíquicos ocorrem entre os sujeitos.

Já a Teoria Geral dos Sistemas, para Nichols e Schwartz (2009), pressupõe que as propriedades essenciais de um organismo constituem um todo, que por sua vez, está em constante relação entre as partes. Esse fato se liga diretamente à importância das relações familiares, uma vez que este sistema não pode ser reduzido a unidades isoladas, sendo improvável compreender esse sujeito afastado do seu contexto familiar. Ou seja, o sujeito faz parte de um sistema familiar onde afeta e é afetado pelo comportamento dos seus membros.

O objetivo geral deste estudo foi compreender a trajetória do egresso do sistema prisional antes e após a vivência da prisão. Os objetivos específicos derivados foram: 1) compreender o papel da família na trajetória do egresso do sistema prisional; 2) identificar os processos de exclusão e estigmatização vivenciados antes e após a privação de liberdade.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Papel da família na trajetória do egresso do sistema prisional

Para as ciências sociais e humanas, a família é uma unidade social, em que seu papel fundamental é socializar os indivíduos por meio da educação e transmissão da cultura vigente. Ou seja, ao mesmo tempo que tem uma ligação biológica irreversível também é uma organização, um grupo social onde ocorrem as primeiras relações afetivas e principais identificações (Macedo, 2013; Sarti, 1995; Penso, Conceição, Costa & Carreiro, 2012). É na família que o sujeito vai ter seu primeiro contato com o social e é também neste grupo que vai ter suas primeiras identificações, que farão parte de sua constituição (Macedo, 2013; Penso *et al.*, 2012). As transformações decorrentes do contexto em que o sujeito se encontra, as mudanças sociais, econômicas e culturais afetam o modo de se constituir como sujeito e de se relacionar no contexto familiar.

Considerando, portanto, que a família estabelece regras e padrões que vão se influenciar mutuamente, em uma lógica circular onde os subsistemas e seus membros se relacionam, visando manter um equilíbrio dinâmico (Minuchin, 1982), a mudança em uma pessoa vai exigir uma reorganização de todo o sistema. De forma semelhante, os padrões e as regras familiares vão influenciar o modo do sujeito se relacionar com o meio (Celestino & Bucher-Maluschke, 2015). Assim, o encarceramento de um membro da família vai gerar mudanças familiares. Da mesma forma, quando o egresso do sistema prisional se encontra em uma situação de liberdade e com possibilidade de mudança, a família que lidará com essa nova situação também precisará se transformar.

2.2. Estigmatização e exclusão do egresso

Algumas situações com as quais os egressos podem se deparar na vida pós encarceramento são a segregação, marginalização e discri-

minação. De acordo com Jodelet (2001), estas seriam sequencialmente: afastamento e manutenção de uma distância geográfica; manutenção do sujeito fora do grupo; e por fim, impedimento do acesso a certos objetos de status e papéis, em que também pode se observar um fechamento diferencial, no qual as pessoas não têm acesso à estrutura básica da sociedade. Gaulejac (2006) afirma que quando o sujeito passa pela estigmatização, sendo então denominado de “desadaptado”, acaba se encaixando em sua real condição de sobrevivência. Neste sentido, o indivíduo sofre exclusão pelo que de fato é, mas ao mesmo tempo não lhe são oferecidas outras formas de viver.

A exclusão do egresso, assim como o próprio termo “exclusão”, é polissêmica. Segundo Jodelet (2001), se direciona aos indivíduos vítimas de um distanciamento simbólico ou material, numa tentativa de afastar do grupo aqueles que possuem um sentimento de incompatibilidade de interesses da própria comunidade em questão. Complementando esta ideia, Wanderley (2014) afirma que a exclusão não ocorre apenas a partir da questão física, geográfica ou material. Ela também se dá por meio de valores e representações, ou seja, a exclusão é cultural.

De acordo com Tavares e Menandro (2004), a exclusão social se configura como uma das formas mais violentas contra as pessoas na sociedade, visto que produz ausência de perspectivas, e privação de ação e representação. Neste sentido, o sistema prisional atua de modo a legitimar a exclusão experimentada pelo sujeito que passa pela prisão.

2.3. A (re)integração do egresso

Segundo a Comissão de Formação Teórica e Prática do PrEsp (2013), o cárcere tem como objetivo afastar o sujeito que infringiu a lei em prol da proteção do “cidadão do bem” e pela necessidade de vingança social. Contudo, se observa que o sujeito voltará ao contexto social de origem e precisará de oportunidades para se reestruturar e ter reais oportunidades de mudança e reintegração de forma integral. Trata-se, portanto, de um público vitimizado pela visão de vingança social, que se sobrepõe à necessidade de reintegração. É proposto que se repense

as formas de enxergar esses egressos, bem como a maneira como eles se enxergam. Em se tratando da reintegração na sociedade, é certo que o detento, agora na condição de egresso do sistema prisional, enfrenta uma série de dificuldades e preconceitos, incluindo a retirada da perspectiva de vida, devido a sua nova condição (Leal, Pedrini & Silva, 2017).

A Comissão de Formação Teórica e Prática do PrEsp (2013), afirma que o Estado julga, pune e insere o indivíduo em uma instituição que não cumpre seu papel. Além disso, uma vez que o objetivo ressocializador da pena não é atingido, permite que o sujeito saia da instituição prisional com mais probabilidade de reincidência do que quando foi inserido. A comissão evidencia ainda que o Estado parece camuflar a situação com políticas públicas, partindo do pressuposto de que elas são suficientes para mudar a trajetória do egresso, sem se atentar para a efetivação de tais políticas, bem como o acesso e a funcionalidade destas.

3. METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo, que aborda a história de vida de egressos do sistema prisional. Para tanto, foi realizado um recorte da pesquisa denominada *Egressos do sistema prisional: Histórias que importam*, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Brasília - CAAE: 99199118.0.0000.0029. A pesquisa qualitativa, conforme afirma Gonzales Rey (2005) permite: “compreender o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que nos apresenta [...]” (González Rey, 2005, p. 5).

O método da história de vida se apresenta como um recurso para melhor compreender os destinos individuais e coletivos dos sujeitos, de modo a ampliar a visão para a existência dos mecanismos que auxiliam a compreensão multideterminada do indivíduo (Gaulejac, 2005).

Para Gaulejac, (2005), por meio da história de vida, o sujeito será produtor de um relato que por si só já é único, mas também é produto de apropriações sociais, ou seja, também é coletivo. Este relato vai além de fatores objetivos, estatísticos, e permite captar regularidades e

padrões. Sendo assim, é possível enxergar o que existe de coletivo e sociológico naquilo que é individual, ou seja, faz parte do vivido do sujeito.

3.1. Participante

Foi realizado estudo de caso da história de vida de 1 (um) egresso do sistema prisional, que já cumpriu pena em regime fechado, ou seja, que apresenta a vivência de privação de liberdade. No momento da coleta dos dados, o participante tinha quarenta e três anos, ensino superior incompleto e trabalhava na Cooperativa Sonho de Liberdade na parte administrativa.

3.2. Instrumento de coleta de dados

Para possibilitar a coleta de dados, foi utilizada a Entrevista Clínica com foco nos estudos de Jacqueline Barus-Michel (2004). A entrevista clínica se diferencia das demais ao não ser somente uma coleta de dados, mas também uma forma de intervenção.

3.3. Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de uma entrevista com o egresso. O participante foi contatado e convidado a participar da pesquisa, ocasião em que esta foi apresentada e solicitada sua participação voluntária. Os procedimentos éticos contemplados pela resolução nº 466/2012 do Ministério da Saúde foram garantidos e o participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, caracterizando-se como voluntário para a pesquisa.

3.4. Procedimentos de análise de dados

A entrevista foi transcrita na íntegra. Em seguida foi feita a apresentação da história do sujeito a partir das pesquisadoras. Para a Psicossociologia, a elaboração da história do sujeito de acordo com o pesquisador se configura como uma primeira interpretação. Isso ocorre em decorrência da compreensão da impossibilidade de imparcialidade no processo. Neste sentido, a compreensão do próprio pesquisador é levada em consideração. Segundo Machado (2010) se reconhece a impossibilidade de purificar os fatos, mas por meio da construção da história do sujeito, é possível diferenciar o que é produzido pela interferência do pesquisador e o que se dá tal qual como é. Posterior a isso, foi realizada análise de acordo com a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin. A análise de conteúdo verifica, por meio da importância da linguagem, formas de descrição dos achados, que permita a inferência de interpretações. Ou seja, por meio da criação de categorias daquilo que é apreendido na comunicação, sistematizam-se tais dados objetivamente, assim como as interpretações, aquilo que é visto para além do significado do que é dito (Bardin 2004).

4. RESULTADOS

Danilo tem 43 anos e trabalha na Cooperativa Sonho de Liberdade. É egresso do sistema prisional, e esteve preso durante sete anos e três meses, respondendo por assalto, tentativa de latrocínio e tentativa de homicídio. Estudou até os onze anos de idade, chegando ao quinto ano do ensino fundamental e só retornou aos estudos dentro do sistema prisional.

Danilo possuía cinco irmãos. Seus pais se separaram quando ele tinha 9 anos de idade. A partir da decisão judicial, três filhos, incluindo Danilo, ficaram com o pai, que faleceu há mais de vinte anos, e três filhos ficaram com a mãe, que também faleceu há menos de dois anos. Dentre os irmãos, o mais velho passou 25 anos no sistema prisional, onde teve

um AVC, segundo Danilo pelo uso excessivo de drogas. Este irmão faleceu depois que se tornou egresso.

A mãe de Danilo, por um período após sua separação, ficou responsável pelo sustento dos filhos. Foi destacada como preocupada e como uma referência de cuidado para o sujeito. Contudo, não demonstrava afeto por meio de carinho físico. Além disso, pela necessidade do sustento da casa, as crianças costumavam ficar sozinhas. A mãe foi a pessoa que deu suporte para o filho enquanto ele esteve preso, além de acreditar na sua melhora, enquanto as demais pessoas de seu contexto não acreditavam.

No período em que residiu com o pai, Danilo apresentou dificuldade no relacionamento com a madrasta. Aos onze anos, ele já saía de casa sem querer voltar, e aos doze foi morar com um conhecido. Neste período da vida, relatou possuir relacionamentos amorosos e amizades com pessoas mais velhas. Essas amizades possuíam envolvimento com drogas.

Danilo saiu da escola aproximadamente nesse mesmo período, quando o sujeito sai da escola e da casa dos pais, começa a trabalhar. Com esta idade, também começou a usar drogas. Durante sua adolescência, foi “preso” diversas vezes. Porém, devido a sua faixa etária, sempre prestava depoimento e era liberado. Danilo ficou foragido por aproximadamente três anos. Em determinado momento de sua vida, decidiu ir para uma casa de recuperação, depois de uma forte aproximação com a religião em um período que estava muito envolvido com as drogas.

Danilo evidencia a falta de efetivação por parte do Estado ao não cumprir seu papel de ressocializar, além de destacar a necessidade de proporcionar condições e oportunidade de vida antes mesmo da prisão, deixando claro o papel social julgador.

No período em que esteve preso pela primeira vez, se relacionou com uma mulher com quem teve um filho, que atualmente tem dezenove anos.

Na cooperativa em que trabalha desde quando estava no sistema prisional em regime semiaberto, conheceu a mulher com quem se casou e tem um filho de 4 anos. Além deste filho, Danilo cria a filha de catorze anos de sua esposa.

Para o futuro, Danilo gostaria de ter um bom negócio para poder viajar e conhecer outros lugares. Também deixa claro o desejo de proporcionar para os filhos um futuro diferente do seu, por meio de uma família estruturada e sendo um pai mais carinhoso. Ele pretende fazer um trabalho social e cursar administração, contudo, aborda a dificuldade financeira para essa realização.

5. DISCUSSÃO

No processo da análise de conteúdo foram construídas as seguintes categorias: Família, exclusão e estigmatização.

5.1. Primeira categoria: família

Esta categoria discute as relações do participante com sua família. Neste sentido, buscou-se apreender as mudanças ocorridas no sistema familiar antes e depois da vivência do cárcere, a partir da compreensão dos três principais subsistemas: fraterno, conjugal e parental.

5.1.1. Relação com a mãe

No que diz respeito à participação da mãe na sua infância, Danilo afirma que esta era responsável pelo sustento e cuidado dos filhos e que apesar das dificuldades financeiras que eles vivenciavam, ela sempre se preocupava em fornecer o melhor para eles. Por isso enquanto a mãe trabalhava, as crianças ficavam sozinhas:

Ah, minha mãe era... muito assim... muito responsável minha mãe. Minha mãe ela sempre quis dar o melhor, né? Mesmo que não tivesse de dar, mas a preocupação dela sempre foi de dar o melhor pros filhos, e não tinha condições de dar né? Porque assim... dificuldade financeira, né? [...] Por exemplo, meu pai e mi-

nha mãe se separou, eu tinha nove anos de idade. E ficou tudo nas costas da minha mãe um bom tempo. E aí seis filhos e minha mãe trabalhava, os filhos ficava só, né?

Em casos de vulnerabilidade social, as dificuldades vivenciadas pela família não se relacionam apenas às questões financeiras. Estão atreladas também aos vínculos interpessoais e à educação dos membros. Logo, a análise das necessidades deve ser realizada levando em consideração os dispositivos que estão ao alcance da família e que são capazes de combater as situações de risco (Soares & Penso, 2014). Neste caso, deve-se levar em consideração que, para suprir as necessidades básicas, como por exemplo, alimentação, vestimentas, saúde, entre outros, que envolvem a questão financeira e que contribuem para o desenvolvimento e proteção dos filhos, a mãe de Danilo acabou colocando-os em situação de vulnerabilidade e risco ao deixar os filhos sozinhos para ir trabalhar.

Sobre o afeto por parte da mãe, Danilo afirma que este era demonstrado a partir de preocupações, sobretudo na esfera material. Ele afirma que sua mãe não demonstrava carinho na forma de beijos e abraços:

É... Minha mãe quando eu tava na casa dela... assim, carinho... carinho de pegar, abraçar e tal... assim... povo que foi... é... por exemplo, povo antigo... Eles não têm muito disso... não sabe que um abraço faz a diferença... é... é... um beijo... não tinha muito isso. Não tinha. Minha mãe, a preocupação dela de... de... é... poder dar alguma coisa que você... tipo assim... é por isso que eu falo que a mentalidade... a mentalidade dessa época, talvez é um pouco diferente hoje.

Uma vez que a família é considerada um dos suportes identitários do sujeito, é importante que ela seja capaz de proporcionar vínculos com qualidade, envolvendo o afeto. Isso se justifica pois, é neste grupo onde são construídas as primeiras relações afetivas e identificações (Minuchin, 1982; Penso *et al.*, 2012; Penso & Moraes, 2016; Rouchy, 2001).

Danilo aponta que durante toda a sua trajetória a mãe foi uma figura importante, que fornecia apoio e acreditava em seu potencial, mes-

mo quando ele foi preso e toda a família ficou contra ele. Assim, ele afirma que a mãe foi uma figura importante para que ele se transformasse:

[...] minha mãe foi quem me apoiou todo o tempo. Minha mãe, enquanto toda a minha família falava assim: “abandona esse aí” [...] a única pessoa que ficava do meu lado era minha mãe. Minha mãe foi quem me deu apoio pra mim me transformar, pra mim ser outra pessoa, foi minha mãe.

Segundo Schneebeli e Menandro (2014), pela importância psicossocial que a família exerce sobre o sujeito, qualquer alteração nessa estrutura, como é o caso da dissolução conjugal, demanda a necessidade de uma reorganização familiar. O cuidador é essencial na infância do sujeito. Segundo os autores, o ideal é que o filho permaneça sob o cuidado do pai e da mãe, independentemente se casados ou não. No caso de Danilo, é evidente que a mãe, mesmo morando longe, conseguiu ser uma figura de referência, que oferecia cuidado ao filho, fornecendo apoio em todas as fases da sua vida.

Segundo Danilo, a mãe lhe fazia visitas enquanto estava preso e depois do encarceramento. Era a única que acreditava em sua melhora, sendo uma pessoa muito importante para ele, contudo, ela faleceu alguns anos depois que ele saiu da prisão:

Tava... minha mãe foi quem me apoiou todo o tempo. Minha mãe, enquanto toda a minha família falava assim: “abandona esse aí. Esse aí não tem jeito não, só a morte”, a única pessoa que ficava do meu lado era minha mãe. Durante toda minha vida era minha mãe. Quem ficou comigo eu preso, que ia lá me visitava, me ajudava era minha mãe. Totalmente. Totalmente!

Tal fala pode evidenciar o que Tomás (2008) trouxe a respeito da estigmatização do sujeito que cometeu um ato infracional até mesmo por membros da família e a visão de vingança social quando trazem a possibilidade de morte para “resolver”. Danilo evidencia que somente a figura materna não o estigmatizou dando suporte quando ele precisou.

De forma resumida pode-se afirmar que a mãe de Danilo representou para ele uma figura de cuidado e proteção, dando o suporte possível ao filho, considerando a situação de vulnerabilidade vivida pela família.

5.1.2. Relação com o pai

A respeito da identificação com as figuras parentais, Danilo afirma que gostaria de ser igual ao pai, pois este era uma pessoa que todos gostavam. Menciona ainda que seu pai ajudava as pessoas, e posteriormente, afirma de diversas formas seu desejo de ajudar o próximo:

Eu tinha muito de querer ser igual meu pai, entendeu? [...] Muito de querer ser igual meu pai, né? [...] Pelo momento de... assim... a forma de criação, o ambiente que andava... as pessoas gostavam muito do meu pai [...] muitas vezes quando eu passava com o caminhão, parava e dava carona. Meu pai parava e dava carona pra levar e eu... aí um tempo desse agora eu fui lá no Café Centrô, que é um restaurante indo pra Unaí, encontrei um desses, né? que ia lá de carona. O mais novo. E hoje ele é médico... entendeu?

Segundo Macedo (2013) e Penso *et al.* (2012), é no contexto familiar onde ocorrem as primeiras identificações do sujeito. Também é na família que as relações afetivas, vão se configurando como suporte identitário primário (Macedo, 2013; Minuchin, 1982; Penso *et al.*, 2012; Rouchy, 2001). No caso de Danilo, é possível observar que ocorre um espelhamento no pai, quando ele afirma que deseja ajudar as pessoas, da mesma maneira que via o pai fazendo no passado.

Quando questionado sobre quem falava o que era certo e o que era errado, Danilo afirma que essa função era executada pelo pai:

Meu pai... meu pai tinha a maneira dele de dizer né? Porque é como eu te falei... cê lembra que eu te falei que... cê perguntou como eu era... como é que eu sou como pai? [...] Hoje eu tenho uma mentalidade como pai, que eu acredito que o sentimento do meu pai para comigo era o mesmo que eu tenho hoje para com meus filhos,

só que a mentalidade é diferente. Meu pai tinha uma criação totalmente diferente. Meu pai por exemplo, meu pai falava assim: “meu filho, se você for preso, se um filho meu for preso roubando, fazendo isso, fazendo aquilo, morre lá. Nem lá eu vou” meu pai. “Mas se for pra defender a sua vida e você matar um, pode saber que vendo minha casa, vendo meu carro”. Olha, a mentalidade do meu pai era essa... [...] “Ah, meu pai era chicote mesmo.”

Penso e Sudbrack (2004) afirmam que a maturidade parental está relacionada diretamente com a forma com que os próprios sujeitos foram criados. Ou seja, a forma que o pai de Danilo o educa está associada ao modo com que este foi educado por seus pais, que no caso, é destacada por Danilo como uma “criação antiga”. Esse ponto também pode ser atrelado à forma de punição que Danilo recebia do pai, quando afirma que ele fazia uso da violência física.

Danilo afirma que quando tinha por volta de onze anos de idade, já tinha o costume de sair da casa do pai não desejando voltar. Com doze anos, vai embora definitivamente, deixando claro para o pai que se ele o buscasse ele sairia de casa novamente:

Assim... eu saí de casa, da casa do meu pai muito cedo né? Por exemplo, eu fui morar com ele com nove anos e aí... é... durante três anos... eu convivi com ele, com minha madrasta e tal. E durante esse tempo eu saí algumas vezes, né? Com onze anos já saía de casa e não queria voltar [...] Ele foi me buscar quando ele descobriu onde é que eu tava. Aí eu falei pra ele: “não adianta o senhor me levar, porque eu não vou ficar”. “Se o senhor me levar, eu vou sair de novo”, e aí ele me deixou. E aí eu fiquei. Com doze anos de idade eu fui me virar, entendeu?

Como qualquer mudança no ciclo familiar, a alteração no subsistema parental vai interferir na família como um todo. Essa alteração provocou mudanças nas regras familiares e nos papéis desempenhados pelos diferentes membros da família. É possível verificar a existência de uma fronteira rígida, com excesso de autonomia de Danilo, em relação ao pai e à madrasta, com quem residia (Nichols & Schwartz, 2009; Mi-

nuchin, 1982). Essa fronteira, também colocou Danilo em situação de vulnerabilidade e carência de proteção ao sair de casa.

O envolvimento com drogas pode ser entendido, segundo Penso e Sudbrack (2004) como sintoma da família, onde o adolescente denuncia falhas no sistema social e familiar. Neste sentido, Danilo pode estar evidenciando o relacionamento conturbado com a madrasta e a falta de autoridade paterna. Tal sintoma, segundo as autoras, pode ser relacionado à dificuldade de atravessar essa etapa do ciclo de vida familiar.

Pode-se concluir que o pai foi uma figura em quem Danilo buscava se espelhar. Mesmo sendo alguém que aplicava castigos, era percebido pelo filho como uma figura querida e que ajudava os outros. Isto porque Danilo consegue levar em consideração as diferentes gerações e as formas antigas de se educar. Assim, consegue enxergar o que compreende como falhas em sua criação e perdoar o pai.

5.1.3. Relação com os irmãos

Sobre os irmãos, Danilo afirma que perdeu muito o contato com eles depois que saiu de casa, já que não tinha convivência. Contudo, ele relata algumas boas relações, entre elas com a irmã mais velha, que no período de sua adolescência exercia o papel materno na sua vida se preocupando com ele e ajudando-o no que ele precisasse:

Mas...é... por exemplo, eu tenho uma irmã hoje, que é minha irmã mais velha, a (Maria), que assim, o relacionamento sempre foi bom. Na verdade, ela pra mim na minha adolescência ela era como minha mãe, preocupava comigo. O que eu precisasse ela me ajudava.

É possível hipotetizar sobre a parentalização da irmã, assim como seu papel feminino de cuidado na família. A parentalização é considerada patológica dentro da família quando um membro assume uma função permanente que não é sua (Penso & Sudbrack, 2004). Contudo, quando essa função é temporária, pode ser funcional na medida em que,

por meio da identificação com o papel materno, o sujeito ocupa este lugar quando necessário.

Ainda no que compete à relação com os irmãos, Danilo relata o caso de seu irmão mais velho que, assim como ele, se envolveu com o crime e com as drogas. Segundo ele, os problemas de saúde do irmão dentro do sistema prisional, como os relatos de AVC, estavam associados ao consumo excessivo de drogas, falecendo depois de um tempo fora da prisão:

Eu tenho meu outro irmão. Tinha né? Que ele faleceu. Que é o (João). Ficou vinte e cinco anos da vida dele dentro do sistema carcerário [...] ele saiu aleijado né. Ficou três anos aqui em cima de uma cama e depois faleceu. Mas ele passou a vida dele... vinte e cinco anos dentro do sistema. [...] Muita droga. AVC. Ele deu cinco AVC.

Penso et al. (2012) ressaltam as identificações na família que fazem parte da constituição do sujeito. O fato de Danilo ter entrado para o mundo das drogas e do crime, pode ter ocorrido como uma forma de identificação com o irmão. Da mesma forma, parece haver uma repetição na família quanto ao uso de drogas e o crime, confirmando o que Penso e Sudbrack (2004) afirmam sobre a relação entre drogadição e o crime como um sintoma familiar, apontando para dificuldades no funcionamento deste sistema.

Danilo não relatou convivência com os irmãos após a vivência de privação de liberdade. Entretanto, de maneira resumida, percebe-se a possibilidades de identificações do sujeito com seus irmãos em sua vida. Por exemplo, contato com a drogadição e o crime, de maneira semelhante ao seu irmão mais velho, podendo ser apreendido como um sintoma familiar. Por fim, o olhar de cuidado de uma figura feminina mais velha em sua adolescência, pode ter contribuído para seu desejo de ajudar as pessoas.

5.1.4. Relações com a família que Danilo constrói após a prisão

Danilo relata que conheceu a atual esposa na cooperativa em que trabalha atualmente enquanto estava no regime semiaberto. Esse

relacionamento parece ser um dos marcos de sua mudança após a saída da prisão:

É... muitas coisas. Construir é... é... bom relacionamento, família. Primeira coisa que a pessoa tem que ter é família. Base família. Se tem uma família estruturada, se os filhos estão estruturados, tão estudando, com sonho de faculdade, pensando isso[...] tenho compromisso com a minha família.

De acordo com Ribeiro e Albuquerque (2008), é a família que possibilita a estruturação tanto física, quanto mental do indivíduo, de modo a garantir sua integralidade e transmissão da cultura e dos valores. Danilo parece acreditar que garantindo esse suporte, a maneira de se relacionar entre os membros da família que está construindo sua trajetória pós cárcere serão distintos do seu.

A família se apresenta como suporte identitário prioritário (Penso *et al.*, 2012). Danilo foi privado desse suporte quando saiu de casa e se afastou de sua família. Sem outra fonte de suporte identitário além das companhias com quem se relaciona no contexto do uso de drogas. As autoras afirmam que esse cuidado inicial oferecido pela família, corrobora para a internalização da agressividade de forma saudável. Uma vez que isso não ocorre, o sujeito pode reagir a essa frustração se tornando destrutivo, envolvendo-se com atos infracionais (Penso *et al.*, 2012). Danilo demonstra preocupação em ser um pai carinhoso e cuidadoso para que os filhos possam ter um futuro diferente do que ele teve. Este aspecto pode ser considerado como uma forma de promover as relações familiares como suporte identitário saudável para os filhos.

Danilo deixa claro que cria os filhos na intenção de que eles tenham um futuro diferente do que ele teve:

[...] por exemplo, eu não quero criar meu filho hoje pra amanhã ele viver uma vida que eu... não! Eu quero criar o meu filho hoje pra ele ter uma perspectiva melhor de vida né... Um sonho melhor. Eu quando eu tinha, é... por exemplo, cê vai ali na Estrutural, andar ali dentro, perguntar pra alguns menino aí é... qual o sonho

que ele deseja hoje, muitos falam assim “eu desejo uma pistola”, “eu desejo um 38” tal... eu desejo...

De acordo com o Modelo do Ciclo de Vida Familiar, o sistema familiar é composto por fluxos de estresses vertical e horizontal. O estresse vertical está relacionado com os padrões de comportamentos que são repassados entre as gerações de uma família. Já o estresse horizontal, se refere a como a família lida com as mudanças ao longo do ciclo de vida familiar, que envolvem eventos esperados e inesperados (Bolze, 2016; Carter & McGoldrick, 2001). Na história de Danilo, podemos perceber um aspecto do estresse vertical que ele tenta não reproduzir, que é a perspectiva de vida que ele teve no período em que estava envolvido com as drogas e com o crime. Ele demonstra isso ao deixar claro a importância dos filhos terem aquilo que ele não teve.

5.2. Segunda categoria: exclusão e estigmatização

Sobre os processos de exclusão e estigmatização, Barros (2011) afirma que esses processos dificultam a possibilidade do sujeito pensar no futuro de modo diferente daquilo que o levou a entrar no sistema prisional. Danilo afirma que o Estado não consegue compreender o que leva o sujeito a se envolver com drogas, seu passado e os processos de exclusão pelo qual ele passou. Neste caso, cumpre apenas o papel de regulador e não exerce seu papel de protetor:

Ele vai se envolver nas drogas. Governo não vê isso. Ninguém não vê isso. Julga! Julga todo mundo que tá no sistema carcerário, mas ninguém vê o passado da... eu acredito que assim, dentro do sistema carcerário hoje tem muitas pessoas dentro do sistema carcerário que se envolveram porque se envolveram mesmo e não queria nada com a vida e tal. Mas muitos não teve oportunidade de vida não. Muitos não teve oportunidade de vida! Tem pessoas que... eu conheço pessoas aqui nessa Santa Luzia que cê vai na casa dele de manhã cedo, ele não tem um café pra tomar de manhã, né?

Conforme Tavares e Menandro (2004), uma das formas mais violentas de se manifestar a violência contra as pessoas em uma sociedade é a exclusão. Este processo ocorre quando o indivíduo não tem acesso aos mínimos sociais para sobreviver, como por exemplo saúde, educação, moradia e alimentação. A partir da fala de Danilo, percebe-se que o processo de exclusão se inicia antes da entrada na prisão. Neste sentido, a exclusão começa a acontecer quando não são apresentadas ao sujeito oportunidades de sobrevivência digna. Enquanto egresso do sistema prisional, Danilo diz que as oportunidades nesta condição são escassas, sobretudo no âmbito do trabalho:

Porque hoje, por exemplo, na realidade se você for olhar pelo lado de ex-detento é zero. Se você chegar pra procurar emprego em qualquer lugar e falar assim “não... eu sou ex-presidiário”, as portas se fecham.

De acordo com Gaulejac (2006), quando o sujeito passa pelo processo de estigmatização, sendo denominado desadaptado, acaba se encaixando nesta condição de sobrevivência. Danilo afirma que na procura por trabalho, quando é informado que existe uma passagem pelo sistema prisional, as portas logo se fecham. Sendo assim, o sujeito sofre a exclusão pela sua condição de egresso do sistema prisional, não sendo oferecidas outras alternativas para viver, culminando no sofrimento social.

A partir do exposto acima, é possível afirmar que os processos de exclusão e estigmatização se iniciam antes mesmo do sujeito passar pelo sistema prisional, se mantém quando este é preso e continuam quando ele se encontra na condição de egresso. Trata-se de um processo que se perpetua devido à vulnerabilidade e exclusão vivenciadas antes mesmo de serem egressos do sistema prisional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta compreender a trajetória de vida do egresso do sistema prisional. Para isso, buscou-se entender

o papel da família e dos processos de exclusão e estigmatização antes e após a privação de liberdade. No primeiro objetivo específico que se relacionava à compreensão do papel da família na trajetória do egresso do sistema prisional, foi possível apreender a importância de fronteiras e papéis bem delimitados para o bom funcionamento deste sistema. Também ficou evidente a relevância da autoridade parental, bem como o exercício desse papel na trajetória do sujeito. Aliado a isso, foi possível perceber que a vulnerabilidade dificulta a criação de estratégias de enfrentamento, uma vez que a preocupação principal se torna conseguir os recursos básicos destinados à sobrevivência.

No segundo objetivo específico, que pretendia identificar os processos de exclusão e estigmatização vivenciados antes e após a privação de liberdade, compreendeu-se que o sujeito sofreu diversas situações de exclusão e estigmatização antes mesmo de se envolver com o crime e passar pelo cárcere. Neste sentido, o sistema prisional atua legitimando a exclusão experimentada pelo egresso que passa pela prisão, mantendo o sujeito distante do convívio social.

Este estudo apresentou algumas limitações. Entre elas o fato de ser apenas um caso. Outra limitação foi a impossibilidade de realizar mais de uma entrevista, em razão da demora em conseguir autorização do local de trabalho do sujeito para realizar a coleta de dados. Uma das contribuições deste estudo é provocar a discussão sobre o papel do sistema prisional e do contexto social que necessitam exercer o papel da real reintegração. Ou ainda de promover a inclusão de um sujeito que sempre viveu às margens do social, nunca estando completamente integrado a ele. Com relação aos estudos futuros, se percebe a necessidade de explorar a importância do trabalho para o egresso do sistema prisional, já que, é nessa esfera laboral que o sujeito tem a oportunidade de se inserir na sociedade. Além disso, como primeiro suporte identitário, também pontua-se a necessidade de explorar a família e sua função como um fator de risco ou um fator de proteção no envolvimento com o crime.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª. Lisboa: Edições, v. 70, n. 1, 2004.
- BARROS, Carolyne Reis. **O real do egresso do sistema prisional**: circulação de normas, valores e vulnerabilidades. 2011.
- BARUS-MICHEL, Jacqueline. **O sujeito social**. Puc Minas, 2004.
- BENELLI, Silvio José. **A lógica da internação**: instituições totais e disciplinares (des)educativas. 2014.
- BOLZE, Simone Dill Azeredo et al. **Táticas de resolução de conflitos conjugais e parentais**: uma perspectiva da transmissão intergeracional. 2016.
- CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, v. 14, p. 57-72, 2003.
- MCGOLDRICK, Monica; CARTER, Betty. Advances in coaching: Family therapy with one person. **Journal of Marital and Family Therapy**, v. 27, n. 3, p. 281-300, 2001.
- CELESTINO, Victor R. R; BUCHER-MALUSCHKE, Julia S. Um novo olhar para a abordagem sistêmica na psicologia. **FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão**, v. 18, n. 3, 2015.
- COMISSÃO, DE FORMAÇÃO TEÓRICA E. PRÁTICA; PRES, D. O. **O egresso do sistema prisional**: do estigma à inclusão social. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013.
- GAULEJAC, Vincent de. **Trajetórias sociais**: poder e exclusão social. Belo Horizonte, 1997, mimeo, 1997.
- GAULEJAC, Vincent. Historia de vida: entre sociología clínica y psicoanálisis. de Gaulejac, V., Rodríguez Marqués, SE y Taracena Ruiz, E. (Coords) Historia de vida. **Psicoanálisis y sociología clínica**. México, DF: Edición de la Universidad de Querétaro en colaboración con la Asociación Metáfora, AC, 2005

DE GAULEJAC, Vincent. **As origens da vergonha**. Via Lettera Editora e Livrar, 2006.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. In: **Manicômios, prisões e conventos**. 1961. p. 316-316.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia**. São Paulo: Thomson, 2005.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**, v. 2, p. 53-66, 2001.

LEAL, Claiton Alves; PEDRINI, Rodrigo; SILVA, Ilídia Aparecida Orientadora. **Crise no sistema penitenciário brasileiro**. 2017.

MACEDO, Rosa Maria. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer?. **Cadernos de Pesquisa**, n. 91, p. 62-68, 2013.

MACHADO, MN da M. Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 5, n. 2, p. 175-181, 2010.

MINUCHIN, S. **Famílias: Tratamento e Funcionamento**. (JA Cunha, Trad). 1982.

NICHOLS, Michael P; SCHWARTZ, Richard C. **Terapia Familiar: Conceitos e Métodos**. Artmed Editora, 2009.

PENSO, Maria Aparecida et al. **Jovens pedem socorro: o adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual**. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

PENSO, Maria Aparecida; FERREIRA DE SOUZA MORAES, Patrícia Jakeliny. Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos institucionais. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 14, n. 2, p. 1523-1535, 2016.

PENSO, Maria Aparecida; SUDBRACK, Maria Fátima. Envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidades para lidar com o papel de filho parental. **Psicologia USP**, v. 15, p. 29-54, 2004.

RIBEIRO, Maria Alexina; ALBUQUERQUE, Melo. Separação e recasamento: aspectos transgeracionais dos novos arranjos familiares. **A transmissão geracional em diferentes contextos**: Da pesquisa à intervenção, p. 224-250, 2008.

ROUCHY, Jean Claude. Identificação e grupos de pertencimento. **Cenários sociais e abordagem clínica**, p. 123-140, 2001.

SARTI, Cynthia A. et al. Família e individualidade: um problema moderno. **A família contemporânea em debate**, v. 3, p. 39-49, 1995.

SCHNEEBELI, Fernanda Cabral Ferreira; MENANDRO, Maria Cristina Smith. Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 175-184, 2014.

SOARES, Luisa Villela; PENSO, Maria Aparecida. Proposta de intervenção com Grupo Multifamiliar com famílias nomeadas pela escola como violentas. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 22, n. 2, p. 15-24, 2014.

TAVARES, Gilead Marchezi; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 24, p. 86-99, 2004.

TOMÁS, Júlia Catarina de Sá Pinto. A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica. In: **Mundos sociais: saberes e prácticas**. 2008. p. 222.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. **As artimanhas da exclusão**, v. 2, p. 16-26, 2014.

INDÚSTRIA 4.0 E A CONSULTORIA ORGANIZACIONAL: OS DESAFIOS DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NESSE CONTEXTO

Ana Julia Pereira Borges

Psicologia

anajulia1704@hotmail.com

Helimari Palmeira Silva Fernandes

Psicologia

helimari.psf@hotmail.com

Tânia Cristina Silva Barbieri

Psicóloga Organizacional

tania.barbieri@pucpr.br

RESUMO: Diante de uma leitura intertextual e uma pesquisa bibliográfica, o objetivo da pesquisa é explorar o contexto da Indústria 4.0 e os desafios a serem enfrentados na interação homem-máquina para a Consultoria Organizacional, na área da Psicologia.

PALAVRA-CHAVE: Psicologia; Indústria 4.0; Consultoria Organizacional.

1. INTRODUÇÃO

A Psicologia enquanto ciência abrange várias áreas de atuação em diferentes contextos, e a psicologia aplicada às organizações tem como foco entender e analisar a performance humana nas relações de trabalho, diante do perfil profissional, do contexto inserido e as exigências que o trabalho sugere. Para que esses fatores sejam corroborados é necessário que haja investigação do conhecimento e as mudanças no contexto em que ele se encontra (ROTHMANN; COOPER, 2017).

A pesquisa “Indústria 4.0 e a consultoria organizacional: desafios da atuação do psicólogo nesse contexto” desenvolve uma ampla investigação que envolve as questões entre a indústria 4.0 e a Psicologia Organizacional no âmbito de Pesquisa Investigativa. Considerando a prática profissional e a pesquisa na literatura encontrada, investiga-se os desafios da psicologia em como se adequar às novas tendências, suas consequências e a via de desenvolvimento de estratégias de atividades. O capital humano é o bem mais valioso para uma empresa que trabalha com melhoria contínua, portanto, os desafios da gestão das pessoas podem ser auxiliados pelas consultorias organizacionais.

Um dos desdobramentos do projeto é compreender o contexto 4.0, ou seja, todo o movimento existente aliado às tecnologias, que podem trazer mudanças na concepção das pessoas sobre o trabalho e a organização do trabalho. A Psicologia Organizacional, então, deve estar preparada com conhecimentos técnicos científicos para lidar com essa nova realidade. Dentre os pontos de destaque nessa relação entre a psicologia organizacional e as mudanças advindas da Indústria 4.0, temos: (1) Os aspectos ligados aos cuidados com a saúde mental da vida humana, por meio de análises minuciosas, o contexto da contribuição possível da Consultoria Organizacional e (2) a já mencionada questão relativa à ética e disposição do trabalho do psicólogo no contexto de novas tendências. Sabe-se por exemplo, que a Indústria 4.0 possui máquinas totalmente automatizadas que trabalham por comando de uma programação específica, porém o saber intelectual humano para que haja essa programação, a capacidade analítica e a motivação do trabalhador contam para

a qualidade e a redução de tempo em que o capital humano proporciona para a indústria (FERRAZ, 2017).

Identificar que a prática humana é o ponto mais importante dentro da indústria, por ser mais vulnerável, acarreta para a Psicologia a análise e o desenvolvimento de aspectos cognitivos e comportamentais, desde o recrutamento e seleção até a parte de feedbacks na gestão de pessoas. As pesquisas em organizacional tem como objetivo reconhecer a integralidade e a deficiência para as operações empresariais, que inclui as demais relações sistêmicas dentro das organizações (ROTHMANN; COOPER, 2017). Assim, questiona-se quais os desafios de atuação em consultoria organizacional e do trabalho no contexto 4.0.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que essa pesquisa é um desdobramento da história da indústria e da atuação com gestão de pessoas, principalmente quando há cada vez mais tecnologia facilitadora e fatores cada vez mais presentes como ansiedade e depressão na sociedade mundial. De modo bastante específico, esta pesquisa visa conhecer melhor a indústria 4.0, os desdobramentos da tecnologia 4.0 e como afetam o ser humano no dia a dia e quais os potenciais de trabalho encontrado para a consultoria organizacional para sugestões de novas estratégias de aplicabilidade da consultoria organizacional e do trabalho.

Portanto, é importante destacar que as empresas são reconhecidas pelo seu sucesso de trabalho quando há uma excelente gestão de pessoas. Ademais, descreve-se que, em grande maioria, as fraquezas das organizações estão ligadas ao desempenho humano frente às tecnologias, ou seja, a interação do homem com a máquina (FISCHER; CAETANO, 2016).

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é entender os desafios encontrados no trabalho de consultoria organizacional em psicologia na realidade tecnológica 4.0.

2.2. Objetivos específicos

1. Caracterizar o que é a indústria 4.0.
2. Identificar os potenciais focos de trabalho e a atuação da psicologia organizacional e do trabalho.
3. Expor a natureza da gestão de pessoas tradicional e quais as novas estratégias que podem ser desenvolvidas para atuar com a realidade da tecnologia.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. A história da Revolução Industrial

O surgimento da indústria trouxe para o mundo uma visão de ambiente, além de institucionalizar, também social. As revoluções industriais foram de suma importância para a consolidação do setor industrial e o crescimento da economia no mundo globalizado. Em apoio a esse contexto, as tecnologias corroboraram com o cenário de buscar profissionais dinâmicos, analíticos e qualificados (SAKURAI; ZUCHI, 2018).

A primeira indústria surgiu nos anos de 1760 e 1860 na Inglaterra, cuja extensão aconteceu mais tarde para os países da Europa, Estados Unidos e Rússia. Essa movimentação foi chamada de primeira Revolução Industrial, já que antes era tudo feito manualmente, o que favorecia os

pequenos comerciantes, em um cenário de crescimento vegetativo positivo e um mundo que caminhava para ser predominante capitalista após a transição do feudalismo. Ela ocorreu principalmente devido à evolução da ciência que possibilitou a transformação de carvão em fonte de energia, criando então a máquina a vapor e as locomotivas. O primeiro ramo de indústria a aderir a essa tecnologia foi a têxtil (SAKURAI; ZUCHI, 2018).

Essa primeira Revolução Industrial, ou Indústria 1.0 motivou a transição de um cenário comercial para industrial. Devido às diferentes exigências que o avanço tecnológico expôs, surgiu então, a partir dos anos de 1870 a segunda Revolução Industrial. As tecnologias como a eletricidade, transformação do ferro em aço, desenvolvimento dos meios de comunicação e da indústria química, reforçaram o aumento da lucratividade e da produção (SAKURAI; ZUCHI, 2018). Nesse período, o norte-americano Frederick Taylor (anos de 1890 - 1910) conceitualizou a produção em massa, porém diferente do Fordismo, o trabalho era realizado de acordo com o rendimento do operário que exercia uma única função em ambos os modelos de sistema de produção. Então, o norte-americano Henry Ford (1914) desenvolveu a chamada linha de montagem, que visava produzir em menor tempo com menor gastos, para ter o consumo com os lucros aumentados, além do melhor desempenho desde a aquisição da matéria prima até o consumo final (BATISTA, 2020). Países mais tecnológicos como Alemanha, França, Inglaterra e Japão acompanharam essa evolução (SAKURAI; ZUCHI, 2018).

A indústria 3.0, então, surgiu como desdobramento dos avanços tecnológicos do século XX e XXI. Agora, a produção em lotes e o trabalho em demanda, diferente da geração de estoques, com uma multifuncionalidade do trabalhador, trazendo o empoderamento dele frente a gerência, foi criado no Japão por um grupo de engenheiros da montadora Toyota (BATISTA, 2020). Essa terceira Revolução Industrial foi chamada de Revolução Técnico-Científica e Informacional, pois campos como a informática, robótica, telecomunicações, o transporte, a biotecnologia, a química e principalmente a nanotecnologia se destacaram como desenvolvimento. Outros pontos que podem ser citados são o aumento da consciência ambiental, os direitos trabalhistas que causaram a mudança

social, cultural e econômica até o nascimento da quarta Revolução Industrial (SAKURAI; ZUCHI, 2018).

3.2. A indústria 4.0 e suas características

A Indústria 4.0 apareceu pela primeira vez em 2011 na Alemanha, frente a necessidade de aumentar a competitividade da indústria de manufatura do país. É um modelo focado em digitalização e automação do ambiente de manufatura. As empresas então inventam redes inteligentes que atuam sobre a produção de maneira autônoma (SAKURAI; ZUCHI, 2018). Essa era perpassa a linha do trabalho físico, digital e biológico drasticamente, além de romper e mudar toda a estratégia de negócios de todas as indústrias (PIWOWAR-SULEJ, 2018).

O centro da Indústria 4.0 está na composição do que a literatura chama de “fatores inteligentes” que ultrapassam o conceito somente das máquinas e a comunicação de robôs, mas caracterizam a inovação e a utilização de software para criações. Esses fatores permitem que toda a informação da manufatura passe pela logística e pelo ciclo de vida do produto, ele então, integra as facilidades e cria uma network global dentro das organizações, principalmente nas multinacionais. É uma integração horizontal através de redes de valor e vertical sobre os sistemas de fabricação em rede, altamente configurável. A integração completa e digitalizada da engenharia ocorre em toda a cadeia de valor (LELE, 2019).

Alguns conceitos dessa Indústria 4.0 que se fazem presentes nas tecnologias são a (1) aceleração tecnológica que diz sobre a inserção da inteligência artificial, robótica para a redução de custo e ampliação de manufaturados; a (2) integração horizontal, que as empresas colaboram entre si, e possibilita então um controle por rastreamento da cadeia de suprimentos; a (3) integração vertical, que é o uso de sistemas *ciber-físicos* para o controle da produção de forma autônoma, e a geração do BIG DATA, que é o uso da nuvem para otimizar os processos; a (4) interoperabilidade, que conecta todos os sistemas para operarem em conjunto, como pessoas, fábrica inteligente e tecnologia, por meio da internet; a

(5) modularidade, a qual a linha de produção possui funções diferentes para atender demandas específicas; a (6) orientação para serviço, que são os serviços provenientes da internet (IOS); a (7) solução de engenharia, que usa de desenvolvimento de projetos até a manufatura com simulações e protótipos 3D; a (8) análise de tempo real para tomada de decisão; e a (9) virtualização, que monitora os processos e máquinas da empresa pelo sistema *ciber-físico*. (adaptado ARAÚJO *et al* 2020).

A Indústria 4.0 se caracteriza por alguns pilares, quando descrito que a tecnologia faz parte dos princípios, a relação de produtos e serviço com pessoas, por meio da internet, agora, aparecem fortes. Os meios de comunicação são cada vez mais seguros e focam em menos falhas, para um melhor desenvolvimento do trabalho. Os dados contidos nesta internet devem lidar diretamente com a conexão, o uso do armazenamento na nuvem e de modo personalizado. A robótica e a inteligência artificial, por sua vez, proporcionam ganhos, tornam as máquinas cada vez mais adaptáveis e assim trazem à realidade humana a interação diária com elas (PEREIRA; SIMONETTO, 2018), uma vez que ela não existe sem essa interação. O avanço tecnológico repentino criou uma fenda entre a capacidade dos trabalhadores e a rapidez requerida na atuação, fazendo com que haja uma nova abordagem mais eficaz para o desenvolvimento dos recursos humanos (PIWOWAR-SULEJ, 2018).

3.3. A Psicologia Organizacional e a prática de Consultoria Organizacional

A Psicologia Organizacional iniciou e ainda é aplicada em grande maioria em indústrias, e posteriormente se expandiu para organizações públicas e privadas e de terceiro setor. O conceito de organização adotado pela literatura, passa por um desmembramento da rede de empresas e começa a olhar a unidade (GUSSO *et al*, 2019). As abordagens podem ser diversas, como a psicanálise e a analítica, criada por Dejours (1987), sendo a principal abordagem de atuação além da cognitivo com-

portamental, psicodrama, humanista e sócio-histórica, respectivamente (GUSSO et al, 2019).

A área de atuação desse campo é estudar o comportamento humano e as suas relações de trabalho, com a organização, entre os colaboradores e a produtividade, ele visa, então, uma melhoria no ambiente de trabalho das organizações. Há duas divisões: a primeira para o gerenciamento dos recursos humanos e a segunda voltada ao comportamento organizacional, diretamente ligado a fatores como motivação, liderança, dinâmica do grupo, saúde e bem-estar, planejamento, desenvolvimento da cultura organizacional entre outros. Já a área de gestão de pessoas, é a análise crítica das necessidades dos colaboradores, realizando análise e descrição de cargos, recrutamento e seleção, integração, treinamento e desenvolvimento de carreira e feedbacks (JUNG, 2015).

Tendo em vista essas atividades, elas podem ser aplicadas na empresa tanto pela área de Recursos Humanos diretamente, quanto por consultorias, internas, que é definido por uma área dando suporte à outra, ou externa quando se contrata a prática e estabelece vínculo do consultor com o cliente. Essa prática consiste em fornecer assistência e aconselhamento sobre um serviço, por meio de profissionais bastante capacitados independentes da empresa, sendo a organização prestadora de serviços que realiza o diagnóstico do problema junto com o auxílio do contratante, faz levantamento de dados na organização, elabora o diagnóstico, cria o projeto de intervenção, e se aprovado, aplica-o com intuito de gerar maior funcionalidade e desempenho dentro daquela unidade. É uma área que deve estar ligada diretamente com inovação e criatividade, sendo a consultoria organizacional e do trabalho no campo da Psicologia voltada para os benefícios do colaborador para que a satisfação com o local de trabalho e auxilie a organização atingir os seus objetivos (CASTRO, 2020).

A Psicologia Organizacional, por meio de consultoria, trabalha, então, com as emoções, cognição e comportamento, sendo possível por meio do conceito de saúde mental, desenvolvimento psicológico e humano (JUNG, 2015). Os problemas como estresse, baixo rendimento, plano de carreira, lideranças, treinamentos, manutenção da cultura organizacional são tratados por meio de teorias do campo da psicologia

que sistematizam o tempo em curto, médio e longo prazo na aplicação dessas intervenções. A realidade de aplicação dessa consultoria em Psicologia organizacional e do trabalho está ligado principalmente à performance do capital humano, que pode ser por meio de workshops, cursos, programa de extensão, treinamentos ou um plano personalizado para a organização (CASTRO, 2020).

Na Indústria 4.0, o recrutamento e seleção passa de uma barreira física em que as divulgações eram feitas por mídia de publicidade, postagens de transmissão, pirâmides de rendimento, gráficos, testes, entrevistas presenciais para um cenário em que os candidatos e as empresas se comunicam por meio de mídias sociais, dispositivos móveis que criam uma movimentação de enviar a mensagem certa para a pessoa certa no tempo certo, com chances de correção. Também, há o uso de robôs para a triagem de currículos por meio de palavras-chave, além das perguntas eliminatórias no ato da inscrição que reduz o número de currículos a serem avaliados pelo recrutador, ou seja, o uso da inteligência artificial (PIWOWAR-SULEJ, 2020).

As avaliações de desempenho realizadas pelo RH, migrou das avaliações periódicas de desempenho, listas de verificação, escalas de classificação gráfica e escalas de classificação ancoradas pelo comportamental para uma avaliação sobre demanda guiada e emitida por tecnologias em qualquer contexto. Isso possibilita rastrear o desempenho do colaborador no trabalho com um software capaz de gerenciar essa avaliação (PIWOWAR-SULEJ, 2020).

As tradicionais pesquisas de clima, hoje são entendidas como “avaliação de experiência do colaborador”, em inglês, *Employee Experience*, com o intuito de identificar todos os pontos de contato dos funcionários com a organização a fim de proporcionar um ambiente de trabalho atrativo capaz de reter e atrair talentos. A temporalidade de realização das pesquisas também mudou, o monitoramento hoje é contínuo.

O treinamento e desenvolvimento, se transformou na aprendizagem dos novos colaboradores com os mais experientes através de instrução interna, presencial, palestras, simulações ou instrução programada para um conhecimento disponível constante. É feito sobre demanda e aplica o desenvolvimento das competências intelectuais sem limites de

entrega de materiais de instrução, realidade virtual, simulações, treinamento assíncrono, educacional, jogos, salas de bate-papo etc. (PIWOWAR-SULEJ, 2020).

Os pagamentos que eram baseados no trabalho manual, avaliação, análises de pesquisa salarial, planilhas para analisar bônus e estruturas de comissão passaram a ser por meio de software que gerencia análises de pesquisa salarial, estruturas de bônus complexa e comissão. O pagamento é baseado na saída específica do trabalho (PIWOWAR-SULEJ, 2020).

Por fim, o fluxo do RH antes era baseado em um esforço conjunto de funcionários com a empresa em metas de carreira correspondentes, planejamento da carreira, biblioteca interna, intranets para autoatendimento de carreira e autoavaliações on-line, já na nova era, funciona na carreira centrada no funcionário, reconhecimento no trabalho, entendimento de que as necessidades variam ao longo do período da carreira do indivíduo. Os trabalhadores são capazes de realizar tarefas em qualquer lugar a qualquer momento (PIWOWAR-SULEJ, 2020).

Assim, sabe-se que a consultoria organizacional no campo da Psicologia trabalha diretamente com a mudança de comportamento, envolvendo emoções e aspectos cognitivos, possibilitando a transformação do capital humano, o que no mundo atual, é o fator considerado de maior valor dentro das organizações. A gestão de pessoas ao longo do desenvolvimento da indústria, hoje, expõe um cenário que fornece mais visibilidade para a força de trabalho do sujeito, e quando se dá consciência para ele, é possível treiná-lo e desenvolvê-lo para benefício de si e consequentemente da empresa, proporcionando uma relação colaborativa entre empresa e colaborador geradora de bem-estar geral da organização (FORMIGA; SOUZA; FREIRE, 2018).

Mudar as práticas do gerenciamento dos recursos humanos, pensando na indústria 4.0 é olhar para a ergonomia e segurança do trabalhador minimizando fatores como a má postura, iluminação branca, temperatura desconfortável, ruídos, ventilação, ferramentas de tamanhos inadequados entre outros fatores ligados ao mapeamento dos riscos pela Norma Reguladora (NR) 17. A maioria das patologias médicas e psicológicas apresentadas nas clínicas estão relacionadas ao trabalho de repetição,

monotonia, e grandes intervalos sem descanso. A Psicologia Organizacional tem seu foco em proporcionar qualidade de vida ao trabalhador para aumentar a produtividade da empresa (MACHADO et al, 2021).

3.4. As competências comportamentais e a Indústria 4.0

As competências comportamentais são definidas como habilidades que incluem a aprendizagem e capacidade de adaptação. Elas podem ser intituladas como traços da personalidade ou crenças que podem ser desenvolvidas e influenciam diretamente no trabalho. A necessidade de cada competência comportamental varia de cargo para cargo (PENHAKI, 2019). A literatura norte-americana destacou o conceito de Soft Skills e Hard Skills. O primeiro descreve as habilidades comportamentais que podem ser treinadas e desenvolvidas, já a segunda destaca-se as habilidades técnicas necessárias para a realização do trabalho. As Hard Skills podem ser facilmente adquiridas por serem mensuráveis, já as Soft Skills apresentam um grau de complexidade por se tratar da subjetividade do sujeito (PUTRA et al, 2020).

A indústria 4.0 exige, com a manufatura aditiva, uma mão de obra voltada mais para o comportamental do que o técnico, uma vez que o trabalho é realizado por robôs e inteligência artificial. Assim, ela aumenta a competitividade e a força de trabalho, estimulando a produtividade. Ao contrário do senso comum, esse cenário contribui para um aumento da empregabilidade, porém com exigências comportamentais e uma maior qualificação na mão de obra do trabalhador visando a colaboração da relação homem-máquina (PENHAKI, 2019).

A psicoeducação nesse contexto profissional é uma das estratégias chave para responder às demandas que a Indústria 4.0 exige, essa é pautada em mudanças de habilidades de trabalho constante. Ela estrutura as novas formas e processos de toda a competência humana e disponibiliza uma nova forma de lidar com os processos de produção, onde o sujeito desenvolve três pilares: o profissional, o qual ele consegue resolver problemas, tomar decisões, ampla gama de conhecimento e abordagem interdisciplinar; o pessoal que ele toma responsabilidades, e produz

um pensamento sistemático; e o social que ele tem alta capacidade de adaptação e comunicação (VRCHOTA et al, 2019). O capital humano deve ser composto por habilidades cognitiva avançada, sociocomportamental e de alta adaptação. As respostas maleáveis levam em conta principalmente a subjetividade do sujeito nesse contexto, uma vez que o trabalho de repetição é substituído, se faz necessário a alta flexibilidade para exercer as atividades automatizadas, desde os botões até interação por voz e movimentos (PENHAKI, 2019).

As organizações precisam investir em flexibilidade, responsividade, eficiência e inovação para responderem ao mercado local e global no cenário 4.0. Uma das estratégias para as organizações é o estudo de dinâmicas do ambiente de trabalho e a forma de aprendizagem nessa organização. Rotinas de novas experiências produzem um conjunto de conhecimento individual tanto na habilidade técnica quanto na comportamental (PUTRA et al, 2020). O treinamento em habilidades comportamentais fortalece a organização tanto na manutenção do exercício laboral, quanto na competitividade do mercado, que prepara o colaborador frente às tecnologias como Big Data e os sistemas *ciber-físicos*, já citados anteriormente (PENHAKI, 2019).

A era da indústria 4.0 além de impulsionar a competitividade, também apresenta como característica a sustentabilidade. Dentro de todas as técnicas de hábitos sustentáveis voltados para as máquinas, o capital humano também tem forte impacto nesse aspecto. O pensamento inovador dos colaboradores direciona o negócio sustentável. Essa performance depende da cultura e do conhecimento dentro da organização e é consequência direta das lideranças que a organização possui, do envolvimento do colaborador no clima organizacional, a busca por conhecimento, a cultura colaborativa e o desempenho do time como um todo. O conhecimento é mantido e aprimorado através da disciplina e o gerenciamento do capital intelectual. Basicamente, o conceito de gerenciar o conhecimento se dispõe em competitividade e intelectualidade acima da força física, e é a forma de criar valores (SOPA et al, 2020).

O perfil técnico-comportamental do colaborador da indústria 4.0 deve ser pautado em capacidade de processar e analisar dados, co-

nhhecimento em estatística e habilidade em usar os dispositivos de última geração. É imprescindível que ele apresente conhecimento em gestão, noção de interdisciplinaridade das tecnologias e desempenho especializado em produção e processo. Além dessas habilidades, é necessário que esse sujeito tenha condições de gerir o próprio tempo, tenha adaptabilidade às mudanças, trabalho em equipe, e habilidades de comunicação e social. O indivíduo precisa acreditar em novas tecnologias e ter conhecimento sobre a ergonomia e as legislações vigentes, ademais uma vida de interesse em aprender (VRCHOTA et al, 2019).

4. MATERIAIS E MÉTODO

A pesquisa faz uso como materiais artigos e livros publicados de 2015 a 2021 sobre a Indústria 4.0 e a Psicologia organizacional, sendo esses textos encontrados pela biblioteca da Universidade Católica do Paraná e no Google Scholar, de diferentes idiomas, como o português, inglês e espanhol que contemple os termos na íntegra como objeto de pesquisa. Além desses textos, para chegar nos objetivos específicos será feita uma pesquisa bibliográfica a fim de discorrer sobre o tema e objetivos propostos. A interpretação de texto é feita por meio de uma minuciosa análise dos textos, e o reconhecimento de cada período histórico, tanto na teoria quanto na prática organizacional vivenciada pelas autoras. Isso equipara todas as fontes de pesquisa, sendo assim ela possui a mesma importância para a construção do pensamento, e para compreender a ideia maior do projeto, a fim de atingir todos os objetivos. É uma proposta de leitura intertextual, em que relaciona a Psicologia Organizacional com as tecnologias atuais e os fenômenos intrínsecos sociais.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a fundamentação teórica da pesquisa, foi possível entender que ao longo da era da Revolução industrial houve vá-

rias mudanças, não só tecnológicas, mas também comportamentais da sociedade. Em um primeiro momento, a sensação é negativa devido aos robôs exercendo funções de humanos fazendo com que alguns trabalhos se tornem obsoletos e as qualificações de novos empregos cada vez mais rígidas e novas habilidades e conhecimentos são necessários. Mas, essa revolução apresenta uma nova mudança na biotecnologia que ressignifica o que é ser humano mudando o limiar do período de vida, saúde e cognição, o que também obriga a redefinir os limites morais e éticos. Sabe-se que os relacionamentos sociais e conhecimentos estão mudando, os resultados econômicos podem ser benéficos para o social, se administrado com um desenvolvimento sustentável (MORRAR; ARMAN; MOUSA, 2017).

A forma sustentável dessa indústria 4.0 de gerir pessoas está diretamente relacionada à estrutura do negócio como um todo, uma vez que há a competitividade sem que haja um grande impacto ambiental. A cultura organizacional deve ser conduzida para uma pró atividade do colaborador sobre ações e o desenvolvimento de competências sustentáveis, como a consciência e a autonomia de processos de manufatura, a implementação dos métodos de melhorias contínuas, sendo um desenvolvimento limpo, em que o colaborador consiga tomar iniciativas e sugerir programas voluntários dentro da indústria para uma eficiência energética. A gestão, por sua vez, é responsável por provocar todo esse movimento no colaborador, estipulando objetivos e delegando responsabilidades (STEFANELLI, 2018).

Como já citado, o contexto 4.0 exige uma maior qualificação, e os recursos humanos devem fornecer todo o apoio para que a mutualidade no trabalho seja eficaz. Essa busca por um diferencial capacita as empresas que adotam novas ferramentas e novos desafios a se destacarem no mercado como um todo (STEFANELLI, 2018). Nessa transição da indústria para o trabalho sobre demanda e as tecnologias sustentáveis, o trabalhador se vê numa dualidade de valor, na qual há uma grande autonomia passada para o colaborador, no entanto a responsabilidade é ainda maior. A capacidade humana é desafiada em sua limitação, como por exemplo: problemas pessoais, treinamento deficiente, abuso de substâncias, prazos irrealistas, falta de equipamentos adequados para

a segurança, instruções incompletas, entre outros, que exigem diversas competências para um trabalho bem elaborado.

As competências sociais nesse cenário incluem uma habilidade maior nos relacionamentos interpessoais, como a habilidade para trabalhar em grupo, liderança e conhecimento além de se autoperceber em cognição e comportamento. (POCAI, 2019). A discussão da inovação social no contexto 4.0 destaca um bom potencial, sendo essa nova perspectiva demonstra que as inovações técnicas provavelmente afetam positivamente a difusão da inovação social. A revolução acompanha o progresso social e oferece benefícios econômicos (MORRAR; ARMAN; MOUSA, 2017).

Na esfera 4.0, além das mudanças ocorridas na indústria, houve um novo olhar a respeito do perfil do colaborador, a partir da formação em várias vertentes, acesso a novas ferramentas, línguas estrangeiras e competências emocionais. Estes que, possuem perfil flexível com grande adaptabilidade a novas demandas e culturas de negócios, visando e utilizando do trabalho de cooperação (FERREIRA; PONTES, 2019). Um dos desafios da gestão de pessoas é a interação social no contexto 4.0 quando se encontra um mundo totalmente individualista, com as mesmas tecnologias que afastam as pessoas. Então cabe à gestão de pessoas intervir para que o capital humano se sustente de forma social, econômica e ambiental. Isso é provocado uma vez que, em meio tantas tecnologias o colaborador passa a exercer trabalho de intelectualidade e criatividade, em um ambiente que exige relações interpessoais para as diversas tarefas.

Vê-se então a interação homem-máquina nesse conceito, e há a movimentação de área de trabalho e das atividades laborais. A gestão de pessoas 4.0 é baseada no raciocínio e na aprendizagem, que por meio da capacitação do colaborador para lidar com algoritmos, consegue-se criar a competitividade esperada do contexto inserido. Porém, ela deve ser feita na organização como um todo, desde os cargos de liderança e gerência até os cargos operacionais (PINHEIRO, 2020).

De acordo com os autores Yamafuko e Silva (2015) não há uma definição exata de liderança, porém se trata de um indivíduo que influencia o comportamento dos outros conhecendo o perfil dos colaboradores com a finalidade de desenvolver suas competências e habilidades.

Os líderes conduzem, induzem e impactam o comportamento de grupo de pessoas, auxiliando os membros a atingir melhores resultados e objetivos. Desta maneira, o líder atua como fonte de direção e propósito, contribuindo com uma nova visão de mundo.

Atualmente há a necessidade de gerar vínculo com o colaborador, para o aproximar e incentivar, resultando no alto comprometimento e na satisfação das partes envolvidas. Percebe-se então, que as empresas estão destinando importância a ambientes de trabalhos saudáveis, de maneira que os participantes da organização cheguem em seus objetivos e metas, tanto os da organização quanto os pessoais (YAMAFUKO; SILVA, 2015). A consultoria organizacional, atualmente, atua com algumas frentes como: a necessidade de auxiliar as organizações a desenvolver líderes voltados para a mentalidade de alta performance; abertos à descentralização de suas áreas e ciente do seu papel como mediador de aprendizagem.

As organizações consideram importante a liderança dos funcionários que utilizam muitas vezes da gestão de pessoas para se desenvolverem, fortalecendo aspectos de líderes nos colaboradores, esses contribuem auxiliando a empresa no geral. Nesse sentido, a consultoria atua auxiliando as organizações trazendo novas alternativas de liderar e treinamentos e técnicas para que se desenvolvam nesse aspecto (FREITAS; ZORZI, 2017).

De acordo com Ferreira e Pontes (2019), há quatro desafios na gestão de pessoas, sendo: 1. Atração e retenção de talentos; 2. Produtividade e manutenção; 3. Lideranças disruptivas; 4. Modelos de trabalho. A atração e retenção de talentos, pode ser considerado o maior desafio da indústria, a partir do momento que está associada à reputação do empregador que deve oferecer um ambiente que proporcione valor para colaboradores e clientes. No quesito produtividade e manutenção, faz-se necessário utilizar de estratégias visando o foco dos colaboradores, já que na nova realidade virtual o acesso a redes sociais é muito facilitado, obrigando o gestor a desenvolver cultura de alto desempenho, com atribuição de objetivos e metas. Já no caso das lideranças disruptivas, os líderes devem estar aptos a mudanças, ao trabalho em equipe e ao aprendizado contínuo.

Acerca do modelo de trabalho, exige-se um novo ambiente organizacional, investindo em inovações e indicadores para mensurar e

monitorar resultados. Na prática, o que se observa quanto às atividades técnicas de gestão de pessoas e que refletem no posicionamento da psicologia em consultoria organizacional é um reposicionamento da postura do RH e dos profissionais que atuam em gestão de pessoas com atuação mais estratégica, mas crítica e analítica (Consultoria organizacional 4.0). Compreender que existe uma alteração de significado de trabalho, devido ao novo balanceamento que as pessoas estão fazendo entre vida profissional e pessoal e ao contexto virtual presente. O RH então tem como desafio ter uma postura mais proativa/foco em melhorias de processo com o uso de tecnologia para gerar mais agilidade e disponibilizar mais horas para uma ação mais estratégica e menos burocrática.

O treinamento 4.0 é desenhado diante programas que buscam a capacidade de inovar e aprender. As organizações devem oferecer diferentes tipos de treinamentos aos colaboradores para habilitá-los a multitarefas. Não é necessário que esse treinamento deva ser diretamente relevante para o trabalho do colaborador, mas para aprimorar as diferentes habilidades dele. Ela deve ser em progresso e focada na construção das habilidades do time e no gerenciamento das atividades de rotina, especialmente. Além disso, deve haver sessões de treinamentos para aprimorar as habilidades de resolução de problemas do colaborador (SHAMIM et al, 2016). Ensina-se às novas aplicações de programações para manter o algoritmo da Inteligência Artificial, de forma rápida para emitir relatórios dos registros na área de atuação (NEGLISOLI; SCHIRRMEISTER; LIMONGI-FRANÇA, 2020).

No treinamento, as consultorias organizacionais nesse contexto 4.0 podem utilizar dos conhecimentos em neurociências aplicadas ao processo de aprendizagem (como a pessoa adquire conhecimento por meio da percepção sensorial: como a inteligência, memória, linguagem e as emoções interferem na aprendizagem; uso da metodologia 70x20x10 (70% realizando, 20% relacional e 10% teórica); treinamento voltado para o *mindset* da empresa e a necessidade de mudar as crenças e mentalidade existentes, busca de desenvolvimento para o *mindset* de crescimento e de aprendizagem contínua. Inclusão de jogos e gamificação nas aprendizagens online e uso de Inteligência Artificial nas práticas de treinamento;

As contratações desse momento são baseadas em diferentes habilidades, e um conhecimento heterogêneo que deve ser testado antes do processo de recrutamento e seleção. As organizações deveriam considerar efetivo identificar os atributos necessários para um comportamento inovador, sendo abertura para novas experiências que pode ser avaliado por meio de testes psicométricos, e os fenômenos avaliados são imaginação, alta atenção, preferência de variedade, curiosidade intelectual, criatividade e pensamento flexível. Além disso, as pessoas que têm alta abertura a novas experiências demonstram maiores atitudes positivas em relação a aprender. Para promover a inovação e o aprendizado na organização, os recrutadores devem preferir os candidatos com maior orientação para aprendizagem (SHAMIM et al, 2016). Há a atuação de inteligência artificial que interliga os dados técnico-comportamentais dos candidatos e assim, reduz o trabalho dos recrutadores (NEGLISOLI; SCHIRRMEISTER; LIMONGI-FRANÇA, 2020).

Os colaboradores com esse perfil se engajam mais facilmente em desafios para desenvolverem novas habilidades pessoais e profissionais. Para isso, a consultoria organizacional 4.0 pode atuar frente à alguns aspectos, tais como: o mapeamento comportamental por meio de ferramentas específicas para conhecer o potencial dos candidatos; ferramentas para identificar padrões de comportamentos ou competências indicativas de alta performance na equipe de trabalho para ajudar na construção de perfil de candidatos; avaliação de *fit cultural* para adequação de candidatos ao *mindset* da empresa.

O sistema de compensação na indústria 4.0 deve refletir a contribuição que os colaboradores fazem na companhia. Eles devem receber bonificações baseadas no individual, em grupo e na performance da organizacional. Por exemplo, quando se disponibiliza opções de benefícios personalizados, há o engajamento do colaborador (NEGLISOLI; SCHIRRMEISTER; LIMONGI-FRANÇA, 2020). Os incentivos organizacionais devem fazer parte da cultura na empresa (SHAMIM et al, 2016). É preciso considerar o fator humano como ponto de partida para a construção da cultura organizacional voltada à criação de processos, sistemas, entregas, resultados (TRIGUEIRO-SÁNCHEZ; PEÑA-VINCES; GUILLEN, 2018).

Além disso, a prática de consultoria organizacional 4.0 busca a compreensão de uma cultura exponencial, ou seja, cultura descentralizada da empresa, portanto necessidade de maior autonomia para os funcionários, e autonomia segura só se consegue com informações claras e transparentes sobre a empresa, seus objetivos e seus padrões de desempenho esperados. Por outro lado, necessitam de funcionários treinados, qualificados e com competências voltadas à atuação dentro dessa autonomia; criação de cultura voltada para a aprendizagem. A participação de tomar decisões não é mais unilateral, mas colaborativa, já que os objetivos são impostos por um consenso (SHAMIM et al, 2016).

A avaliação de desempenho no sistema 4.0 deve ser focado no desenvolvimento do trabalhador, resultados baseados em abordagem comportamental para a facilidade em aprender e inovar. Os trabalhadores devem receber os feedbacks em uma base rotineira. Uma ideia para o processo de desempenho inclui estabelecer padrões de performance, comunicação das expectativas, medir as atuais performances, comparar com a atual e a padrão, discutir desempenho com o colaborador e aplicar alguma correção se necessária. Essa performance de avaliação inclui métodos com objetivos mútuos e avaliação com base na realização dos objetivos específicos (SHAMIM et al, 2016).

O clima organizacional, por fim, deve promover um clima de inovação em aprendizagem que deve ser caracterizado por flexibilidade de atribuições em várias áreas além de designar tarefas e responsabilidades para os trabalhadores. O clima 4.0 é pautado por mudanças no trabalho e no ambiente de trabalho para aprender e inovar (SHAMIM et al, 2016). Os dados e as avaliações dos próprios e da gestão colaboradores sobre o todo da empresa, pode ser inserido com sugestões futuras (NEGLISOLI; SCHIRRMESTER; LIMONGI-FRANÇA, 2020).

A consultoria organizacional atua na necessidade de exercitar a escuta ativa dos seus colaboradores de maneira contínua, orientada a dados e com resultados rápidos. A consultoria tem que ser capaz de acompanhar a velocidade das mudanças e a dinâmica das percepções do colaborador. Assim, o que acontece com a experiência do colaborador, dependendo do contexto, pode modificar completamente sua percepção, portanto a frequência das pesquisas deve acompanhar essa velocidade e

dinâmica e o objetivo passa a ser fazer a pergunta certa para as pessoas certas no momento certo.

O estudo sobre os fatores humanos se encontra além dos objetivos dos recursos humanos das organizações, pois é o movimento de humanizar as empresas. As pesquisas sobre o que a literatura chama de ergonomia cognitiva, dentro das organizações, foram intensificadas na medida que a tecnologia deu o seu avanço significativo. Esse movimento é focado no estudo das capacidades físicas e mentais do trabalhador diante das interações do homem máquina e suas limitações. O foco central dessa área é entender como as características comportamentais e biológicas são retificadas mediante as operações do sistema e manutenção de tecnologias para um uso mais seguro e eficiente dentro das linhas de trabalho nas organizações (CHRUSCIAK, 2020).

Esse modelo de identificação dos fatores cognitivos é diretamente usado na Segurança do Trabalho para evitar acidentes (PAULA; MARTINS, 2016) sendo assim, o engajamento e o desenvolvimento por meio de treinamentos contribuem para um conhecimento de padrões de comportamentos seguros e sustentáveis. A vantagem que se pode observar do contexto 4.0 é o resgate da essência do ser humano, pois o capital humano, como já citado, tem muito mais valor, principalmente com o conhecimento, ao invés da força de trabalho.

O estudo da ergonomia está além de características tradicionais de funções dos Recursos Humanos, mas engloba todo o contexto organizacional, as dificuldades, os problemas pessoais, as limitações e as condições aversivas de trabalho que podem prejudicar no desempenho e bem-estar do colaborador naquele ambiente de trabalho. A consultoria organizacional em psicologia, por sua vez, deve-se atentar ao equilíbrio entre o excesso de tecnologia e a inteligência humana para prevenir os fatores de riscos físicos e mentais do colaborador. Ademais, esse trabalho pode ser feito por meio de intervenções em saúde mental do trabalhador como tratar o assunto, juntamente com teorias de Psicologia Organizacional e fundamentos da psicopatologia, em uma variação de individual e coletivo, além disso deve-se promover o encontro da realidade com a gestão sobre os impactos do adoecimento psíquico nas indústrias. Por fim, pode-se citar que é necessário buscar a construção de ações por

meio de políticas públicas e privadas que trazem o sentimento de autonomia e o suprimimento das responsabilidades, por meio de grupo de estudos, atendimentos periódicos, entre outros, principalmente em um contexto sustentável como o da Indústria 4.0.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o contexto 4.0 batendo à porta das empresas, da sociedade e da vida das pessoas, o primeiro passo é mudar a concepção da área de gestão de pessoas, buscando adotar uma postura mais crítica, analítica e ciente do seu papel estratégico quanto às ações da organização. Na área de Recursos Humanos, às estratégias de trabalho e a atuação em consultoria, passam a ter a responsabilidade de conduzir as pessoas na organização do futuro, com novas maneiras de pensar sobre habilidades, emoções, culturas e competências, pois é por meio delas que se forma a estrutura organizacional.

Portanto, conscientizar e levar até as empresas por meio da consultoria Organizacional uma maior humanização dos funcionários, um movimento contrário ao avanço tecnológico que tinha como protagonista a máquina, a tecnologia, os robôs. O fator humano é a grande chave para o posicionamento estratégico das empresas nesse momento 4.0, uma vez que é necessário humanizar as relações de trabalhos para que os elementos principais na relação do homem-máquina sejam destacados, como o trabalho em grupo, a vontade de aprender e a autonomia diante toda a responsabilidade, que nesse contexto é muito mais intensificada. Ademais, trazer um contexto de comportamentos sustentáveis cria um ambiente organizacional mais preparado para enfrentar a avalanche de tecnologias inseridas, e é papel da consultoria organizacional dar valor à experiência do colaborador entendendo as limitações dele para buscar um equilíbrio com as inteligências artificiais.

REFERÊNCIAS

Araújo, IC. et al (Castro, MCD. Maia, PLO. Granja, DML. Jovarini, NV). Indústria 4.0 e seus impactos para o mercado de trabalho. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 6, n.4, p.22326-22342 apr.2020.

Batista, E. **Fordismo, taylorismo e Toyotismo**: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. ACADEMIA: 2020.

Castro, VR. **Habitus, práticas e capital emocional no subcampo da consultoria organizacional**: um estudo com consultores comportamentais. Universidade de São Paulo, Curso de Administração. Piracicaba, SP: 2020.

Chrusciak, CB. et al (Poncini, CR. Moggio, IH. Bittencourt, RS.) Ergonomia e fatores humanos: um panorama das definições com base na literatura. **Núcleo Seeds**. Edição v 14 n 1 Edição especial: 2020. (CHRUSCIAK, 2020).

Ferraz, BM. **Melhoria Contínua como aliada da gestão de pessoas**. Faculdade Victor Hugo, curso de Administração. São Lourenço, 2017.

Ferreira, VJ. Pontes, J. Os desafios da gestão do capital humano na Indústria 4.0: uma análise bibliográfica sobre o tema. **IX Congresso Brasileiro de engenharia da produção**. Ponta Grossa. 2019.

Fischer, S. Caetano, K. **ELA, NÓS**: tecnologia, afeto e sociabilidades na contemporaneidade. Galáxia (São Paulo) [online]. 2016, n. 33.

Formiga, NS. Souza, EA. Freire, BGO. Suporte Organizacional e capital psicológico no trabalho: correlatos em trabalhadores brasileiros. **Portal dos Psicólogos**. Natal - RN. Psicologia.PT: 2018.

Freitas, MG. Zorzi, C. A atuação do líder como gestor de pessoas: um estudo de caso em uma consultoria empresarial. **Revista De Empreendedorismo E Gestão De Micro E Pequenas Empresas**, 2(03), 1–15. 2017.

Gusso, HL. et al (Alvarenga, AS. Nunes, PP. Nunes, MFO. Luca, GG. Oliveira, MZ. Psicologia Organizacional e do Trabalho no Sul do Brasil: característica

dos profissionais, da atuação e dos contextos de trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**. Universidade Federal de Santa Catarina, SC: 2019.

Jung, SAM. **Um olhar sobre o trabalho do psicólogo organizacional**. Departamento de Humanidades e Educação UNIUIJ, Santa Rosa, RS: 2015.

Lele, A. **Industry 4.0**. Smart Innovation, Systems and Technologies, vol 132. Springer, Singapore: 2019.

Machado, CS. et al (Bardini, TO. Zambon, MS. Freitas, EM.) A ergonomia em benefício da qualidade de vida do trabalhador. **Caderno de Pesquisa Aplicada**, v.1, n.1. Limeira, SP: 2021.

Morrar, R. Arman H. Mousa, S. The fourth industrial revolution (Industry 4.0): A social Innovation perspective. **Technology Innovation Management Review** 7(11): 12-20. Canada: 2017.

Neglisoli, V. Schirrmeister, R. Limongi-França, AC. **Impactos da inteligência artificial na gestão de pessoas: interação ser humano e máquina**. Impactos da Inteligência Artificial na Gestão de Pessoas. Organização de Myrt Thânia de Souza Cruz e João Pinheiro de Barros Neto. – São Paulo: Tikibooks, 2020.

Paula, SR. Martins, ET. Sob o foco da ergonomia cognitiva: o conhecimento modifica o comportamento. **1º CONAERG – Congresso internacional de ergonomia aplicada**, UFPE, 2016.

Penhaki, JR. **Soft Skills na Indústria 4.0**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dissertação de Mestrado. Curitiba, PR: 2019.

Pereira, A. Simonetto, EO. Indústria 4.0: conceitos e perspectivas para o Brasil. **Revista da Universidade do Vale do Rio Verde**, Vol. 16, n.1 Rio Verde Unincor: 2018.

Pinheiro, DAA. **A inteligência artificial sob a perspectiva de suporte à gestão de conhecimento nas organizações**. Impactos da Inteligência Artificial na Gestão de Pessoas. Organização de Myrt Thânia de Souza Cruz e João Pinheiro de Barros Neto. – São Paulo: Tikibooks, 2020.

Piwowar-Sulej, K. **Employee 4.0 from the competitive perspective**. Studia i Prace Wroclaw University of Economics and Business. Polonia: 2018.

Piwowar-Sulej, K. **Human Resource Management in the Context of Industry 4.0**. Organizacja i Zarządzanie. Wroclaw University of Economics and Business. Polonia: 2020.

Pocai, M. **Impactos da indústria 4.0 sobre o comportamento humano em termos motivacionais, organizacionais e pessoais**. Universidade de Caxias do Sul, área de ciências sociais. Nova Prata: 2019.

Putra, AS. et al (Novitasari, D. Asbari, M. Purwanto, A. Iskandar, J. Hutagalung, D. Suroso, Cahyono, Y) Examine Relationship of Soft Skills, Hard Skills, Innovation and Performance: the mediation effect of organizational learning. **International Journal of Science and Management Studies**, vol 3. Indonesia: 2020.

Rothmann I. Cooper CL. **Fundamentos de Psicologia Organizacional e do Trabalho**. Tradução da 2ª edição. São Paulo, SP. Editora ELSEVIER: 2017.

Sakurai, R. Zuchi, JD. **As Revoluções Industriais até a Indústria 4.0**. Interface Tecnológica. Faculdade Tecnológica de Taquaritinga (FATEC). São Paulo, SP: 2018.

Shamim, S. et al (Cang, S. Yu, H. Yun, L.) **Management Approaches for Industry 4.0**. Faculty of Sciences and technology. Congress on Evolutionary Computation (CEC) IEEE, UK: 2016.

Sopa, A. et al (Asbari, M. Purwanto, A. Santoso, PB. Mustofa, Hutagalung, D. Maesaroh, S. Ramdan, M. Primahendra, R.) Hard Skills versus soft skills: which are more important for Indonesian employees' innovation capability. **International Journal of control and automation**, vol 13, n.2 Indonesia: 2020.

Stefanelli, NO. **O papel dos fatores humanos na evolução das práticas organizacionais de gestão de baixo carbono**: survey e estudo de múltiplos casos na indústria de biodiversidade. Ribeirão Preto, USP: 2018.

Trigueiro-Sanchez, R., Peña-Vinces, J., Guillen, J. Como melhorar o desempenho da empresa por meio da diversidade de colaboradores e da cultura organizacional.

RGBN - **Revista Brasileira de Gestão de Negócios/Review of Business Management**, v,20, n.3, p 378-400, jul-set, 2018.

Vrchota, J. et al (Mařriková, M. ěRehoř, P. Rolínek, L. Toušek, R.) Human Resources Readiness for Industry 4.0. Faculty of Economics, University of South Bohemia. **Journal of Open Innovation, technology, market and complexity**, Czech Republic: 2019.

Yamafuko, EL. Silva, JJ. **Liderança nas Organizações**. Colloquium Humanarum, vol. 12, pp. 86-93. 2015.

O SOFRIMENTO NO TRABALHO E A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO PARA SERVIDORES PÚBLICOS: TRABALHO, SOFRIMENTO E QVT PARA SERVIDORES

Carlos Roberto Lessa de Siqueira

Mestre em Desenvolvimento Humano
car_lessa@yahoo.com.br

Alexandra Magna Rodrigues

Doutorado em Ciências, Unifesp
alexandramagnarodrigues@gmail.com

Marilza Terezinha Soares de Souza

Doutora
de_souzamarilza@hotmail.com

RESUMO: Este estudo objetiva identificar a relação atribuída ao sofrimento na realização do trabalho e a QVT por servidores de uma Instituição Pública Federal, considerando a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. O estudo foi realizado mediante pesquisa de campo descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa e entrevista estruturada com 20 servidores. Os resultados apontam que a escuta, a autonomia, a disponibilidade de treinamentos, a liberdade de expressão e o reconhecimento são insumos que atenuam o sofrimento e promovem a QVT e, sem tais insumos, o trabalho passa a ser considerado um fardo gigantesco,

sem sentido, inútil e malfeito, contribuindo para a exacerbação do sofrimento do trabalhador.

PALAVRAS-CHAVE: Psicodinâmica do trabalho; Qualidade de vida no trabalho; Sofrimento.

INTRODUÇÃO

A Psicodinâmica reconhece o trabalho como elemento fundamental na construção do sujeito, pois, ao trabalhar, o homem modifica a si mesmo. Contudo, o trabalho surge como mediador entre o singular e o coletivo e entre o campo social e o inconsciente do indivíduo. Ao possibilitar um espaço de construção de sentido, permite a “[...] conquista da identidade, da continuidade e da historicização do sujeito” (DEJOURS e ABDOUCHELI, 2009, p. 143).

A definição de trabalho, para Dejours (2011) dá destaque à dimensão humana, uma vez que é considerada trabalho toda a atividade manifesta por homens e mulheres que visa realizar aquilo que não se encontra prescrito pela organização do trabalho. Segundo o autor, se o trabalho se reduz a uma atividade prescrita, é possível automatizá-la; mas o trabalho humano sempre será necessário, pois a cada automatização surgem novas dificuldades que exigem a elaboração de novo saber-fazer. Assim, o trabalho é a criação do novo, do inédito, daquilo que ainda não se encontra prescrito pela organização do trabalho.

Dejours e Abdoucheli (2009) esclarecem que a maioria dos pesquisadores focalizavam seus estudos nas condições de trabalho, entendidas como as pressões biológicas, mecânicas, físicas e químicas apresentadas no local de trabalho. Tinham o corpo dos trabalhadores como principal alvo, e entendiam que somente as condições de trabalho ocasionavam-lhes doenças, desgastes e envelhecimento. Os autores informam que a organização do trabalho, representada pela divisão do trabalho e pela divisão de homens, surge por contraste com as condições de trabalho. A divisão do trabalho refere-se ao modo operatório prescri-

to, à cadência e à divisão de tarefas, e a divisão de homens refere-se ao comando, à hierarquia e à divisão de responsabilidades.

A divisão do trabalho trata de tudo o que for prescrito ao trabalhador, inclusive a observação prescrita de uma hierarquia, um comando ou um controle. Em outras palavras, tudo o que antecede a execução do trabalho, incluindo regras e comandos, formais ou informais, divisão de tarefas e de conteúdo, é denominado organização prescrita do trabalho (KOLHS, FERRAZ, *et al.*, 2018).

A organização prescrita do trabalho distancia-se da organização real até por impossibilidade de se prescrever a totalidade de eventos previsíveis ou imprevisíveis passíveis de ocorrência, afinal a realidade sempre é volátil e imprevisível. Esse distanciamento obriga o trabalhador ao engajamento psíquico, para que possa estabelecer estratégias que eliminem ou minimizem eventuais falhas com as quais se depara na realização do trabalho real, mesmo ao custo de transgressão das normas, regras e formas previstas no trabalho prescrito. Para realizar o trabalho real, o trabalhador irá se utilizar da criatividade, da engenhosidade e da criação, o que irá constituir uma realidade de ação diferente daquela que foi planejada. Assim, para a Psicodinâmica do Trabalho é muito importante que se promova a distinção entre o trabalho prescrito e o real (KOLHS, FERRAZ, *et al.*, 2018).

As causas do sofrimento apresentado pelo trabalhador podem ter suas origens no próprio corpo, como resultado de ações mecânicas envolvendo aspectos ergonômicos, ou em seu psiquismo, seja por insatisfação decorrente da falta de reconhecimento ou da falta de sentido e significado das atividades desenvolvidas. A Psicodinâmica explica que o sofrimento ligado ao trabalho poderá ser patogênico, redundando em doenças mentais ou psicossomáticas, ou poderá possibilitar no próprio trabalhador o desenvolvimento e melhoria de seu estilo de vida, isto é, o sofrimento criativo (SOLDERA, 2016).

O sofrimento possui um conceito bem específico na Psicopatologia do Trabalho, não transferível para outras disciplinas. Dejours (*apud* SELIGMANN-SILVA, 2009) explica que, por vezes, o trabalhador pode usar certo espaço de liberdade para modificar a própria organização prescrita do trabalho, para torná-la mais congruente com o seu

desejo ou suas necessidades, utilizando-se de negociação, invenções ou modulações do modo operatório. Quando a negociação entre desejos, anseios individuais e a organização é malsucedida ou esgotada, bloqueia-se a relação homem-organização do trabalho, iniciando-se o sofrimento e a luta contra ele.

A Psicodinâmica também avalia que o prazer e o sofrimento correspondem a uma relação pessoal do trabalhador e seu trabalho, tendo em vista que no trabalho, além da produção o homem modifica a si próprio. A capacidade de lidar com as demandas psíquicas oriundas do confronto entre o trabalho real e prescrito é que definirá se o sofrimento será criativo ou patogênico, ou seja, se dele surgirão criatividade e prazer ou o adoecimento (KOLHS, FERRAZ, *et al.*, 2018).

Por outro lado, o tema Qualidade de Vida no Trabalho tem aumentado seu espaço nas discussões acadêmicas e empresariais. Tal interesse decorre do fato do trabalho tomar maior parte do tempo e da vida das pessoas devido a evolução da tecnologia e a globalização que trouxeram impactos no quadro social e econômico da população proporcionando intensa competitividade dentro e fora das empresas (LIRIO, SEVERO, *et al.*, 2018).

A QVT se situaria em um *continuum* das representações que os trabalhadores manifestam em relação ao contexto laboral no qual se inserem. Tais representações de natureza afetiva expressariam bem-estar e mal-estar no trabalho. A vivência prolongada do sentimento de bem-estar indica a presença de QVT e indica a promoção de saúde na situação laboral. Já, a permanência prolongada com situações de mal-estar indicaria a ausência da QVT bem como se constituiria em um fator de risco para a segurança e a saúde no âmbito laboral (FERREIRA, 2015).

Nesse contexto, o objetivo geral dessa pesquisa foi identificar a relação atribuída pelo servidor ao sofrimento na realização do trabalho e a QVT, considerando a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho.

MÉTODO

A pesquisa foi realizada em uma Instituição Pública Federal localizada no estado de São Paulo, responsável pelas atividades ligadas à fiscalização, arrecadação e controle aduaneiro, entre outros.

Trata-se de um estudo de natureza descritivo-exploratória, com delineamento qualitativo realizado com servidores de uma Instituição Pública Federal no estado de São Paulo.

Participantes

A Instituição pesquisada possui 32 unidades no Estado de São Paulo. Uma das unidades foi selecionada em função de sua localização geográfica. Os critérios estabelecidos para seleção da amostra foram: participar voluntariamente da entrevista, ser servidor do quadro da unidade e ter como lotação a Unidade selecionada. A amostra observou o critério de conveniência do Pesquisador. Dos servidores da Unidade, 20 compareceram voluntariamente e foram entrevistados.

Instrumentos

Utilizaram-se dois instrumentos para coleta de dados. O primeiro foi um questionário com seis questões fechadas, para coleta de dados sociodemográficos tais como faixa etária, sexo, estado civil, grau de escolaridade, tempo de serviço e cargo ocupado. O segundo consistiu em um roteiro de entrevista com 4 perguntas abertas: (1) O que é para você Qualidade de Vida no Trabalho? (2) Como você avalia a Qualidade de Vida no Trabalho dos Colegas? (3) Como seus colegas avaliam a Qualidade de Vida no Trabalho? E (4) Quais investimentos sua instituição faz em qualidade de vida no trabalho dos funcionários?

PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E CUIDADOS ÉTICOS

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté (CEP-UNITAU), obtendo o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) n.º 92282318.3.0000.5501. Após sua aprovação, mediante o Parecer n.º 2.816.332, foi solicitada a autorização dos gestores da Instituição Pública onde a pesquisa foi realizada. Uma vez obtida a autorização da Instituição, foram encaminhados e-mails aos servidores da Instituição, convidando-os a participar do estudo.

Foi agendada com cada servidor, por e-mail, horário e local para a realização das entrevistas. As entrevistas foram realizadas individualmente na semana de 24 a 30/09/2018, no Auditório da Instituição, reservado exclusivamente para esse fim, e cada uma delas durou, em média, de 15 a 30 minutos. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido e assinado pelos servidores que consentiram em participar do estudo, sendo-lhes garantido o sigilo de sua identidade e assegurada sua saída do presente estudo, a qualquer tempo, caso desejasse. As entrevistas foram gravadas em mídia digital e posteriormente transcritas. As informações ficarão armazenadas no formato digital por um período de cinco anos, sob a guarda do pesquisador. Após esse período, esse material será destruído.

PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Por meio do questionário sociodemográfico coletaram-se as informações, que foram compiladas em planilhas, com utilização do *software Microsoft Excel®*, o que possibilitou que a população estudada fosse categorizada quanto a: tempo de serviço, cargo ocupado, grau de escolaridade, estado civil, sexo e faixa etária. Realizaram-se as análises descritivas para os dados quantitativos, para determinar o perfil da amostra selecionada.

Camargo e Justo (2013) informam que o *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ) foi desenvolvido por Pierre Ratinaud, na França, e trata-se de um

software com fonte aberta e de utilização gratuita para a análise de textos e tabelas de dados que oferece um conjunto de tratamentos e ferramentas de análise estatística, além de possibilitar a análise textual e indicando posição, estrutura e relações entre as palavras em um determinado texto. Segundo esses autores, o *software* realiza contagem de palavras, calcula frequência média, identifica formas ativas e suplementares e lematização, que reduz as palavras com base em suas raízes.

Coletados por meio das entrevistas transcritas, os dados qualitativos foram categorizados com o auxílio do IRaMuTeQ, à luz da Psicodinâmica do Trabalho e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, sistematizada por Bardin (1977). A referida autora ensina que a análise de conteúdo é realizada a partir de suas fases fundamentais: a pré-análise, a fase da exploração do material e, por último, o tratamento dos resultados, que engloba a inferência e a interpretação.

A pré-análise é a fase em que as ideias iniciais são sistematizadas, ou seja, representa a fase de organização. A exploração do material é a fase em que se escolhem as unidades de codificação. A interpretação e o tratamento dos resultados obtidos é a fase em que os resultados brutos são de fato tratados, a fim de apresentarem significado e validade.

Após a conclusão da pré-análise, elaborou-se o *corpus* das entrevistas, compondo um texto monotemático, submetendo-o, para fins de categorização, ao software IRaMuTeQ que realiza operações conforme as regras definidas por Bardin (1977), bem como permite a análise estatística sobre o corpus textual.

Na Classificação Hierárquica Descendente – CHD, do total de 315 segmentos de textos 272 foram analisados. Obtendo-se um total de 86,35% das UCEs distribuídas em 5 classes de discursos, que compreenderam as aspirações consideradas como fatores de bem-estar (classe 4 e classe 1). Obteve-se também a descrição das situações percebidas no ambiente de trabalho causadoras de mal-estar (classes 2, 3 e 5), que inclui o estado de desânimo e de insatisfação pelas condições atuais de trabalho.

Quanto à classificação das classes, observou-se que: a Classe 1 foi composta de 53 UCE, equivalentes a (53/272) 19,49% do total de UCEs; a Classe 2 obteve 62 UCEs, correspondentes a 22,79% do total de UCE; a Classe 3 apresentou 62 UCEs, sendo 22,79% do total de UCEs;

a Classe 4; 41 UCE (15,07%) e, e a Classe 5, 54 UCEs, com 19,85% de aproveitamento do corpus.

Foram consideradas apenas as palavras com χ^2 ($\chi^2 > 3,80$) qui-quadrado de associação da palavra com a classe e $p < 0,05$, na qual a associação da palavra com a classe é identificada pelo nível de significância, representado por “p”.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 20 servidores pertencentes à Unidade Beta. Na tabela 1 apresenta-se o perfil sociodemográfico dos servidores participantes.

Tabela 1 - Perfil Sociodemográfico dos servidores

Identificação	Sexo	Idade	Escolaridade	Tempo de Serviço	Cargo
Participante 1	Masculino	59	Pós Graduação	15 anos	Analista do Seguro Social
Participante 2	Masculino	67	Ensino Superior	37 anos	Auditor Fiscal
Participante 3	Feminino	49	Pós Graduação	25 anos	Analista Tributário
Participante 4	Feminino	50	Pós Graduação	20 anos	Analista Tributário
Participante 5	Masculino	50	Ensino Superior	14 anos	Analista Tributário
Participante 6	Masculino	54	Ensino Superior	21 anos	Auditor Fiscal
Participante 7	Masculino	58	Ensino Superior	31 anos	Auditor Fiscal
Participante 8	Feminino	42	Pós Graduação	12 anos	Analista Tributário
Participante 9	Masculino	51	Ensino Superior	9 anos	Auditor Fiscal
Participante 10	Feminino	47	Ensino Superior	23 anos	Analista Tributário
Participante 11	Masculino	49	Ensino Superior	12 anos	Auditor Fiscal
Participante 12	Masculino	52	Ensino Superior	22 anos	Auditor Fiscal
Participante 13	Masculino	45	Pós Graduação	15 anos	Analista Tributário
Participante 14	Masculino	47	Ensino Superior	20 anos	Analista Tributário
Participante 15	Masculino	53	Ensino Superior	17 anos	Auditor Fiscal
Participante 16	Feminino	30	Ensino Superior	4 anos	Analista Tributário
Participante 17	Masculino	32	Ensino Superior	5 anos	Analista Tributário
Participante 18	Masculino	58	Pós Graduação	21 anos	Auditor Fiscal
Participante 19	Masculino	37	Ensino Superior	4 anos	Analista Tributário
Participante 20	Feminino	54	Pós Graduação	23 anos	Analista Tributário

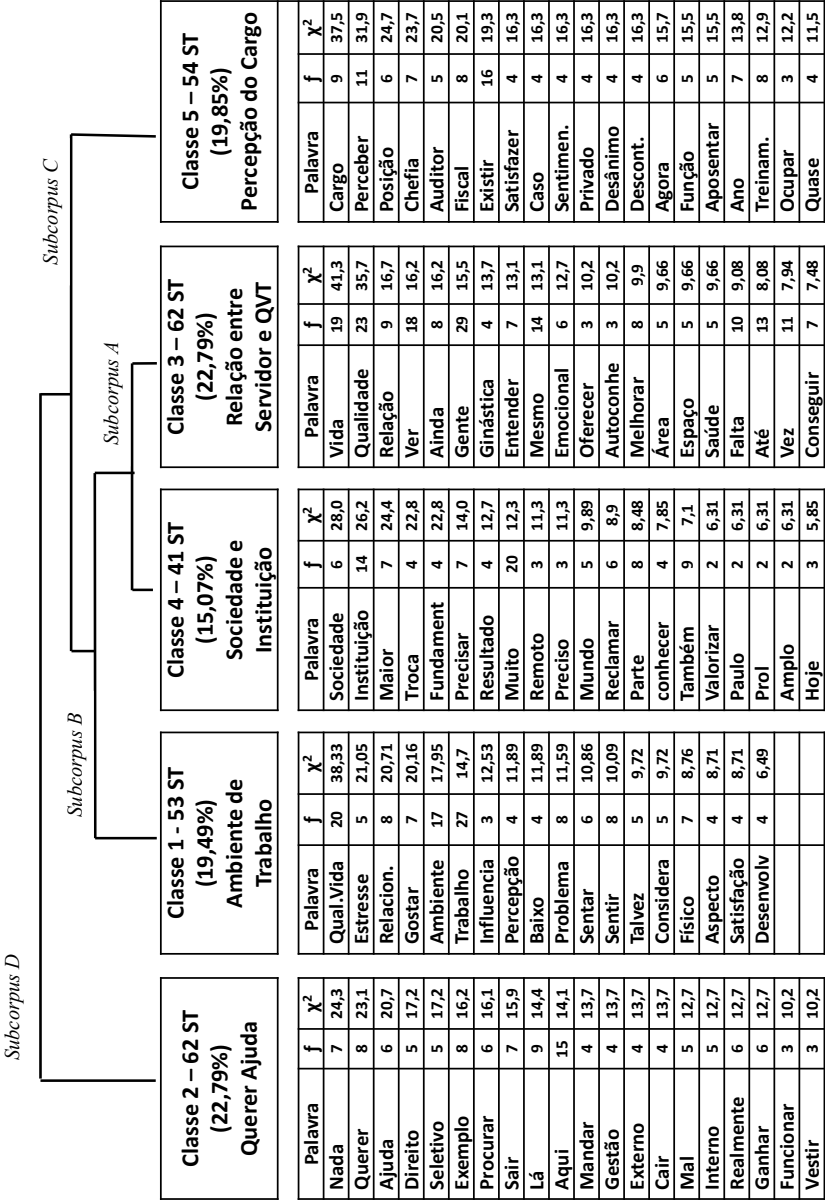
Fonte: Elaborado pelo autor

Trata-se, portanto, de uma amostra na qual predomina idade acima de 40 anos (85%). Os participantes, em sua maioria são integrantes da carreira de auditoria (95%) composta por analistas tributários e auditores, com nível superior completo e com mais de 10 anos de experiência na Instituição (80%).

Para atingir uma melhor visualização das classes de palavras, elaborou-se um organograma com a lista de palavras de cada classe geradas a partir do teste do qui-quadrado. Nela emergem as evocações que apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente das outras classes. Optou-se por apresentar as classes por ordem decrescente dos segmentos de textos que elas apresentam. Assim, inicia-se a apresentação da classe 3 (62 ST), a seguir, a classe 2 (62 ST) e respectivamente as classes 5 (54 ST), 1 (53 ST) e 4 (41 ST).

A seguir serão descritas, operacionalizadas e exemplificadas cada uma dessas classes emergidas na Classificação Hierárquica Descendente, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente



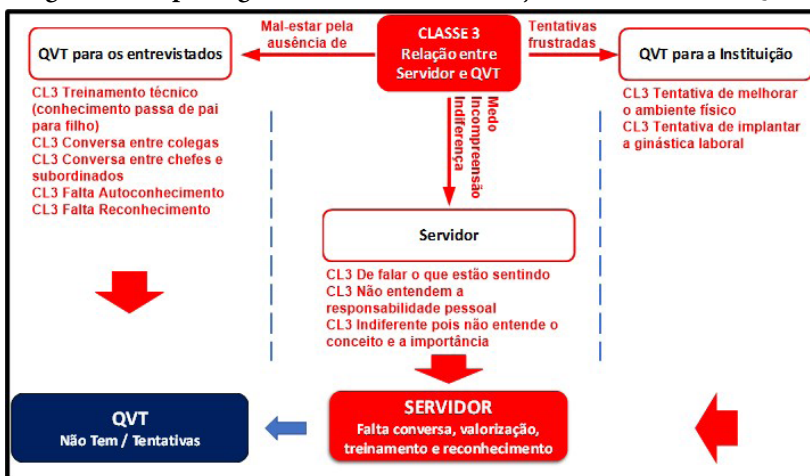
Fonte: Elaborado pelo autor

RELAÇÃO ENTRE SERVIDOR E QVT.

A classe 3 representa 22,79% do *corpus*, e as palavras que mais contribuíram para a sua constituição foram: vida, qualidade, relação, ver, ainda, gente, ginástica e entender. Ela apresenta a concepção de QVT relacionada mais fortemente às relações socioprofissionais, às condições e à organização do trabalho.

A Figura 2 apresenta o mapa cognitivo sobre a relação existente entre o servidor e a QVT, elaborado com base nas análises das narrativas dos servidores. Observam-se, em vermelho, as palavras que ligam o tema central aos núcleos das ideias representadas pelos textos que estão nas caixas de texto. As palavras em vermelho trazem a ideia de falta, de inexistência e de tentativas frustradas, condizentes com representações negativas configuradas pelos servidores pesquisados. Essas palavras relacionam-se a sentimentos de mal-estar no ambiente de trabalho, e tais indicadores precisam ser trabalhados e removidos do contexto laboral.

Figura 2 - Mapa Cognitivo da Classe 3 – Relação entre Servidor e QVT



Fonte: Elaborada pelo autor.

As narrativas convergem no sentido de reconhecerem que existem vontades e iniciativas para a implantação da QVT, mas na prática

esse movimento não está acontecendo, porque as pessoas não conseguem entender a importância disso. Os servidores, em sua maioria, não entendem o conceito da QVT.

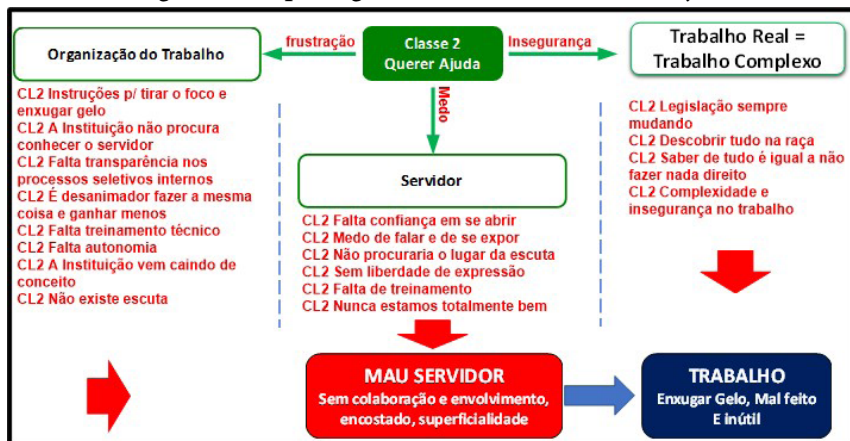
Uma das entrevistadas acredita que ninguém trará a QVT, pois é algo intrínseco, algo que precisa ser conhecido para ser buscado, construído, criado e elaborado, para que então se conquiste essa necessidade. Para essa entrevistada, a QVT relaciona-se com autoconhecimento e responsabilidade pessoal, ambos necessários para se tornar responsável por alcançar o objeto do desejo, visando escolher um caminho para criar, conquistar e realizar a QVT. Ela também destaca o processo da fala e da escuta, no qual as pessoas expressam muita dor emocional, mas sem a possibilidade de entendê-la.

Outra Participante argumenta haver iniciativas na melhoria do ambiente físico, tentativas de implantação da ginástica laboral, mas inviabilizada por falta de espaço. Em sua narrativa aponta servidores que executam a mesma tarefa, mas que têm ganhos diferenciados, em razão do cargo a que pertencem. A remuneração, nesse caso, é um fator de desestímulo. A entrevistada pondera que há falta de reconhecimento do servidor e falta de treinamento técnico, sendo contraditório privilegiar treinamentos para desenvolvimento de inteligência emocional em detrimento do treinamento de conteúdo técnico para a execução das atividades.

QUERER AJUDA

A classe 2 representa 22.79% do corpus, e as palavras que mais contribuíram para sua constituição foram: nada, querer, ajuda, direito. Apresenta a relação entre dois objetos que compõem a QVT sob a ótica dos servidores: o trabalho real e sua complexidade, a organização do trabalho e sua falta de efetividade e o servidor público, o humano dotado de sentimentos, de expectativas. Esse ser humano nem sempre está bem, tendo, muitas vezes, necessidade de buscar ajuda interna ou externa, mas que apresenta receio de se submeter a essa ajuda (ver Figura 3).

Figura 3 - Mapa Cognitivo da Classe 2 – Querer Ajuda



Fonte: Dados da Pesquisa (elaborada pelo autor).

Um dos participantes do estudo pontua a ausência de liberdade de expressão, a falta de treinamento e a falta de transparência nos processos seletivos internos.

As narrativas apontam para reclamações, falta de equidade para servidores de diferentes cargos e falta de benefícios extras. A estabilidade é vista como necessária, mas também como aquela protege o mau servidor. Há relatos de que a instituição vem caindo de conceito ao longo do tempo e que existe uma sensação de que todas as medidas e as instruções são feitas para distrair a equipe e tirar o foco daquilo que é essencial, o que resulta em um serviço inútil e pouco produtivo.

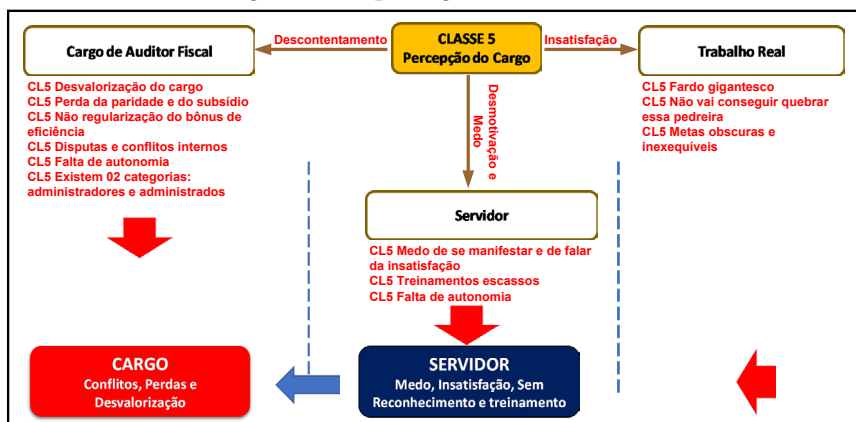
Há relatos sobre complexidade do trabalho e sobre insegurança em sua execução, principalmente devido ao fato de a legislação ser complexa e sofrer contínuas alterações, e também devido à falta de especialização do servidor que executa as tarefas e que precisa saber um pouco de tudo.

Nessa classe, os entrevistados falaram da inexistência da escuta, embora tenham apontado para a existência de uma ajuda interna, de um espaço de escuta oficialmente formalizado. Trouxeram relatos sobre a falta de confiança, do receio de se abrir de forma sincera, e sobre o fato de que a Instituição não procura conhecer o servidor, por isso não sabe se ele está satisfeito, não sabe de seus sentimentos ou do dia a dia de seu trabalho.

PERCEPÇÃO DO CARGO

A classe 5 representa 19.85% do *corpus*, e as palavras que mais contribuíram para sua constituição foram: cargo, perceber, posição, chefia, auditor, fiscal.

Figura 4 - Mapa Cognitivo da Classe 5



Fonte: Dados da pesquisa (elaborada pelo autor).

As narrativas apontam para fontes de mal-estar no trabalho. Os entrevistados relatam a existência de disputa interna entre os cargos de auditor e de analista tributário, ambos pertencentes à carreira de auditoria, e apontam que essa separação representa uma barreira no desenvolvimento pessoal. Referem também a existência de um certo receio ou de um medo maior que inibe as pessoas de manifestarem suas insatisfações. Denotam a existência de insatisfação no trabalho forçando aposentadorias precoces, tão logo atinjam as condições para o exercício desse direito. Os treinamentos são escassos e, ainda assim, as melhores oportunidades são disponibilizadas aos auditores.

As narrativas apresentadas pela classe 5 trazem à tona, a baixa valorização do cargo de auditor, sendo esta desvalorização persistente no decorrer dos anos, acumulando perdas como a paridade (remuneração

idêntica entre ativos e aposentados) e o subsídio (espécie de remuneração equiparada à carreira da magistratura).

Um entrevistado relata a existência de duas qualidades de auditores: os administrados e os administradores, sendo as posições gerenciais ocupadas, em sua maioria, por auditores. Para esse entrevistado, os administradores se sentem como pertencentes a outra Instituição. Em sua narrativa, aponta para sentimentos de descontentamento e desmotivação associado a um desejo maior de autonomia. Também relata que os treinamentos gerenciais são escassos e raros, sendo a natureza do cargo de auditor essencialmente técnica.

Outro entrevistado argumenta que a cada dia, surgem novos procedimentos e novos sistemas, sendo escassos os treinamentos e que percebe, ao longo dos anos, a desmotivação crescente dos servidores.

AMBIENTE DE TRABALHO

A classe 1 representa 19.49% do *corpus* e as palavras que mais contribuíram para sua constituição foram: qualidade de vida, estresse, relacionamento, gostar e ambiente.

Nesta classe foram abordadas as questões ligadas à QVT e que se relacionam com a conquista do bem-estar entre os servidores. As narrativas apontam para: (1) segurança no emprego, com a manutenção de estabilidade para o exercício do cargo; (2) necessidade do reconhecimento profissional por parte da Administração; (3) capacidade do servidor para influenciar diretamente a QVT; (4) existência dos insumos adequados para desenvolver as atividades; (5) possibilidade de executar um trabalho útil e significativo em prol da sociedade; (6) manutenção de um bom relacionamento com os colegas de trabalho; (7) a capacidade de gerir as próprias emoções, sendo o aspecto emocional mais importante que o aspecto físico; (8) uma carga de trabalho adequada, com redução da cobrança excessiva, pois uma carga de trabalho excessiva sem o tempo adequado para cumpri-la possibilita o cometimento de erros; (9) oferecimento de treinamento; (10) redução da carga de trabalho com estabelecimento de limites ou metas factíveis; (11) melhoria do ambiente

físico; (12) estímulo ao desenvolvimento humano, disponibilizando-se aos servidores a aprendizagem de coisas novas, para acompanhamento das mudanças; e, (13) volta da satisfação em executar as atividades necessárias ao exercício das funções, resgatando-se a importância do cargo.

É você ter o reconhecimento dos administradores. [...] É também ser capaz de influenciar nessa qualidade. [...] É você ter o material necessário para desenvolver a atividade. [...] Eu considero como QVT a satisfação com o trabalho, é estar satisfeito com aquela atividade que você realiza (Participante 3).

Os entrevistados consideram como relevante que o servidor receba reconhecimento por parte dos administradores, tenha o material necessário para desenvolver a atividade e tenha um bom relacionamento com os colegas.

SOCIEDADE E INSTITUIÇÃO

A classe 4 representa 15.07% do corpus e as palavras que mais contribuíram para sua constituição foram: sociedade, instituição, maior, troca e fundamental.

Esta classe reúne sugestões de investimentos, apresentadas pelos entrevistados, para que a Instituição consiga implementar e consolidar seu Programa de QVT. A manutenção de nível salarial adequado, a necessidade da estabilidade no exercício das funções públicas, o reconhecimento do valor do servidor e a implantação do trabalho remoto, de forma geral, foram temas recorrentes, nas narrativas.

O entrevistado apresenta suas percepções acerca do feedback negativo retribuído pela sociedade aos servidores, da necessidade do trabalho em equipe e de um bom relacionamento com os colegas de trabalho.

O entrevistado relata suas considerações sobre a execução de um trabalho sem sentido e sem satisfação, aponta para a falta de domínio e de conhecimento em relação aos sistemas informatizados e aborda a

questão da necessidade da escuta, informando ser necessário conhecer cada servidor e o que o aflige, sendo primordial o respeito ao outro.

Por fim, as narrativas convergem para o papel a ser exercido pela Instituição que, segundo os entrevistados, não investe em QVT; faz muitas pesquisas sem, contudo, transformá-las em ações concretas.

DISCUSSÃO

O objetivo desta pesquisa foi identificar a relação atribuída pelos servidores de uma Instituição Pública Federal ao sofrimento na realização do trabalho e a QVT, considerando-se a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. Foram formuladas as questões abertas e os resultados foram categorizados em núcleos temáticos.

Verificou-se que “*Relação entre Servidor e QVT*” apontou para o reconhecimento de que há tentativas para a implementação da QVT no âmbito da Instituição, mas esse movimento não estaria acontecendo por falta de entendimento por parte dos servidores quanto ao conceito de QVT. A falta de compreensão sobre a importância do tema e a falta de autoconhecimento estariam provocando a falta de engajamento e de participação real dos servidores. Esta representação é corroborada por Ferreira (2011), que afirma que a definição de QVT contempla a participação ativa dos trabalhadores e a promoção de QVT por meio de ações de prevenção, vigilância e de assistência, buscando-se, dessa forma, adaptar o trabalho ao trabalhador. A tentativa malsucedida de implantação da ginástica laboral aponta para um aspecto da QVT de cunho assistencialista, ou seja, o oferecimento de atividades que atuam como paliativos, visando compensar os servidores dos desgastes gerados pelo mal-estar ocasionado pelo trabalho.

Bianco, Colbari e Silva Neto (2010) apontam que a Instituição pesquisada vem mudando sua forma de gestão, adotando conceitos que se aproximam da administração gerencial proposta por Bresser-Pereira, e observam a alteração na terminologia utilizada dentro da Instituição, como “cliente” ao invés de “contribuinte” e de “gestor” em detrimento de “chefe”. De fato, observa-se que, nos últimos 20 anos, várias foram as

transformações e inovações adotadas pelo órgão, mas isso não significa que na Instituição pesquisada tenha havido uma transposição do modelo burocrático para o modelo de gestão pública, a forma como a administração gerencial vem sendo reconhecida mais recentemente.

Bresser-Pereira (2005) elege os motivos pelos quais o Brasil tem encontrado dificuldades para abandonar de vez a cultura burocrática no âmbito público: a não realização de concursos anuais para provimentos dos cargos pertencentes às carreiras exclusivas de estado, a não transformação de órgãos de Estado em Agências Executivas e o não atrelamento do orçamento público à adesão dos órgãos ao programa de gestão da qualidade. A prevalecer esse raciocínio, é possível verificar que, na prática, embora várias ações tragam ares de modernidade para a Instituição pesquisada, em seu fundamento prevalecem inalteráveis as características do modelo burocrático de administração, com ênfase na hierarquia e na centralização do poder decisório.

Observa-se, na Instituição pesquisada, uma administração burocrática com concentração de poderes junto aos Órgãos Centrais, representando o topo da hierarquia, de vocação taylorista baseada no desenho dos processos de trabalho e na utilização de indicadores para fortalecimento do aspecto de controle. Conforme observado por Secchi (2009), o modelo burocrático enfatiza esse aspecto, pois apresenta, em relação aos servidores públicos, uma visão mais pessimista.

A coexistência do tecnocracismo e da burocracia no serviço público brasileiro representa padrões culturais que produzirão no servidor público um comportamento com características de excessivo formalismo, ritualismo das regras, rotinas administrativas baseadas em rígidas estruturas e de interpessoalidade, reduzida conforme destacam Cardoso e Cunha (1994, *apud* COUTINHO, 2000). Prevalece, pois, separação e isolamento dos grupos, em suas seções de trabalho. Obviamente, em uma cultura na qual prevalece a visão mais pessimista do servidor, o relato da existência de seu receio de falar sobre os seus sentimentos é um achado esperado, como foi de fato encontrado nesta pesquisa.

Por outro lado, se as cobranças e os controles são excessivos, em função de metas e indicadores individuais, e a ênfase é dada ao comportamento individualista em detrimento da cooperação e do coletivo

de trabalho, a narrativa de que não existe conversa entre colegas e entre chefe e subordinado também é outro achado esperado, e foi encontrada nas narrativas dos servidores pesquisados.

A narrativa de que a QVT precisaria ser conhecida para ser construída e conquistada, sendo necessário autoconhecimento e responsabilidade pessoal implica a necessidade do servidor de se expor, de sair de sua zona de conforto, de se tornar protagonista de sua própria história, de abandonar o individualismo para participar da construção do Coletivo do Trabalho. Tal narrativa encontra suporte na Psicodinâmica do Trabalho para a qual o coletivo de trabalho é bem mais do que um simples agrupamento de pessoas, tratando-se de vivências relativas à construção social de acordos, regras e normas envolvendo o trabalho em seus aspectos técnicos e éticos e que se utilizam da inteligência, envolvimento e compromisso que redundam na cooperação. (KOLHS, FERRAZ, *et al.*, 2018). O trabalhador, em toda e qualquer situação, sempre será considerado como partícipe do coletivo e não como um indivíduo singular. Sempre será considerada a participação ativa do trabalhador em suas diversas relações, seja com outros trabalhadores, seja com os pares. (DEJOURS e ABDOUCHELI, 2009). E, por fim, a compreensão da QVT sob o aspecto da necessidade do processo da fala e da escuta e de entender a dor emocional dos servidores, encontra-se alinhada aos aspectos do Espaço Público, apresentado por Dejours e Abdoucheli (2009), espaço esse que possibilita a validação social da inteligência astuciosa.

O “*Querer ajuda*” representa o coletivo de servidores vivenciando a falta de confiança, o medo de se expressar, a falta de autonomia e problemas com a falta de treinamento. Esses fatores proporcionam problemas nas relações hierárquicas e no crescimento profissional. Esse coletivo depara uma organização do trabalho que não oferece o adequado suporte, não se apropria do conhecimento produzido pelos trabalhadores (uma vez que não os escuta) e não permite a replicação do conhecimento (uma vez que não oferece treinamento nas condições adequadas). Assim, enfrentar o trabalho real, dinâmico e complexo só pode produzir sentimento de insegurança em sua realização. Decorre desses motivos, a representação de que não há QVT nessas condições.

Essa classe aponta para uma situação paradoxal. Os entrevistados retratam a inexistência da escuta embora, identifiquem a existência de uma ajuda interna, de um espaço de escuta oficialmente formalizado. Contudo, os entrevistados trouxeram relatos sobre a falta de confiança, do receio de se abrir de forma sincera, e afirmam que a Instituição não procura conhecer o servidor.

Lancman (2011) analisa a necessidade de uma escuta voltada para quem executa o trabalho, para apreender e compreender as relações de trabalho, sendo preciso entender o trabalho e explicá-lo, considerando-se também a qualidade das relações que ele propicia. A recomposição das regras da organização do trabalho só seria permitida por meio da capacidade de pensar a reapropriação da inteligência destruída pelo trabalho e a reconstrução da subjetividade. Esse autor preleciona que a possibilidade de confrontar opiniões e a criação de um espaço público de discussão permitiriam democratização das relações de trabalho associadas à produção de um novo conjunto de regras. A Psicodinâmica recomenda que a escuta se realize de forma coletiva e que se desenvolva a partir de um processo de reflexão coletivo, realizado em um espaço público de discussão. Tal reflexão possibilita ao sujeito a reapropriação da realidade do trabalho, bem como a mobilização necessária para realização de mudanças no sentido de atenuar o sofrimento no trabalho e torná-lo mais saudável.

Dejours (2011) recomenda que as empresas possibilitem a existência de um espaço público onde seja permitido que os trabalhadores compartilhem suas vivências, um espaço que possibilite a experiência da elaboração coletiva do sentido no trabalho. O resultado obtido no processo de elaboração compartilhada das vivências viria a se consubstanciar em um relatório construído pela equipe que conduzisse a enquête e seria validado pelos grupos de discussão, permitindo sua disseminação e possibilitando o confronto com novos pontos de vista. O autor argumenta que a criação de espaços organizacionais, onde o reconhecimento pelos pares propicie a expressão do saber-fazer, teria efeitos positivos para o engajamento dos sujeitos. Haveria, pois, renovação do desejo de decorrência do prazer, advindo do reconhecimento, em relação à conformidade com as regras do ofício e à singularidade da contribuição do sujeito.

A “*Percepção do cargo*” apresenta a existência de disputa interna entre os cargos de auditor e de analista tributário, ambos pertencentes à carreira de auditoria. Ferreira (2011) analisa que relações socioprofissionais de trabalho conflituosas causam sob a ótica dos trabalhadores mal-estar no trabalho. Por outro lado, essa disputa interna entre cargos denota uma disputa por atribuições e competências, que produz desgaste, mina a confiança e promove o desprestígio e falta de respeito mútuo, entre os ocupantes de ambos os cargos. Segundo Dejours *et al.* (2009) o desdobramento do sofrimento em direção à saúde passa pela instância coletiva e pela instauração de uma ética que possa assegurar os alicerces de confiança recíproca e o reconhecimento de todo o coletivo do trabalho que possa fortalecer as identidades dos trabalhadores, respeitados em seus sentimentos e capacidades. Esse autor argumenta que sem esse processo, não poderá haver uma construção de um sentido para o trabalho na vida mental do indivíduo e sem esse sentido, será impossível a mobilização conjunta de inteligência e de sentimentos promotores da criatividade e da sublimação.

Essa disputa também se relaciona à falta de crescimento e de reconhecimento profissional, outra causa apontada como geradora de mal-estar ou sofrimento no trabalho. Resultados semelhantes foram encontrados por Arruda (2018) nos quais impasses e conflitos entre a equipe foram consideradas pelos pesquisados como fontes de mal-estar e de sofrimento no trabalho.

As narrativas apontam para existência de um certo receio ou um medo maior que inibe as pessoas de manifestarem suas insatisfações. Frustração, aborrecimento, medo e sentimento de impotência, podem surgir como subprodutos relacionados ao sofrimento no trabalho (DEJOURS e ABDOUCHELI, 2009). O medo em relação ao trabalho, como fonte de mal-estar ou de sofrimento no trabalho, também foi encontrado nas pesquisas de Arruda (2018), entre eles, o medo em relação ao cenário político do país, o medo de desagradar e o medo de errar. A ansiedade, a insegurança e o medo são vivências intensas, permanentes, dolorosas e quase imperceptíveis, impondo ao trabalhador um estado de mal-estar que produz o sofrimento. (FERREIRA e MENDES, 2003).

Há relatos de sentimentos de descontentamento e desmotivação associado a um desejo maior de autonomia. Esse discurso tem coerência com Arruda (2018), Castro e Cançado (2009), Dejours *et al.* (2009) e Bueno e Macedo (2012), pesquisadores que identificaram a vinculação do prazer à independência e à liberdade de expressão que o trabalhador dispõe para realizar o seu trabalho, proporcionando-lhe prazer no desempenho de suas tarefas. Arruda (2018) aponta que a percepção de autonomia e de liberdade para apresentar opiniões e ideias sobre o trabalho pode contribuir para a regulação da carga psíquica de trabalho.

Dejours *et al.* (2009) ensina que o trabalho é equilibrante quando permite a diminuição da carga psíquica. Caso contrário, se torna fatigante. Se a prática organizacional impõe um modo operatório prescrito e rígido, promotor do crescimento da carga psíquica, esse trabalho ou essa tarefa será fonte de sofrimento, produzindo a fadiga, a astenia e a patologia. Por outro lado, a existência de autonomia, refletida na possibilidade da liberdade de escolha de um trabalho, possibilita a vasão dos desejos e necessidades do trabalhador, revertendo-se o trabalho passa a ser fonte de satisfação, equilíbrio e prazer.

O “*Ambiente de Trabalho*” diz respeito aos aspectos relacionados aos fatores estruturantes relacionados à QVT. As verbalizações dos servidores evidenciam a importância da matéria-prima e do suporte organizacional como condições de trabalho, para execução das tarefas (Ferreira, 2012; Maia, 2014). Os discursos enfatizam as questões relacionadas à necessidade de treinamentos para a padronização de condutas e procedimentos relativos aos aspectos da organização do trabalho. Resaltam considerações acerca das relações socioprofissionais do trabalho, principalmente quanto às relações com os pares, indicando a necessidade da manutenção de bons relacionamentos com os colegas de trabalho. Os discursos analisados também transitam pelas questões do reconhecimento profissional e de crescimento profissional, e finalizam com a questão do sentido do trabalho.

Ferreira, Alves e Tostes (2009) consideram que uma abordagem preventiva de QVT possa ser operacionalizada desde que alguns requisitos estratégicos sejam observados. Um desses requisitos seria que a prática de QVT, além de considerar o homem como a figura central da gestão do tra-

balho, deveria considerar os trabalhadores como responsáveis principais pelos resultados alcançados, promovendo o reconhecimento individual e coletivo. Outros requisitos seriam: estimular a autonomia e a criatividade na realização das atividades e proporcionar a cooperação entre o grupo de trabalhadores, para seu desenvolvimento coletivo e individual e efetiva participação nas decisões afeitas ao bem-estar coletivo e individual.

O sentido do trabalho, tão importante na formação e no desenvolvimento do processo identitário, não estaria mais atrelado à tradição ou à religião. Segundo Anjos (2016), a usurpação do sentido do trabalho é provocada pela alienação do trabalhador, que é promovida pela organização do trabalho.

Os trabalhadores podem ter seus comportamentos alterados pela organização do trabalho, que pode fazer com que as atitudes dos trabalhadores sejam modificadas frente às funções executadas em relação a eles mesmos e à organização. Dessa forma, a organização do trabalho pode influenciar o sentido do trabalho e o modo como ele é representado pelo coletivo dos trabalhadores. Segundo Taveira (2013), a QVT pode ser utilizada como um instrumento para se intervir na organização do trabalho. Por meio da QVT é possível alcançar o comprometimento do trabalhador com o seu trabalho. No entanto, segundo a autora, isso seria possível somente se, juntos, trabalhadores e organização passassem a atribuir maior valor e sentido ao trabalho humano realizado.

Em “*Sociedade e Instituição*” apresentam-se sugestões dos entrevistados quanto a investimentos da Instituição, para que consiga implementar e consolidar seu Programa de QVT. Pondera-se sobre o reconhecimento do valor do servidor, de sentimentos de mal-estar na execução de um trabalho sem sentido e sem satisfação e citam-se as muitas pesquisas elaboradas pela Instituição que, no entanto, não as transforma em ações concretas.

O reconhecimento, no âmbito do trabalho, apoia-se em dois pilares: reconhecimento em função da utilidade proporcionada pelo trabalho realizado e reconhecimento pela excelência em sua execução, ou seja pela habilidade, inteligência, originalidade ou talento pessoal. Ambas as modalidades de reconhecimento são resultados de julgamentos. O primeiro deles, proporcionado pela hierarquia, e o segundo, feito pelos

colegas de trabalho, respectivamente, julgamento de utilidade e julgamento estético. O reconhecimento pela utilidade abrange os aspectos social, econômico e técnico, e busca o resultado útil apresentado pelo trabalhador ou trabalhadores, alcançando, dessa forma, contribuições pessoais individuais ou coletivas. O reconhecimento pela estética é proporcionado pelos pares que conhecem as dificuldades encontradas para a realização das atividades (KOLHS, FERRAZ, *et al.*, 2018).

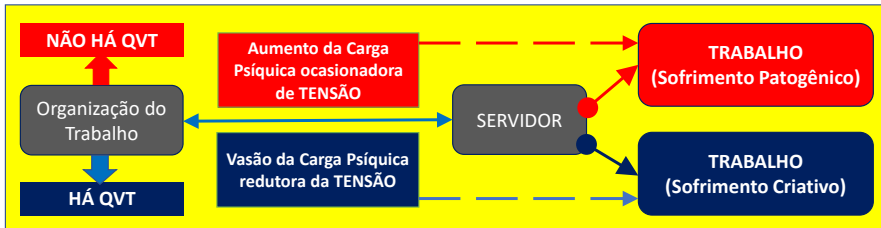
Dejours e Abdoucheli (2009) analisam que o reconhecimento contribui em benefício do registro da identidade do trabalhador, reforçando aquilo que o torna um sujeito único e sem igual. Segundo Soldera (2016), sem reconhecimento, o trabalho não encontrará sentido, e o sofrimento não se transmutará em prazer. Nessas condições, o sofrimento patogênico será instalado, cabendo ao trabalhador valer-se de suas estratégias defensivas para assegurar-se um mínimo de integridade psíquica e social.

Através da análise das classes, depreende-se um Modelo Relacional de QVT conforme ilustrado pela Figura 5. Observa-se que entre a Organização do Trabalho (em suas modalidades Prescrita e Real e o efetivo distanciamento entre ambas as modalidades) e o Servidor, existe o construto denominado “carga psíquica”, apresentado por Dejours *et al.* (2009). Esses autores ensinam que um trabalho equilibrante permite a diminuição da carga psíquica do sujeito, bem como, um trabalho fatigante promove o aumento de sua carga psíquica.

Se a prática organizacional impõe um modo operatório prescrito e rígido, promotor do crescimento da carga psíquica, esse trabalho ou essa tarefa será fonte de sofrimento, produzindo a fadiga, a astenia e a patologia. Por outro lado, a existência de autonomia, refletida na possibilidade da liberdade de escolha de um trabalho, possibilita a vasão dos desejos e necessidades do trabalhador, revertendo-se o trabalho em fonte de satisfação, equilíbrio e prazer, justamente pela via da diminuição da carga psíquica proporcionada pela realização desse trabalho. Logo, a carga psíquica é quem fará a mediação entre a organização do trabalho e o trabalhador. Se as condições da organização do trabalho são tais que proporcionam a diminuição da carga psíquica, ocorrerá o sofrimento criativo, caso contrário, o resultado será o sofrimento patogênico. Por-

tanto, a carga psíquica está associada ao acúmulo da tensão existente entre a organização do trabalho e o trabalhador.

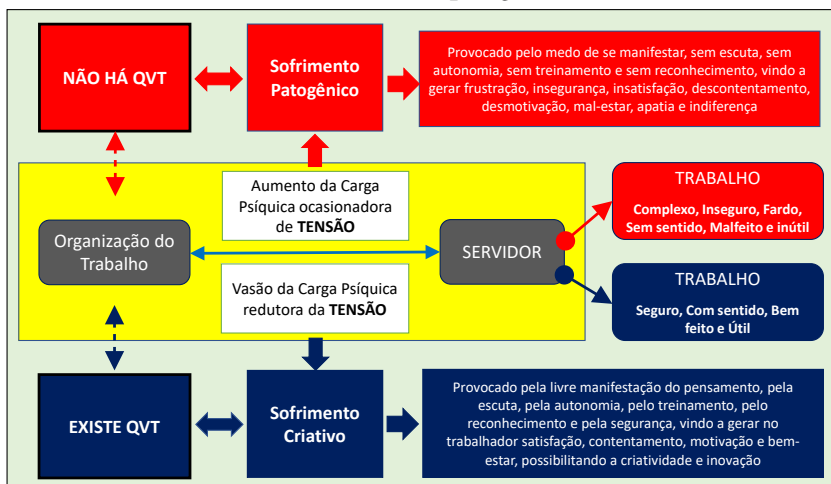
Figura 5 – Modelo Relacional da QVT



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Por exemplo, utilizando-se o Modelo Relacional da QVT descrito na Figura 5 e considerando-se condições tais, entre a organização do trabalho e o servidor, que sejam promotoras do aumento da carga psíquica, o resultado seria o surgimento do sofrimento patogênico e dos seguintes elementos relacionais da QVT identificados nas classes analisadas na seção anterior e descritos pela parte superior, em vermelho, da Figura 6. Por outro lado, ainda utilizando-se o modelo representacional da QVT descrito na Figura 5 e pensando-se em condições tais, entre a organização do trabalho e o servidor, que sejam promotoras da diminuição da carga psíquica, como nas condições idealizadas da QVT, verificadas nas classes analisadas na seção anterior, o resultado seria o surgimento do sofrimento criativo e dos seguintes elementos representacionais da QVT, descritos pela parte inferior, em azul, da Figura 6.

Figura 6 – Modelo Relacional da QVT diante do sofrimento criativo e do sofrimento patológico.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Parece ficar claro que a Carga Psíquica do servidor é o elo organizador de todos os elementos relacionais da QVT ou da sua ausência e que explica como os mesmos elementos se relacionam. Este achado corrobora o entendimento de Ferreira (2006) que explica que a QVT, sob a ótica dos trabalhadores, se expressa através das representações globais por eles construídas através de aspectos de seu contexto de laboral que proporcionem sentimentos positivos ou de bem-estar ou sentimentos negativos ou de mal-estar decorrentes do trabalho que, nesse último caso, precisariam ser removidos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V. *et al.* Representações de qualidade de vida no trabalho em uma agência reguladora brasileira. *Rev. Subj*, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 287-301, Ago 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692015000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 2 de março de 2019.

ANJOS, F. B. D. **Cultura do Concurso Público: uma análise da psicodinâmica do trabalho**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

ANTLOGA, C. S. *et al.* Mal-estar no trabalho: representações de trabalhadores de um órgão público de pesquisa. **Revista Subjetividades**. Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 126-140, Abril 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000100012&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em 2 de março de 2019.

ARRUDA, F. D. R. **Prazer e Sofrimento no Trabalho**: a percepção de auditores internos que atuam em universidades federais em Minas Gerais. Universidade Federal de Viçosa. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: PINHEIRO, P. S.; SACHS, I.; WILHEIM, J. **Brasil**: um século de transformações. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BUENO, M.; MACÊDO, K. B. A Clínica psicodinâmica do trabalho: de Dejours às pesquisas brasileiras. **ECOS - Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Campos dos Goytacazes, 2012, v. 2, n. 2. Disponível em: <<http://www.periodi-coshumanas.uff.br/ecos/article/view/1010>>. Acesso em 16 de março de 2020.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutoria para uso do software de análise textual IRaMuTeQ, 2013**. Disponível em: <<http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>>. Acesso em 28 de outubro de 2019.

CASTRO, P. M.; CANÇADO, V. L. Prazer e Sofrimento no Trabalho: a vivência de profissionais de recursos humanos. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, jan./jun. 2009. 19-37. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/658>>. Acesso em 16 de março de 2020.

CHAMON, E. M. Q. D. O.; CHAMON, M. A. Representação Social e Risco: Uma Abordagem Psicossocial. In: CHAMON, E. M. Q. D. O. **Gestão de Organizações Públicas e Privadas**: Uma Abordagem Interdisciplinar. Rio de Janeiro: Brasport Livros e Multimídia, 2007, p. 103-141.

COSTA, R. A. T.; SOUZA, M. V. P. A percepção holística da administração gerencial no serviço público. **Revista de Administração Geral**, v. 1., n. 2., p. 138-153, Ago/Dez 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/administracao/article/view/2111>>. Acesso em 16 de setembro de 2019.

DEJOURS, C. **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Tradução de Franck Soudant. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário Teórico em Psicopatologia do Trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009.

FERREIRA, M. C. Qualidade de vida no trabalho. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FERREIRA, M. C. A ergonomia da atividade pode promover a qualidade de vida no trabalho? Reflexões de natureza metodológica. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 8-20, junho 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572011000100002-&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 2 de março de 2019.

FERREIRA, M. C. **Qualidade de Vida no Trabalho**. Uma Abordagem Centrada no Olhar dos Trabalhadores. 1. ed. Brasília: Edições Ler, Pensar, Agir, 2011.

FERREIRA, M. C. Ergonomia da Atividade aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho: lugar, importância e contribuição da Análise Ergonômica do Trabalho [AET]. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 40, n. 131, p. 18/29, janeiro/junho de 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbso/v40n131/0303-7657-rbso-40-131-18.pdf>>. Acesso em 7 de fevereiro de 2019.

FERREIRA, M. C.; ALVES, L.; TOSTES, N. Gestão da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no Serviço Público Federal: O Descompasso entre Problemas e Práticas Gerenciais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, p. 319-327, julho/setembro de 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n3/a05v25n3.pdf>>. Acesso em 7 de fevereiro de 2019.

FERREIRA, M. C.; MENDES, A. M. **Trabalho e riscos de adoecimento**: o caso dos auditores-fiscais da previdência social brasileira. 1. ed. Brasília: Edições Ler, pensar e agir. 2003.

JODELET, D. **Representações Sociais e mundos de vida**. Curitiba: Fundação Carlos Chagas - PUCPRESS, 2017.

KOLHS, M. *et al.* Psicodinâmica do trabalho: labor, prazer e sofrimento. **REAS, Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 10, n. 3, p. 1719-1726, abril 2018. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/issue/view/9>>. Acesso em 28 de maio de 2019.

LACAZ, F. A. D. C. Qualidade de vida n(d)o trabalho: um conceito político e polissêmico. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 565-572, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de outubro de 2019.

LANCMAN, S. **O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho**. In da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Tradução de Franck Soudant. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de Vida no Trabalho - QVT**: Conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2016.

LIRIO, A. B. et al. A Influência da Qualidade de Vida no Trabalho sobre o Comprometimento Organizacional. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 19, p. 34-54, jan./dez. 2018. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/download/4687/3379>>. Acesso em 8 de fevereiro de 2019.

PADILHA, V. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. **Trabalho, Educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p.

549-563, Nov. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 de outubro de 2019.

RODRIGUES, M. V. **Qualidade de Vida no Trabalho**: evolução e análise no nível gerencial. 15. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347 a 369, jan. 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6691>>. Acesso em 14 de setembro de 2019.

SELIGMANN-SILVA, E. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho: marcos de um percurso in Psicodinâmica do trabalho, contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. In: DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. Tradução de Maria Irene Stocco Betiol. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SETTI, G. A. M. **Alcances e limites da reforma de Estado e da reforma administrativa no Brasil e na Argentina**: um estudo comparativo das experiências de Carlos Menen e Fernando Henrique Cardoso na década de 1990. Brasília: Universidade de Brasília: 2011.

SOLDERA, L. M. Breve compêndio conceitual e metodológico da Psicodinâmica do Trabalho e da Psicossociologia. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 19, n. 2., p. 243-253, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172016000200009-&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 6 de setembro de 2019.

“A CIGARRA E A FORMIGA” CONTEMPORÂNEAS

Karina Brito da Silva

Prosadora poética Psicológica e Graduanda em Psicologia

karinajoias98@gmail.com

RESUMO: O presente artigo teórico consiste em uma análise do filme “Eu, Daniel Blake” produzido em 2016, dirigido por Ken Loach que traz uma perspectiva do indivíduo no contexto da Seguridade Social. Ela foi apresentada como produto final à disciplina Estado, Sociedade e Saúde, como uma experiência de aprendizado (relato de experiência) complementar e interdisciplinar à Psicologia de formação crítica. Através das personagens e realidade apresentada por elas é possível explanar uma discussão importante sobre conceitos sociais em saúde e propor uma ampliação desta.

PALAVRAS-CHAVES: Análise fílmica; Conceitos em Saúde; Estado; Saúde.

INTRODUÇÃO

Alguns conceitos em saúde

De acordo com o Glossário de Análise Política em Saúde organizado por Carmen Teixeira e Paloma Silveira (2017) o controle social é a busca pela

ordem social por meio da disciplina, onde padrões sociais e princípios morais influenciam o comportamento dos indivíduos de uma sociedade. Este tem caráter ambíguo, ora pode significar o controle do Estado sobre a Sociedade onde a coerção é bastante usada, ora pode significar o controle da sociedade sobre o Estado, caracterizado pela vontade geral do povo, participação ativa da população nas decisões políticas.

O conceito relacionado a participação popular, surgiu a partir da Reforma Sanitária e do SUS (Sistema Único de Saúde), com a inserção do princípio de Participação da Comunidade na Carta Magna de 1988. Compreendeu-se que era necessário um outro controle além dos três poderes da República. Na contemporaneidade a internet tem se tornado um meio para o controle social, como exemplo, a avaliação de desempenho das Políticas Públicas chamado de webcontrole que funciona como complemento da transparência. No entanto com os avanços nas tecnologias de informação, comunicação, o conceito vem se transformando à medida que a participação da população tem se tornado massificada, sem discussão com opiniões oponentes. Isso acontece à medida que as informações são excessivas, instantâneas e manipuláveis. (CARNUT Leonardo, NARVAI CAPEL Paulo, 2018, pp.745-747)

Segundo o Glossário de Análise Política em Saúde organizado por Carmen Teixeira e Paloma Silveira (2017) Determinantes sociais em Saúde consistem nas condições em que a pessoa vive e trabalha. São os fatores que influenciam a saúde do sujeito, como os econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológico., comportamentais. São possíveis fatores de risco como moradia, alimentação, escolaridade, renda e emprego.

O conceito de saúde não significa apenas a ausência de doenças como afirma a Organização Mundial de Saúde (OMS) envolve um estado de integralidade de bem-estar que para ser alcançado depende exclusivamente dos fatores chamados de determinantes de saúde que George divide em cinco grupos: biológicos, de que são exemplo a idade, sexo e fatores genéticos; econômicos e sociais, de que são exemplo a posição o estrato social, o emprego, a pobreza, a exclusão social; os ambientais, tais como a qualidade do ar e da água, ambiente social; os de estilos de vida, sendo a alimentação, atividade física, tabagismo, álcool e comportamento sexual alguns exemplos. Incluindo em qual medida se tem acesso à

educação, saúde, serviços sociais, transportes e lazer. (CARRAPATO Pedro, CORREIA Pedro, GARCIA Bruno, 2017, pp.167)

O Glossário de Análise Política em Saúde organizado por Carmen Teixeira e Paloma Silveira (2017) discorre sobre o que consta na Declaração dos Direitos Humanos acerca do conceito de Direito a saúde: "Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de lhe assegurar a sua família, a saúde e bem estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. Ou seja, está associado ao Direito a vida e igualdade. Foi conquistado com a Reforma Sanitária e se materializando no SUS. De acordo com a Constituição de 1988, saúde é direito de todos e dever do estado.

Para CARRAPATO, CORREIA e GARCIA (2017, p.678), o conceito de saúde a ser adotado é o de Bircher (2005, p. 336) onde saúde significa uma dinâmica de bem-estar composto por potencial físico, mental e social compatíveis com idade, cultura e responsabilidade pessoal de vida da pessoa. Quando não há esta compatibilidade a doença acontece. Esta definição também foi adotada pelo Plano Nacional de Saúde de 2011 e 2016.

O Direito a Saúde está incluso no Direito Social, os direitos com o objetivo de garantir condições materiais essenciais a qualidade de vida de uma pessoa. Deve ser garantido pelo Estado com finalidade de diminuir as desigualdades sociais. Foi criado a partir de preocupações de interesses políticos e não sociais, depois do seu nascimento na Revolução Industrial, teve seu apêndice com o marxismo e o socialismo revolucionários, onde funcionou como um acordo para não haver a derrubada do socialismo sobre o capitalismo. (TEIXEIRA Carmen; SILVEIRA Paloma, 2017, pp.76)

Um fator de importância na luta, busca pelo cumprimento dos direitos sociais são os Movimentos Sociais. Chon (2003) apresenta uma perspectiva interessante acerca dos movimentos:

Mais do que se diferenciarem das formas clássicas de organização dos trabalhadores com o avançar da década de 1980, os movimentos sociais ganham intensidade, revelando-se uma forma de organização da sociedade que acompanha as mudanças próprias

dos processos de globalização da economia e da reestruturação produtiva que lhe são próprios, deslocando o trabalho como elemento central de inserção dos indivíduos na sociedade. Por outro lado, esse processo é reafirmado pelo fato de no geral os movimentos sociais, sobretudo na América Latina e no Brasil, estarem vinculados à situação de carência em que se encontram os indivíduos neles engajados. Noutros termos, é a situação de carência, como um processo subjetivo e individual que compreende escolhas entre carências diversas, que acaba sendo o fator nuclear que de um modo geral provoca a organização de determinados grupos em movimentos sociais, e que acaba por associá-los aos critérios de legitimidade política. Portanto, é a partir das distintas situações de carências que são mediadas as formas como esses grupos sociais vêm a si mesmos e aos demais, bem como as maneiras como imprimem significado ao fim ético do Estado. Em consequência, os movimentos sociais tendem a mobilizar e organizar seus membros na busca de fins materiais e não materiais que consideram injustamente negados pelo Estado e suas instituições, buscando conquistar maior autodeterminação no interior do próprio Estado, ou evitando-o radicalmente, a ele se contrapondo. (CHON Amélia, 2003 pp.12-13)

A garantia do Direto Social é dever do Estado, a organização política de uma sociedade que busca a garantia da ordem por meio da força (política), riqueza (economia) e poder (saber). O Estado Moderno durante os séculos XV e XVI composto por território, povo e soberania deu origem a atual organização em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. (TEIXEIRA Carmen; SILVEIRA Paloma, 2017)

Na busca de cumprimento dos direitos há o Estado de Bem Estar Social, o conjunto de Políticas de inclusão respeitando o princípio da igualdade que se trata do acesso amplo aos serviços e benefícios independentemente da situação da pessoa no mercado de trabalho. (TEIXEIRA Carmen; SILVEIRA Paloma, 2017).

Porém na maioria das vezes a política pública não se realiza e ocorrem as Iniquidades em saúde, as desigualdades entre grupos sociais que devem ser resolvidas através de Políticas Públicas. (TEIXEIRA Carmen e SILVEIRA Paloma, 2017). Ao tratar da questão da pobreza essas

desigualdades se evidenciam nas diferenças hierárquicas de condição social entre indivíduos de uma sociedade, como as divisões em castas, estamentos e classes sociais. (CHON Amélia, 2003, pp.10)

Para tais iniquidades surgem respostas uma delas foi o Neoliberalismo. De acordo com o Dicionário da educação profissional em saúde organizado por Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima (2008) o Neoliberalismo é um pensamento liberal do final do século XX que surge após a Segunda Guerra Mundial, se opondo as políticas keinesianas e sócio democratas. Surgi através de publicações e ganha força com a crise global. Consiste em uma resposta teórica e política a intervenções do Estado, que diz que ao intervir limitando os mecanismos de mercado o Estado ameaça à liberdade econômica e política. "A melhor sociedade seria aquela que funcionasse a partir das escolhas espontâneas dos indivíduos, na qual a existência de normas deve estar limitada segurança pública e manutenção da propriedade privada."

De acordo com O Glossário de Análise Política em Saúde organizado por Carmen Teixeira e Paloma Silveira (2017) Participação social é o envolvimento ativo da população de forma organizada, nas decisões, controle social sobre políticas e sistema de saúde por exemplo, conselhos e conferências de saúde. É mais uma resposta às iniquidades, assim como a Seguridade Social, um sistema de proteção coletiva, incluso no estado de bem-estar social devendo assegurar que os benefícios são direito de toda a população.

Porém ela vem sendo descumprida como afirma Sposati Aldai-za (2018): "A proteção social brasileira, nesses 30 anos, deformou-se de sua perspectiva civilizatória, pois vem atuando como mecanismo que acentua a desigualdade nas extremidades do ciclo de vida." A proteção social brasileira sem conexão com a orientação universal, se submete ao código moral capitalista, em que o indivíduo deve poupar, para que em momento de fragilidade possa ter acesso a proteção social, como na fábula da "Cigarra e a Formiga", ou seja o coletivo não se responsabiliza em preservar a dignidade humana.

DESENVOLVIMENTO ANÁLISE FÍLMICA

Um trabalhador dia após dia como as formigas, era o Daniel Black, porém ele ficou doente, teve um problema cardíaco e ainda que não se divertisse como uma cigarra da fábula “A Cigarra e a Formiga” e trabalhasse muito chegou ao fim da vida sem assistência por estar doente e não conseguir trabalho. É o que acontece com o personagem principal do filme “Eu, Daniel Blake”, de 2016, dirigido por Ken Loach ao ir em busca de seus direitos na seguridade social e se deparar com as negligências sofridas pela população diante de um Estado que procura manter a ordem, apenas pela ordem econômica e não pela qualidade de vida da população. Assim, na vida de Daniel, vemos o Direito a saúde, está em negação pelo controle social e negligência do Estado.

O conceito de Controle Social quando tendo o sentido de controle do Estado sobre a Sociedade, se trata da busca pela ordem social, através de padrões sociais e princípios morais que interferem no comportamento dos sujeitos da sociedade. (TEIXEIRA, Carmen; SILVEIRA Paloma, 2017))

O filme inicia com a “profissional da saúde” do seguro de invalidez, de uma empresa nomeada pelo governo, fazendo perguntas padronizadas a Daniel Blake sobre suas condições físicas. Através deste questionário é apresentada o Controle Social do Estado, pelo fato das pessoas que recebem o seguro terem que ter um padrão de respostas a este questionário, um padrão social, que desconsidera a singularidade de cada pessoa, do seu adoecimento e história de vida e quando Daniel, questiona a burocracia de um questionário que já havia sido anteriormente preenchido por ele, ele é repreendido pela profissional, por não estar se comportando dentro dos princípios morais definidos pelo Controle Social.

A pessoa ao perder suas condições de realizar trabalho, ou atividade remunerada muitas vezes perde seu sentido de identidade e fica vulnerável as ações do Estado que apesar de ser um direito, nem sempre é algo real na prática, em grande parte pela falta de Controle Social no sentido de participação da população, da sociedade sobre o Estado. O trabalho é um agente indispensável quando diz respeito ao acesso a in-

clusão social como cidadão, em um mundo onde a produção e a economia são mais importantes que o Direito a Vida. A autora Chon Amélia (2003) reflete no seguinte trecho esta situação:

As distintas formas de inserção dos indivíduos nas sociedades modernas ocidentais eram até muito recentemente analisadas sob a ótica das classes sociais, sobretudo a partir das vertentes weberiana e marxista, uma privilegiando a classificação dos indivíduos por acesso a bens materiais e imateriais, e a outra privilegiando a inserção dos indivíduos na produção. Em ambas, no entanto, o que prevalece, e aqui é o que importa, é o trabalho como fator social fundamental para a inserção social dos indivíduos, e que assim assume, como nos aponta Offe (1989), a condição de um conceito sociológico-chave. É a partir dele que se explica a coesão social como um valor em si ou as forças de superação daquelas realidades sociais. (CHON Amélia, 2003, pp.11)

Mas ao mesmo tempo que se processa esse deslocamento das "classes" para "grupos de renda", verifica-se a perda das identidades sociais desses sujeitos, uma vez que, ao perderem aquela sua condição, passam a ser objeto de intervenção do Estado por meio de políticas públicas neles focalizadas. Dessa perspectiva, a condição de pobreza não obedece a um gradiente comparativo de acesso à riqueza, embora se vincule indiretamente ao acesso a consumo de determinados bens e serviços, o que passa a servir de parâmetro para a definição das linhas de pobreza. (CHON Amélia, 2003, pp.11)

Seguridade Social é um sistema de proteção coletiva, incluso no estado de bem-estar social devendo assegurar que os benefícios são direito de toda a população. (O Glossário de Análise Política em Saúde organizado por Carmen Teixeira e Paloma Silveira (2017)). Porém "A proteção social brasileira, nesses 30 anos, deformou-se de sua perspectiva civilizatória, pois vem atuando como mecanismo que acentua a desigualdade nas extremidades do ciclo de vida." Isto porque ela foi condicionada ao código moral capitalista, onde como na fábula "Cigarra e a Formiga" é preciso trabalhar individualmente, dando o suor para obter proteção e dignidade humana já que garantida através do orçamento público, o coletivo, causaria um déficit nesse orçamento, caminhando para um populismo e assistencialismo. (SPOSATI Aldaiza, 2018, pp.2317)

Assim quando Daniel busca recorrer a negação do seu pedido de seguro por invalidez, ele se depara não com um sistema de proteção coletivo, que lhe assegure que o benefício é seu direito independentemente da sua renda, como busca garantir o seu bem estar social, mas sim com uma proteção social, como a brasileira que aumenta as desigualdades quando Blake recebe como resposta ao reivindicar de que apenas pessoas aptas para trabalhar teriam direito ao auxílio, a menos que provasse que não estava em condições de exercer suas atividades trabalhistas. Ainda que esteja com um problema grave de saúde, não consegue provar devido a burocracia, de padrões sociais do Controle Social e sua luta se torna ainda mais limitada pelo fato dele não ter familiaridade com os meios tecnológicos como a internet atualmente utilizados nesses serviços. A personagem Kene, sofre com os mesmos padrões sociais e princípios morais que Blake, ao estar desempregada com seus dois filhos para criar, dependente do auxílio das Políticas Públicas. Os dois se unem em solidariedade mútua.

Diante desta iniquidade, ele entra um sofrimento psíquico que agrava o seu problema cardíaco, afetando assim, o seu Direito a saúde que já foi dessasegurado pelas prováveis iniquidades anteriores ao problema cardíaco e é torna a ser dessasegurado pelo sofrimento psíquico causado nesta situação.

Isto se confirma ao se compreender que “saúde é bem-estar físico, mental e social compatíveis com idade, cultura e responsabilidade pessoal de vida da pessoa.” (CARRAPATO, CORREIA e GARCIA, 2017, p.678)

Por fim, Daniel acaba sem direito de expressão, pois é coagido pela polícia, ao se manifesta pichando um muro, sem direito a saúde e sem o direito à vida, pois acaba morto antes de ganhar a causa para o recebimento do seu seguro. Restando apenas o discurso dele lido por Katie, onde ele afirma ser um cidadão, um ser humano que merece dignidade.

O filme retrata a realidade, porém faltou algo um tanto mais real. Grande parcela da população que sofre com a destituição de direitos é principalmente negra e esta população é pouco representada no filme, assim se propõe uma reflexão de Djamila Ribeiro (2019) em “Pequeno Manual Antirracista” de que devemos observar ao ver um filme, quantas pessoas negras estão presentes nele.

CONCLUSÃO

Diante da Análise apresentadas a reflexão consiste em observar que o filme traz em sua perspectiva como ponto positivo um exemplo claro de conceitos teóricos discutidos na esfera do contexto de saúde, que se dividem para questões didáticas, porém estão entrelaçados. Porém a ainda um ponto social a ser questionado no filme acerca da representatividade étnica- racial, que apesar de existir não é suficiente, se tornando algo para reflexão. Dentro desta observação o Controle social, Direito a Saúde, Iniquidades em Saúde e Seguridade Social, podem ser discutidos em diversos aspectos, dos quais esta análise alcança apenas alguns.

No tocante em que esta perspectiva analítica ainda alcança ao se tratar da centralidade do trabalho na vida das pessoas e de que tipo de trabalho tem valor social e valor subjetivo apresento uma prosa poética. Ela se chama ‘Verdades sem/com sentido’ e é um convite as discussões dialógicas em relação ao controle social dos corpos muito tratado por Foucault, o materialismo dialético de Marx e a relação entre corpo (físico e psicológico), a sociedade e sua cultura, o Estado e o viver/morrer de Foucault aprofundado por BENTO, Berenice.

REFERÊNCIAS

CARNUT, L; NARVAI C. P. Controle social e avaliação de desempenho de sistemas de saúde em tempos de webcontrole. Social control and performance evaluation of health systems in times of webcontrol, **Revista Saúde e Debate**, 2018, pp.744-756.

CARRAPATO, P; CORREIA, P; GARCIA, B. **Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde**. Health determinants in Brasil: searching for health equity, 2017, pp.676-689)

CHON, A. Estado e sociedade e as reconfigurações do direito à saúde. State and society and the new configurations of the right to health, 2003, **Ciência e Saúde Coletiva**, pp. 9-18.

RIBEIRO, D. Pequeno Manual Antirracista, 2019, Companhia das Letras, v.1, p.136.

Pereira, B. I; Lima, F. C. J. Dicionário da Educação o Profissional em Saúde, **Revista Ampliada**, v.2, 2008.

SPOSATI, A. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil, **Ciência e Saúde Coletiva**, 2018, pp.2315-2325.

TEIXEIRA, C; SILVEIRA, P. **Glossário de Análise Política em Saúde**, 2017, pp.1222.

AGRADECIMENTOS

Com prazer considero que o que aqui foi apresentado merece essencialmente a saber que a pessoas por trás do meu empenho e encorajamento sobre este artigo; Carolinny Nunes, Rebeca Santos, Raquel Souza, Rayana Santedicola recebam meus sinceros agradecimentos: Por cada discussão, palavra de incentivo e correção e também por doarem um pouco do que são ou estão. Por me tornarem cada vez mais consciente e crítica sobre o fazer psicológico e o estar cidadão.

ANEXO

VERDADES S(C)E(O)M SENTIDO

Ana Concebida e Os carpinteiros

APRESENTAÇÃO

Os textos nascem e morrem onde?

Nas correntes marítimas dos meus sentimentos, nos rios de lágrimas das canções, das novelas e filmes. Como esta prosa poética vive? Vive dentro do meu ser, a cada momento que sou e em cada momento que sou e em cada um que é a cada vez que traça o meu caminho.

Ana Concebida

1. MINHA VERDADE NUA E CRUA

O Coração marcado sem brilho.

As marcas perdem a força pelo desejo dele de brilhar. O brilho aparece na alegria de um amor vivido e um laço eterno.

“O amor tudo espera, tudo crê e suporta“. Se hoje fosse ontem, eu seria o ontem, se ontem fosse verdade, hoje seria mentira. Abracei-lhe e você me enlaçou com um beijo terno. Hoje era um dia comum, uma sexta comum. Era dia comum, uma sexta comum e mais um momento comum.

Mais um momento comum, mas não é comum é um laço eterno.

2. O EXERCÍCIO DE DESPIR A ALMA

Hoje era um dia comum, uma sexta comum e mais um momento comum. Era dia comum, uma sexta e mais um momento comum.

Será uma sexta comum e mais, um momento comum. Mais um momento comum.

Você chegou e bateu a porta e chamou meu nome, como sempre sonhei de outro alguém, um laço eterno. Eu abri e você sorriu ao me ver como sempre sonhei de um outro alguém. Abracei-lhe com um beijo na boca, um beijo que esquecerei.

3. RIMAS PROPOSITAIS

Saudades tu és engraçada, quase sempre quer bater em portas erradas, logo aquelas que não querem te atender.

Quem roubou seu sorriso? Das minhas escolhas você é uma das poucas que nunca tive dúvidas, mas relutei. Relutar é chorar para não se entregar. Fiz com outro alguém aquilo que gostaria com você. Motivo é que sua ausência me faz sofrer.

Cada detalhe de minha delicadeza e cada detalhe que de você me traz alegria e tristeza é bom recriar e trazer a superfície o que a nisso tamanha beleza.

Com outro alguém os sonhos mais profundos que nos unem busquei realizar, mas é só com você que eles podem acontecer.

4. QUEM ROUBOU SEU SORRISO?

Existem-me duas formas de roubar um sorriso. Rouba-se com outro sorriso, olho no olho, braço com braço num abraço, coração, unidos. Eu sorriu, você sorri, você sorri, eu sorriu.

Se rouba com um sorriso provocador, alimento do ciúme, invocador de tristeza, roubador de sorriso.

Existem-me três formas, os roubadores amantes em duas formas. E agora a mais singela e delicada, o sorriso da alegria diante da felicidade alheia, sorriso perante uma criança encantada na magia de ser criança. Ou ainda, um homem na sua representação da última fase de vida, deixando o posto de chefe de família, morrendo nesta para outra vida.

São os roubos incrimináveis é a vida e a morte/ vida. É uma sexta de fim, é uma sexta de começo. É o sol do verão, dezembro. É a vida que nasce em Janeiro é a morte/vida. É o ano que começa e termina em Janeiro e Dezembro e Dezembro e Janeiro.

5. UMA ATITUDE PODE MUDAR TUDO OU NADA

Discussões são sempre algo tenso, imagine só quando ela não é entre dois e sim entre um ser completamente dividido...

Meu coração agi como se só ele é quem toma as decisões. Uma atitude que me mudou tudo ou nada. Um olhar decisivo e indecisivo, um olhar, um sorriso, um beijo decisório. Isso para quem? Eu. Uma comunidade, para o mundo, um país. Uma flor arrancada de uma árvore próxima a extinção, pode alegrar uma alma distante da árvore, ou ser um corte profundo para alguns, o fim para a natureza, uma Amazônia. Uma conversa simples com um mendigo na rua, um ato de amor ao próximo, um ato de perdão a si mesmo, amor-próprio. Um ato, um movimento é tudo ou nada. É com certeza nada e tudo.

Nós desejamos, mas “as paixões é que nos encontram” (sete vidas)

AGRADECIMENTO

Ao Pai (Deus pai) Ao Filho (Deus filho)

Ao Espírito Santo e Mãe (Rainha dos céus) A minha família

Aos personagens de “Lado a Lado” e “Sete Vidas” novelas da rede globo.

Aos que adentram meu caminho, são minhas paixões, ou trazem minhas paixões.

Ana Concebida

DESAFIOS E CAMINHOS PARA OS PSICÓLOGOS NO MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Luísa Ladeira Mamari

Graduanda em psicologia pela UFF
luisamamari@id.uff.br

Ryan Max de Araujo de Castro

Graduando em psicologia pela UFF
ryanmaxcastro@id.uff.br

Samara Oliveira Santana da Cunha

Graduanda em psicologia pela UFF
scunha@id.uff.br

Vittória Thiengo Silveira Moreira Rego

Graduanda em psicologia pela UFF
vittoriathiengo@id.uff.br

RESUMO: Objetivou-se compreender os desafios para os psicólogos no mundo do trabalho contemporâneo e identificar possíveis caminhos para a problemática em questão. Trata-se de revisão integrativa da literatura de natureza descritiva, realizada por meio de levantamento virtual bibliográfico de artigos e livros sobre a temática no período de 1950 a 2021. Apesar da atividade profissional do psicólogo no mundo do trabalho contemporâneo ser de fundamental impor-

tância para produzir relações mais saudáveis nas organizações, existem diversos desafios: desatualização curricular; imagem do psicólogo como um sanador rápido de problemas; e a tendência da construção do conhecimento especializado e fragmentado. Assim, é imprescindível considerar o contexto do Brasil para fugir da reprodução acrítica de teorias e métodos importados, sendo necessário, para a produção de conhecimentos, técnicas e métodos de atuação do psicólogo do trabalho, embasamento nas demandas e particularidades do Brasil; além de pesquisas e intervenções interdisciplinares e multiprofissionais a fim de abordar o trabalho em sua complexidade. Conclui-se que, para superar os diversos desafios no mundo do trabalho contemporâneo, o psicólogo precisa desenvolver uma visão crítica, considerando o contexto e demandas brasileiros, e atuar como agente de transformações sociais. Para isso, é fulcral que os currículos das universidades sejam revisados e reformulados.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia do trabalho; Contemporaneidade; Desafios e caminhos.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho humano e as organizações estão estreitamente conectados. Nesse sentido, as organizações são as estruturas formadas por pessoas e grupos, com a finalidade de atender às suas necessidades. Logo, as organizações são dependentes do trabalho humano e o trabalho também depende das organizações, pois as tarefas estão ficando cada vez mais complexas e a exigência de recursos não para de crescer, só podendo ser alcançadas a níveis organizacionais (ZANELLI; BASTOS; RODRIGUES, 2014). Por certo, o trabalho e as organizações possuem um papel central em nossas vidas. Afinal, eles influenciam fortemente na forma em que vivemos, no nosso bem-estar.

De acordo com Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014), é por meio do trabalho, e da maneira como o organizamos, que somos capazes de contemplar nossas necessidades e demandas sociais. O trabalho afeta toda a dinâmica da nossa vida e ainda possibilita identificações com de-

terminados papeis, dentro de um grupo maior. Ou seja, um dos principais fatores que formam a identidade do indivíduo é o trabalho. Por conseguinte, para compreender o ser humano se faz necessário estudar a forma como ele está inserido no mundo do trabalho e como se dão as relações produzidas dentro das organizações às quais ele está ligado. Leão (2012) afirma que as relações entre a psicologia e o trabalho podem ser entendidas como ramos de grande relevância para a formação dos saberes e práticas teóricas e profissionais do psicólogo.

Assim, surge a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). No entanto, outras expressões que se referem ao campo em questão podem ser encontradas na literatura: psicologia do trabalho, clínica do trabalho, psicologia do trabalho e organizacional, comportamento organizacional, psicologia aplicada ao trabalho, entre outros. Essa variedade de expressões evidencia os limites das rotulações e a multiplicidade de teorias e práticas que atravessam as relações psicologia-trabalho, de acordo com Leão (2012).

A POT, por sua vez, é o campo de compreensão e intervenção sobre o trabalho e as organizações, buscando investigar a interação das múltiplas esferas que caracterizam pessoas, grupos e organizações, objetivando desenvolver estratégias e procedimentos que promovam, preservem e reestabeleçam o bem-estar (ZANELLI; BASTOS, 2004). Ademais, se caracteriza por ser uma área interdisciplinar, se relacionando com diversas outras disciplinas e campos profissionais e mantendo interfaces com outros campos da psicologia, sendo, portanto, uma área que requer uma atuação multiprofissional, segundo Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014).

Por mais que a interdisciplinaridade seja resultado da complementaridade entre as disciplinas e se faça fundamental para construir um diálogo entre as diferentes áreas e enriquecer cada situação com as diferentes perspectivas apresentadas, por vezes tensões surgem no que diz respeito aos limites de atuação de cada profissional. Com efeito, existem outras questões e desafios que atravessam a atividade do psicólogo organizacional e do trabalho, como as deficiências na formação profissional e a dificuldade relacionada ao estigma, que leva a sociedade a acreditar que nessa área, a atuação do psicólogo se restringe à seleção de pessoal (ZANELLI; BASTOS; RODRIGUES, 2014).

Além disso, em vista da atual situação de defasagem e escassez de conhecimentos relacionados à POT nas universidades brasileiras, torna-se notório que os futuros profissionais dessa área, em sua grande maioria, não irão atender às expectativas e requisitos, tanto técnicos quanto críticos-teóricos para o exercício da psicologia nas indústrias, empresas e organizações (ZANELLI, 2002). Por isso, essa problemática foi apontada por Borges-Andrades, Cunha e Costa (1983) como um dos grandes desafios para os psicólogos que atuam nessa área, haja vista que a formação acadêmica é de grande relevância para que se desenvolva competências, bem como conscientização dos lugares de ocupação desses profissionais em diversos setores e funções.

Outrossim, no cenário atual, é possível enxergar larga concentração de operários em grandes indústrias, fato que deve ser focal aos psicólogos, uma vez sendo a indústria o motor da sociedade, e, logo, locus concentrador da geração de relações sociais, entre classes (CODO, 1989). Entretanto, enquanto a psicologia nas indústrias deveria ser um dos principais focos dos estudantes e psicólogos, se torna cada vez mais atacada e subestimada dentro das universidades e dos campos de atuação. Leão (2012), por outro lado, chama a atenção para as questões e situações de trabalho no campo no Brasil, afirmando que o setor primário se apresenta como uma realidade desafiadora, porém a agricultura tem sido deixada de lado nas pesquisas e práticas da psicologia do trabalho. Dentro dessa contradição, se torna imprescindível que analisemos essa prática e as críticas a ela relacionadas.

Dessa forma, os objetivos do presente estudo são compreender os desafios para os psicólogos no mundo do trabalho contemporâneo, bem como identificar possíveis caminhos para a problemática em questão.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura de natureza descritiva relativa à produção científica acerca dos desafios e caminhos para os psicólogos no mundo do trabalho contemporâneo, publicada no período de 1950 a 2021 em ambiente virtual.

Ercole, Melo e Alcoforado (2014) afirmam que:

A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento. Deste modo, o revisor/pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes finalidades, podendo ser direcionada para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular (ERCOLE; MELO; ALCOFORADO, 2014, p. 9).

A coleta do material para a pesquisa foi realizada no período de dezembro a janeiro de 2021 com as palavras chaves “Psicologia do trabalho”, “Contemporaneidade” e “Desafios e caminhos”. Estes termos foram utilizados, bem como seus correspondentes em língua inglesa “abor psychology”, “Contemporaneity” e “Challenges and paths”, de forma conjunta e isolados. Ademais, recorreu-se aos operadores booleanos (delimitadores) “and” (combinação restritiva) e “or” (combinação aditiva) para combinação dos descritores e termos utilizados para rastreamento das publicações.

As obras idênticas, repetidas em bases virtuais diferentes, foram eliminadas e considerou-se seu primeiro registro. Foram selecionados para este estudo somente obras que, na leitura demonstrassem semelhanças, com os desafios e caminhos para os psicólogos no mundo do trabalho contemporâneo, utilizando como fonte de dados artigos e livros da área da psicologia publicados no Brasil, que estavam disponíveis em ambiente virtual.

Primeiramente, as obras foram armazenadas em computador para que, em seguida, fosse realizada uma pré-seleção de acordo com a leitura dos resumos. Nesta fase, buscou-se a relação entre o conteúdo, título, resumo, e se atendiam ao objeto do presente estudo. Portanto, por meio desse procedimento de busca, foram identificados, inicialmente, 92 obras potencialmente elegíveis para inclusão nesta revisão.

Após a seleção mediante a leitura dos resumos e abstracts, distinguiram-se as obras que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: (a) obras publicadas e indexadas em ambiente virtual entre 1950 a 2021; (b) obras publicadas em português e/ou inglês; (c) obra original de pesquisa com seres humanos; (d) obras na íntegra que retratassem a temática referente aos desafios e caminhos para os psicólogos no mundo do trabalho contemporâneo; (e) artigos referentes à psicologia e ao mundo do trabalho contemporâneo. Já os critérios de exclusão estabelecidos foram: (a) artigos sem metodologia definida e clara; (b) obras não disponíveis online na íntegra.

Em seguida, as obras foram lidas na íntegra, com atenção especial para os resultados e conclusão. Os trabalhos que não apresentavam qualquer relação com a temática em questão foram excluídos. Realizada a leitura e análise das obras, foram obtidos 06 artigos e 09 livros para embasamento teórico.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Desafios

O modelo de colonização, o qual a Igreja detinha o poder de conhecimento que era utilizado para “domesticar” e “docilizar” os corpos dos escravizados para trabalharem nas lavouras e engenhos, respaldou o início da construção da educação e, por conseguinte, da academia. Em seguida, com a implementação da República, a responsabilidade da educação passou a ser do país. No entanto, significativas mudanças ocorreram no sistema educacional por conta dos efeitos da industrialização mundial do século XX, juntamente à crise cafeeira de 1920, que resultaram em drásticas diminuições da monocultura no país, além da produção de uma nova relação entre escola e trabalho. Dessa maneira, a escola passou a deter a função de preparo da população, visto que era preciso mão de obra qualificada para trabalhar nas novas indústrias e mercados de trabalho, diferentemente da monocultura do período colonial (FREITAG, 1978).

Assim, as primeiras universidades e cursos de ensino superior no Brasil se desenvolveram a partir de 1930, dado que o país recebia grandes imigrações estrangeiras, além do crescimento da classe média, demandando, por conseguinte, a criação de novas universidades. Entretanto, somente a partir de 1961 foi possível a constitucionalização e regulamentação das faculdades particulares, com os cursos de Humanas e Letras, por meio da entrada de empresas de ensino, em vista da relevante demanda para treinamento e trabalhos técnicos, que, por sua vez, estavam atrelados a uma separação didática (BOUVIER; SCHEIBE; MEDEIROS, 1988).

Como consequência, esses centros de ensino forneciam um baixo grau de professores especializados, uma vez que objetivavam mais lucrar do que realmente gerar conhecimentos e profissionais críticos e capacitados ao técnico. Outrossim, a falta de recursos e equipamentos gerava desafios referentes à formação na contemporaneidade: ao mesmo tempo em que, sob o rótulo de democratização do ensino expandiram-se as matrículas, não foram fornecidas condições necessárias para o atendimento do número multiplicado de alunos nas universidades e nos outros níveis de ensino. Nesse sentido, a deterioração de todo o sistema e o empobrecimento da qualidade de seus produtos foi inevitável (DURAN, 1983).

Por essa razão, diversos estudos foram realizados para investigar mais profundamente essa relação entre a formação e atuação, indicando majoritariamente uma desatualização curricular, mantendo essencialmente o que foi instituído em 1962 e 1964 na regulamentação do curso e da profissão (WEBER; CARRAHER, 1982, p. 5 *apud* ZANELLI, 2002, p. 17).

Assim, é mantida uma prática psicológica defasada e desatualizada em relação aos novos polos de conhecimento científico na área, de tal modo a perpetuar uma preferência a vertentes ligadas às clínicas psicológicas. Fato esse que influencia diretamente a forma que esses profissionais irão enxergar o mundo, pensando prioritariamente no individual e pouco em uma perspectiva coletiva e social, o que seria mais adequado a uma prática em POT (ZANELLI, 2002).

Por conseguinte, Leão (2012) alega que um dos desafios desse campo teórico-prático é a tendência da construção do conhecimento especializado e fragmentado, sendo necessária a produção de pesquisas e

intervenções interdisciplinares e multiprofissionais a fim de abordar o trabalho em sua complexidade. Especialmente levando em consideração que a POT é o campo da psicologia que mais emprega profissionais, de acordo com Zanelli, Bastos e Rodrigues. (2014).

Nesse sentido, a existência de psicólogos com uma formação deficiente, atuando sem a necessária base científica, contribui para o descrédito na prática do psicólogo no mundo do trabalho. O uso de técnicas e concepções de validade incerta também serve para desacreditar a prática profissional (ZANELLI; BASTOS; RODRIGUES, 2014).

Analisando a atuação de psicólogos na indústria, constata-se que o papel principal deles é o de “manter o homem certo no lugar certo, e, também, adequar o homem à máquina, reduzindo ao mínimo a probabilidade de erro”, segundo Codo (1989, p. 196). Dessa forma, o psicólogo que trabalha nessa área se junta à indústria como mecanismo adicional de exploração do trabalhador, contribuindo à alienação e à exploração dele pela indústria.

É por isso que essa área se torna cada vez mais alvo de críticas, havendo até mesmo a responsabilização da Psicologia como um todo por servir contra o trabalhador, enquanto seu papel seria o de ajudar na felicidade e nos direitos dos homens (CODO, 1989). No entanto, a Psicologia não é a única afetada pelas vozes dos mais poderosos; toda a ciência sofre, sendo aliada às classes que detêm o poder.

Não obstante, de acordo com Codo (1989), se retirar desse campo como reação a isso seria uma falsa (pseudo)consciência, uma vez que não mudaria em nada esse cenário; se manter apenas observador não configura uma reação digna de mudanças futuras. Uma reação digna de mudanças seria continuar no exercício da profissão na área e mudar estruturalmente o decorrer das coisas, a partir de uma prática crítica e vanguardista, mudando de dentro para fora.

Nesse contexto, Codo (1989) ressalta como embora a maioria das críticas feitas à POT tenham como alvo o modelo onde o psicólogo tem como foco a tentativa de escolher o homem certo no lugar certo, tentando adaptá-lo a uma máquina, o que ocorre na realidade é a eliminação do indivíduo no ponto de vista da psicologia. Trata-se de reduzir o trabalho do operário à força de trabalho e utilizá-la como qualquer outra força.

Contudo, de acordo com Codo (1989) a filosofia do “*right man in the right place*” cabe ao capitalismo em expansão, fase a qual já ultrapassamos. Na fase que vivemos hoje, de estagflação – estagnação da economia + inflação), há “recessão, desemprego em larga escala, crescimento dos setores financeiros da economia, em detrimento das indústrias, aumento da capacidade ociosa das unidades produtivas em funcionamento, falência de pequenas e médias empresas” (CODO, 1989, p. 200).

Essa fase tem como contradição a necessidade de mão-de-obra especializada e, ao mesmo passo, a de extrair dos trabalhadores o poder inerente a ela. Ademais, tem como resultado uma mão-de-obra cada vez mais descartável. Por isso, “se alguma frase pode substituir o *right man in the right place*, sugiro em oposição qualquer coisa semelhante a *nowhere man in any place*” (CODO, 1989, p. 200). Assim, não faz sentido a crítica à ideologia da adaptação do homem ao trabalho.

Além disso, sobre as organizações, a atividade profissional do psicólogo no mundo do trabalho contemporâneo é de fundamental importância para produzir relações mais saudáveis nas mesmas. Conforme afirmam Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014), o psicólogo organizacional e do trabalho não é apenas um especialista ou consultor, o conjunto de técnicas profissionais têm permitido que ele atue também como um pesquisador e como um agente de mudanças.

Logo, a prática profissional não se resume à seleção de pessoal, como muitas vezes é a representação social que se faz do psicólogo no mundo do trabalho. Por conseguinte, como agente de mudanças, é necessária uma postura crítica e isso frequentemente causa tensões, considerando que, ao criticar práticas hegemônicas, o profissional pode ser colocado à margem e ter mais dificuldade em se fazer ouvir, em concordância com Zanelli, Bastos e Rodrigues (2014). Afinal, quando se questiona o poder, grande parte das estruturas e organizações se voltam contra nós.

Ademais, a imagem do psicólogo como um sanador rápido de problemas é outro desafio que precisa ser enfrentado. De acordo com Fonseca (2012), existe uma grande expectativa das pessoas em relação ao contato com psicólogo, há a crença em um alívio rápido dos problemas e aflições sem que haja um envolvimento real dos sujeitos no processo. Essa é uma questão que pode atrapalhar a prática profissional,

pois quando uma simples conversa com o psicólogo se prova insuficiente para resolver os problemas de imediato, pode ocorrer um processo de frustração e afastamento, ocasionando em uma desestimulação para com as atividades laborais.

Além do mais, à luz da nova morfologia do trabalho, Antunes (2018) discorre sobre a lógica do mundo laboral capitalista contemporâneo, que apresenta novas modalidades de trabalho informal, precarizado, intermitente e “flexível”. O autor aponta para uma praga da precariedade total no setor de serviços, ressaltando como a disponibilidade contínua para o trabalho, viabilizada pela expansão do trabalho on-line e por meio de aplicativos, leva a uma diminuição ainda mais acentuada dos direitos trabalhistas. Essa precarização conduz o trabalhador do setor de serviços à insegurança trabalhista, o fazendo oscilar entre o desemprego e uma disponibilidade constante e desgastante, tanto física quanto mentalmente.

Assim sendo, outro desafio é intensificar a compreensão e intervenção acerca dos processos de exclusão do mercado formal por meio de uma psicologia do não-trabalho, partindo da perspectiva de uma psicologia cujo objeto também abarque os *inempregáveis*, assim como as repercussões nas relações familiares por conta das ocorrências ligadas ao trabalho, em concordância com Leão (2012).

3.2 Caminhos

Primeiramente, para superar o conhecimento especializado e fragmentado, Leão (2012) alega que é preciso superar os saberes formais, buscando produzir como conhecimentos em psicologia do trabalho os saberes construídos pelos movimentos sociais e os próprios trabalhadores, dado que estes são fomentadores de mudanças importantes nas relações, condições e organizações de trabalho.

Portanto, o psicólogo pode exercer seu papel para conscientizar os operários, aumentando seu poder de barganha perante a fábrica, e para a promoção de segurança e dignidade enquanto ser humano, caso atue:

- 1) Buscando selecionar e classificar de fato homens mais capacitados para exercício de suas funções, estendendo a seleção a cada operário da fábrica e, como reza a nossa ética profissional, informando ao candidato os resultados dos testes a que foi submetido, assim como os critérios que subjazem sua aprovação ou reprovação;
- 2) Conquistando a extensão da avaliação de desempenho para todas as funções na fábrica, o que, ato contínuo, implicaria a definição de critérios objetivos para a promoção, rebaixamento ou demissão de cada operário;
- 3) Atuando efetivamente no sentido de treinar os operários não apenas na sua função específica, mas, também, mostrando o funcionamento da estrutura toda de produção (CODO, 1989, p. 201).

Dessa forma, seria possível mudar o contexto atual, “sem precisar brandir a teoria marxista de fora da fábrica e nem, ao menos, reinventar a Psicologia neutra” (CODO, 1989, p. 201). É necessário que se faça “a crítica da crítica da atuação do psicólogo industrial, que, para ser competente, necessita ser empreendida de dentro da própria fábrica” (CODO, 1989, pp. 201-202). No entanto, para que essa psicologia seja possível, é necessária a organização desses psicólogos enquanto categoria, para que tenham forças para manter seus trabalhos, mesmo realizando trabalho reacionário, segundo Codo (1989).

Por isso, o psicólogo deve ter sempre em mente seu compromisso com o social e valores éticos. Por mais que seja um trabalho árduo, trabalhar em prol da criação de ambientes de trabalho saudáveis, que propiciem bem-estar e crescimento, é essencial para promover a saúde integral do ser humano (ZANELLI; BASTOS; RODRIGUES, 2014).

Considerando as mudanças propostas anteriormente, a respeito das medidas de combate aos desafios enfrentados por profissionais da POT, ainda convém ressaltar o conceito de “necessidades de trabalho”. Tal conceito pertence ao modelo Taba, desenvolvido por Hilda Taba (1974), congruente às ideias de R. W. Tyler (1950), com o objetivo de criar um método para construção de currículos educacionais que fossem baseados nas necessidades sociais e temporais. A análise de necessidades é a etapa inicial dos planejamentos e diagnósticos voltados para a realização de mudanças curriculares previstas nesse modelo, propondo a

elaboração de análises de demandas feitas pelos profissionais no campo de trabalho, posteriormente às necessidades da população e dos alunos envolvidos no contexto (POSNER, 1998). Na medida em que a etapa inicial possibilita de fato a revisão e atualização dos currículos por se basear em necessidades atuais, permite, por conseguinte, a formação de profissionais flexíveis capacitados para exercer sua autonomia e criatividade, além de promover uma atuação multidisciplinar que beneficia a sociedade, fomenta o acesso ao conhecimento e viabiliza uma conduta transformadora de relações sociais (ZANELLI, 2002).

Ademais, para Leão (2012), é significativa a abertura para a construção de diálogos com áreas e temáticas novas, que historicamente não se apresentam como objeto da psicologia, possibilitando o aprimoramento do conhecimento e das intervenções nas relações psicologia e trabalho.

Assim sendo, Leão (2012) reitera que é de suma importância levar em consideração que o Brasil é um dos maiores exportadores de *commodities*, como soja, café e cana, além de apresentar graves entraves no que diz respeito às condições de vida e trabalho no campo, como: uso de agrotóxicos, precarização das relações de trabalho e situações extremas, como mortes por exaustão em canaviais. Devido à globalização, nem sempre a adequada atenção é dirigida às situações dos trabalhadores e comunidades tradicionais, bem como seus problemas. Por isso, a psicologia do trabalho deve abordar as diversas questões que envolvem os diferentes indivíduos e grupos de trabalhadores, organizações familiares de produção e redes de pequenos agricultores, promovendo um importante avanço para o campo.

De mais a mais, é essencial termos uma psicologia envolvida com as relações de serviço e com o trabalho imaterial, uma vez que, segundo Leão (2012), há a emergência do setor de serviços como um novo padrão produtivo na sociedade contemporânea.

Em suma, é imprescindível considerar o contexto do Brasil para fugir da reprodução acrítica de teorias e métodos provenientes de conjunturas socioeconômicas, políticas e culturais muito distintas das nacionais. Dessa maneira, a produção de conhecimentos, técnicas e métodos de atuação do psicólogo do trabalho precisam estar fundamentadas nas demandas e particularidades do Brasil, buscando, de fato, uma

formação social específica que abarque os problemas estruturais, como a desigualdade de renda, racismo, machismo e disparidades regionais, conclui Leão (2012).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, sobre a Psicologia Organizacional e do Trabalho, estabelecemos como objetivos compreender os desafios para os psicólogos no mundo do trabalho contemporâneo, bem como identificar possíveis caminhos para a problemática em questão. Os objetivos foram atingidos a partir de uma revisão bibliográfica, que não esgota, mas se aprofunda no assunto.

A contemporaneidade apresenta diversos desafios para o psicólogo inserido no mundo do trabalho. Nesse sentido, o psicólogo que atua sem uma visão crítica acaba por contribuir para a alienação do trabalhador. A POT não pode ser uma ferramenta subjugada aos desejos dos poderosos, se fazendo necessário portanto, que a prática profissional não perca seu compromisso social e ético de promover saúde e bem-estar a todos os indivíduos, mesmo que venha a sofrer retaliações das classes hegemônicas. Dessa forma, a psicologia deve se unir não somente a outras áreas e disciplinas, como também aos próprios trabalhadores, para desenvolver pesquisas e intervenções que realmente digam do contexto brasileiro e que aproximem a ciência da prática. O psicólogo deve ser um fomentador de mudanças, um agente de transformações sociais que não se preocupa somente com a gestão e a produtividade das organizações, mas também com a saúde integral dos indivíduos.

Ademais, as deficiências na formação dos profissionais de psicologia foi outro problema encontrado. As graduações tendem a privilegiar o âmbito clínico da psicologia em detrimento da área organizacional e do trabalho. Ainda assim, a POT está entre os campos da psicologia que mais emprega profissionais, portanto, é fundamental que os currículos das universidades sejam revisados e reformulados. Por meio de melhorias no currículo e cursos de pós-graduação na área, podemos diminuir essa defasagem entre a prática profissional e os conhecimentos científicos do campo.

Assim, o presente artigo possibilitou ampliarmos nosso conhecimento sobre a Psicologia Organizacional e do Trabalho, nos fornecendo base teórica para identificar desafios na área e seus possíveis caminhos. Resumindo importantes contribuições bibliográficas para a psicologia do mundo do trabalho, propusemo-nos a contribuir com a literatura, embora mais pesquisas se façam necessárias.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BORGES-ANDRADE, J. E.; CUNHA, M. H. B.; COSTA, M. T. P. Descrição do psicólogo do Distrito Federal: perfil social e econômico e formação profissional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, v. 35, n. 4, p.85-117, 1983.

BOUVIER, S. A.; SCHEIBE, S.; MEDEIROS, J. G. **Psicologia: conhecimento e profissão: o ponto de vista dos profissionais**. Texto de circulação interna. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1989.

CODO, W. A. Práxis do Psicólogo: O papel do psicólogo na organização industrial (notas sobre o “lobo mau” em psicologia). In: ANDERY, Alberto Abib. et al. **Psicologia Social o homem em movimento**. 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 195-202.

DURAN, A. P. **Algumas questões básicas sobre a formação em Psicologia**. Texto de circulação interna. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1983.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 09-11, 2014. Disponível em: <http://reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 23/02/2022.

FONSECA, M. C. B. Escuta psicanalítica do sujeito na empresa – utopia ou realidade possível. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 34, n. 63, p. 75-82, 2012. Dis-

ponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952012000200009. Acesso em: 01/01/2022.

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo: EDART, 1978.

LEÃO, L. H. C. Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. **Estudos contemporâneos da subjetividade**, v. 2, n. 2, p. 291-305, 2012. Disponível em: <http://www.periodicshumanas.uff.br/ecos/article/view/1008/722>. Acesso em: 31/01/2022.

POSNER, G. J. Models of curriculum planning. In: BEYER, L. E.; APPLE, M. W. (Eds.). **The curriculum: problems, politics, and possibilities**. Albany: State University of New York Press, 1988.

TABA, H. **Elaboración del currículo: teoría y práctica**. Buenos Aires: Troquel, 1974.

TYLER, R. W. **Basic Principles of Curriculum Development**. Chicago: University of Chicago Press, 1949.

WEBER, S.; CARRAHER, T. N. Reforma curricular ou definição de diretrizes? Uma proposta para o curso de Psicologia. **Psicologia**, 8(1): 1-13, 1982 apud ZANELLI (2002).

ZANELLI, J. C. Situação da formação e das atividades de trabalho. In: _____. **O psicólogo nas organizações de trabalho**. São Paulo: Artmed, 2002. p. 11-44.

ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B. Inserção profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 466-491.

ZANELLI, J. C.; BASTOS, A. V. B.; RODRIGUES, A. C. A. Campo profissional do psicólogo em organizações e no trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 549-582.

ORIENTAÇÕES PARA O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A PESSOAS TRANSGÊNERO

Denise Pereira Alves de Sena

Psicóloga, Especialista em sexualidade humana
e Doutoranda, UCB
dsena.psi@gmail.com

Maria Cristina Milanez Werner

Psicóloga, Mestre e Especialista em sexualidade humana
mariacristinawerner@globo.com

Anna Maria Lunardi Padilha

Psicóloga e Mestre
annamlpadilha@gmail.com

RESUMO: Todos os profissionais da área da saúde precisam de orientação para oferecer atendimento de qualidade para aquelas pessoas com demandas relacionadas ao gênero não binário. Este artigo teve como objetivo a investigação junto aos Conselhos Regionais de Psicologia, Conselho Federal de Psicologia e Ministério da Saúde sobre os documentos, diretrizes e orientações para psicólogos (os) atuarem de forma adequada e ética quanto à demanda da transexualidade. A metodologia utilizada foi a de buscar nos sites o tema “transexualidade” para a posterior construção do quadro explicativo. O resultado mostrou que esta qualificação se encontra em construção, eviden-

ciando a necessidade de busca por material e formação por parte dos profissionais, uma vez que, nem todos os Conselhos Regionais possuem material produzido e em alguns casos tal tema sequer é encontrado na busca dos sites em referência. Ainda há a necessidade de se trabalhar o preconceito, discriminação e a transfobia nos profissionais. Despatologizar o transgênero é urgente.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas Transgênero; Psicologia; Preconceito.

COLORIR

*Faltará tinta
No dia que o céu for livre
Pra todos serem o que são
Cobertos pelo sol, sem nenhum tipo de opressão
Faltará nomes
Pra descrever o mundo sem as misérias
O que sentimos, o que nos tornamos
O novo ser sem medo de viver
Faltará a falta que nos entristece
Que hoje enche o peito de vazio e fumaça
Não faltará amor, não faltará sonhos
O novo mundo se abrirá para o futuro
Onde o presente dominará o passado
E nossos corações enfim serão salvos
Virgínia Guitzel¹*

1 Travesti, poeta e colunista da rede Internacional Esquerda Diário e militante do grupo feminista e socialite, Pão e Rosas. Tem 26 anos e trabalha hoje como Agente de Retenção com usuários em abandono de tratamento para HIV/AIDS.

INTRODUÇÃO

Pessoas transgênero e em não conformidade de gênero são aquelas cuja identidade de gênero, e a própria autopercepção, não estão compatíveis com o sexo do nascimento e a transexual é aquela que busca ou vive qualquer tipo de transição, seja ela social de gênero ou que envolva (ou não) mudança no corpo (seja hormonal ou cirúrgica) (TEIXEIRA; GOBBO; SANTOS JUNIOR; DALGALARRONDO², 2019). A existência dessas pessoas vem sendo documentada em várias culturas e estes estudos evidenciam o sofrimento psíquico e discriminação social vivenciada por elas (COLEMAN, COLGAN; GOOREN³, 1992; SCHMIDT⁴, 2003; MILLER; NICHOLS⁵, 2012; WERNER⁶, 2017). As experiências de estigma, preconceito e hostilidade impactam diretamente na saúde mental desses sujeitos, provocando índices elevados de depressão, automutila-

-
- 2 TEIXEIRA, E; GOBBO, R.; SANTOS JUNIOR, A.; DALGALARRONDO, P. Disforia de gênero, readequação sexual e retificação de registro civil: de caso pericial e atualização para fins forenses. *Revista Debates em Psiquiatria*. Jan-Fev. <http://dx.doi.org/10.25118/2236-918x-9-1-5>. 2019.
 - 3 COLEMAN, E.; COLGAN, P.; GOOREN, L. Apud American Psychological Association (2015). *Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people*. Tradução: Diretrizes para práticas psicológicas com pessoas trans e em não conformidade de gênero. Traduzido por Catelan e Costa (2017). 1992.
 - 4 SCHMIDT, J. Paradise lost? Social change and Fa'afafine in Samoa. *Current Sociology*, 51, 417–432. <http://dx.doi.org/10.1177/0011392103051003014>. 2003.
 - 5 MILLER, J.; NICHOLS, A. Identity, sexuality and commercial sex among Sri Lankans. *Sexualities*, 15, 554–569. <http://dx.doi.org/10.1177/1363460712446120>. 2012.
 - 6 WERNER, M.C.M. Superando preconceitos: desafios emocionais para as famílias homoafetivas na criação e desenvolvimento de suas crianças. Em *Cuidadores da Primeira Infância: por uma formação de qualidade*. Barr, M.A. (org). Brasília: Senado Federal; Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz. 2017.

ção, ideação e tentativas de suicídio (FREDRIKSEN-GOLDSSEN⁷ et al., 2014; TEIXEIRA-FILHO; RONDINI⁸, 2012).

Os autores Katz⁹ (1996) e Spencer¹⁰ (2004), afirmam que a ci-sheteronormatividade passou a ser sinônimo de normalidade apenas em fins do século XIX, quando se construiu o discurso de que ela seria a forma ideal de felicidade amorosa e erótica, em oposição a forma não binária de relacionar-se. Uma das sequelas desta “normalidade” foi a maneira como os serviços de saúde foram organizados e, consequentemente o treinamento e formação dos profissionais de saúde.

O Brasil é o país que está em primeiro lugar no ranking de assassinatos de travestis e transexuais, sendo responsável por aproximadamente 50% do total global, apresentando uma expectativa de vida média desta população, entre 30 e 35 anos. No aspecto social, os dados demonstram que 90% das mulheres trans e travestis estão em situação de prostituição. Na educação, é possível observar os altos índices de evasão escolar devido, sobretudo, à violência transfóbica nas escolas, o desrespeito ao nome social e despreparo de profissionais de educação para lidar com esta demanda (ANTRA, 2019)¹¹.

Em 20.05.2019 a Organização Mundial da Saúde (OMS) oficializou durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde em Genebra, a

-
- 7 FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I., COOK-DANIELS, L., KIM, H. J., EROSHEVA, E. A., EMMET, C. A., HOY-ELLIS, C. P., MURACO, A. Physical and mental health of transgender older adults: An at-risk and underserved population. *The Gerontologist*, 54, 488–500. <http://dx.doi.org/10.1093/geront/gnt021>. 2014.
 - 8 TEIXEIRA-FILHO, F.S; RONDINI, C.A. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. *Saude soc.*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 651-667, Sept. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000300011&lng=en&nrm=iso>. access on 26 Jan. 2020. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000300011>> 2012.
 - 9 KATZ, J. N. A invenção da heterossexualidade. Tradução de C. Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro. 1996.
 - 10 SPENCER, C. Homossexualidade: uma história. Tradução de R. M. Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
 - 11 ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSGÊNEROS. Violência. O que fazer em caso de violência LGBTIFÓBICA. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/category/violencia/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), que entrará em vigor em 2022. Tal informação já havia sido divulgada em 2018, mas, a oficialização da normativa foi realizada naquela ocasião. Na edição do CID 11, a transexualidade deixa, após 28 anos, a categoria de “transtornos mentais” para integrar o de “condições relacionadas à saúde sexual” e é classificada como “incongruência de gênero”. Em relação a homo e bissexualidade a OMS, desde 1990, já não as considerava doenças. Antes da decisão da OMS, no que diz respeito a transexualidade, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou a Resolução nº01/2018 que orienta a atuação profissional de psicólogas (os) no Brasil para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias.

As “diretrizes curriculares de cursos de graduação”, publicadas pelo Ministério da Educação/Brasil, não trata especificamente do tema sexualidade, ou seja, as graduações em Psicologia não são obrigadas a ministrar disciplinas específicas sobre sexualidade humana e, consequentemente, o tema transexualidade não é abordado e problematizado entre estes graduandos. Surge o questionamento: como os profissionais da Psicologia podem ser orientados para acompanhar em tratamento um paciente que necessite abordar este tema? Este artigo objetiva investigar junto aos Conselhos Regionais de Psicologia, Conselho Federal de Psicologia e Ministério da Saúde quais os documentos, diretrizes e orientações que estes profissionais têm disponíveis para que possam oferecer o tratamento psicológico adequado à demanda da transexualidade.

BUSCA POR PUBLICAÇÕES TÉCNICAS CONTENDO ORIENTAÇÕES PARA AS (OS) PSICÓLOGAS (OS) SOBRE O TEMA TRANSEXUALIDADE

Nos Estados Unidos da América, em 2015, a *American Psychological Association*, publicou o “*Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people*”¹², que foi traduzido para o

12 *American Psychological Association* (2015). *Guidelines for psychological practice*

português, com autorização, pelos psicólogos Catelan e Costa, do CRP/Rio Grande do Sul, em 2017. Tal documento contém orientações quanto a postura, maneira de acolher e atender pessoas trans e em não conformidade de gênero no âmbito da Psicologia. As orientações contidas neste documento serão comentadas logo mais.

No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia produziu três vídeos, em 2014, com o título “A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da psicologia¹³”, onde há a problematização do papel da (o) psicóloga (o) junto a essa comunidade. Existem outros três vídeos com os títulos “Debate online: despatologização das identidades trans e travestis¹⁴” (1h50), “Psicologias e os enfrentamentos aos preconceitos: dia internacional de luta contra a homofobia¹⁵” (2h30) e o “CFP debate visibilidade¹⁶ de trans e resolução 01/99” (1h50).

Neste momento no site do CFP está disponível material que diz respeito a despatologização das identidades trans e travestis. Na lupa destinada a buscas foram encontradas 46 notícias sobre o tema transexualidade. E na semana de 23 a 28 de junho de 2020 haverá a ‘semana do orgulho e resistência LGBTQI+’ com vídeo produzido e veiculado pelo *YouTube*. Entre as notícias há textos de orientação, publicação de prêmios que este Conselho recebeu por sua atuação com esta população.

with transgender and gender nonconforming people.

- 13 CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *A despatologização das transexualidades e transvestilidades pelo olhar da Psicologia* - Parte I. Canal YouTube. 19 jun. de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xLugxnORfd0>. Acesso em: 20 maio.2020.
- 14 CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Despatologização das identidades trans e travestis – Debate online. Canal YouTube. 04 dez.2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-bqFRnUTtjU>. Acesso em: 20 maio.2020
- 15 CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicologias e os enfrentamentos aos preconceitos: dia internacional de luta contra a homofobia Canal YouTube. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=G1OCRYAA_9Y&t=678s. Acesso em: 20 maio.2020.
- 16 CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Dia da visibilidade Trans. Canal YouTube. 29 jan.2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hri7Gz-cOHZ4&t=3s>. Acesso em: 20 maio.2020.

Em 2018, recebeu prêmio pela Rede Trans Brasil, devido a publicação da resolução CFP 01/2018 que orienta a atuação profissional para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias.

Em pesquisa realizada no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com a combinação entre os descritores “conselho federal psicologia” and “transexualidade”; “psicologia” and “transexualidade”; “sistema único saúde” and “transexualidade”; “atendimento” and “transexualidade” e “atendimento psicológico” and “transexualidade”, um mesmo artigo foi apresentado como resposta às buscas, intitulado: “Percepção de usuários gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, transexuais e travestis do sistema único de saúde¹⁷”. Além destes descritores foram escolhidos como norteadores da busca, artigos científicos publicados nos últimos 10 anos nos idiomas português e inglês. E para a combinação “conselho regional de psicologia” and “transexualidade”, com os mesmos norteadores, a resposta foi “zero” publicações. A inclusão do idioma inglês é uma necessidade do sistema, mas, a intenção foi a de confeccionar um levantamento no âmbito das publicações brasileiras, uma vez que a intenção é a de investigar os Conselhos de Psicologia.

A busca realizada nos sites dos Conselhos Regionais de Psicologia, no espaço destinado a buscas no site, mostrou o resultado organizado no quadro abaixo:

17 SANTOS-CERQUEIRA, E.; CALVETTI, P.U.; ROCHA, K.B.; MOURA, A.; BARBOSA, L.H.; HERMEL, J. Percepções de usuários gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, transexuais e travestis do Sistema Único de Saúde. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*. Vol. 44, Num. 2, pp. 235-245. (2010).

Quadro 1 - Levantamento junto aos CRPs sobre o tema transexualidade e transvestilidade. Elaborado pela autora com dados dos Conselhos Regionais de Psicologia.

Conselho Regional de Psicologia	Documento encontrado sobre “transexualidade” “transvestilidade” no item “busca personalizada” dos sites
CRP – 01 Distrito Federal	Neste site há uma parte dedicada a “publicações” que é bem rica em produções. Dentre os artigos destaca-se aqui ‘O importante papel da psicologia na afirmação da vida de pessoas trans’ que comenta o quanto é importante a (o) psicóloga (o) prestar atendimento sem preconceitos e viés transfóbico, entre outros que contemplam tal tema. Este Conselho tem a “Comissão Especial LGBTGI+” que produz ‘nota de posicionamento’ que esclarecem tanto profissionais quanto comunidade. Contudo, chama a atenção não haver nenhuma publicação no campo “referências de atuação” onde constam 25 documentos, datados desde 2007 a 2019, e nenhum deles trata do tema transexualidade e transvestilidade. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 02 Pernambuco	Não tem publicação técnica. Há notícias sobre eventos realizados em parceria com a universidade para debate do tema transexualidade, bem como evento de conscientização para os integrantes do Conselho sobre a importância do uso do nome social para pessoas trans no Conselho de Psicologia. Sendo o último evento realizado em 25.01.2019 – ‘Dia Nacional da Visibilidade Travesti e Transexual e 1 ano da Resolução 01-2018 do CFP’. E dia 28.06.2020 foi publicada destaque do “Dia do Orgulho LGBTI”, no site. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.



CRP – 03 Bahia	Possuem grupo de trabalho relações de gênero e psicologia bem atuante (desde 2013). No site há nota técnica (2015) onde são listados todos os documentos publicados em órgãos públicos sobre produção de relatórios psicológicos em casos de alteração/adequação de nome no registro civil das travestis e dos transexuais. Em 2017 realizou o lançamento do livro ‘Gênero na Psicologia’ que reúne artigos que interconectam gênero, feminismo e psicologia. Em 2018 publicou o guia de referências técnicas e teóricas ‘Psicologia, Sexualidades e Identidades de Gênero’. Publicação bem consistente, com indicações de livros, vídeos e artigos sobre a temática. Possui em seu site link para os vídeos produzidos pelo CFP/2014 sobre transexualidade. Em 2019 a capa da Revista foi ‘Diversidade na Psicologia’ – confira as ações da atual gestão em todo o Estado. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 04 Minas Gerais	Desde 2013 este CRP faz publicações anuais sobre este tema incluindo este ano de 2020. Possuem a listagem de oito eventos onde o tema “psicologia e pessoas trans” foram debatidos em eventos presenciais (para profissionais) e via rádio (onde a comunidade teve acesso). Disponibilizam livros (três unidades) em sua biblioteca para profissionais. Está programado uma live, no canal do YouTube do Conselho, sobre saúde mental da população LGBTI em tempos de pandemia, dia 01/07/2020. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 05 Rio de Janeiro	Este site é fortemente dedicado a questões administrativas, burocráticas e financeiras do Conselho. Na busca realizada foram encontradas nove matérias/notícias sobre o tema. No item ‘livro’ há a publicação do ‘Diversidade sexual: assim se passaram 20 anos...’, disponível para <i>download</i>. Dentre suas comissões não há uma específica para transexualidade. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.



CRP – 06 São Paulo	Este CRP produz “Cadernos Temáticos” e o volume 11 trata da psicologia e diversidade sexual, em 2020 não houve publicação de ‘Caderno’ até o presente momento. Além de duas notas técnicas com esse tema de 2013 e outras quatro publicações em formato de notícias que provocam os profissionais a repensarem suas atuações junto a essa população, todas anteriores a 2015. Neste formato notícia há apenas uma publicação em 2020. Há também o documento de orientação 002/2019 para atuação de psicólogas (o) no processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas transgênero. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 07 Rio Grande do Sul	Este CRP é o mais completo em termos de publicações com orientações para seus integrantes a respeito do tema. Cartilhas, publicações, notícias e eventos sobre transexualidade e atuação profissional estão presentes no site. Provavelmente os profissionais que traduziram o material da APA referente a transgênero, que são do Rio Grande do Sul, são mais sensíveis a estas demandas. Não há menção às publicações do CFP 01/2018. Nem mesmo aos vídeos produzidos em 2014, até mesmo porque suas ações são anteriores a 2014.
CRP – 08 Paraná	Este CRP trata do tema sexualidade de maneira geral. Faz orientações quanto as questões relacionadas a saúde física das lésbicas e gays, e não binariedade da sexualidade com o lema “diferença não é doença”, por meio de cartilhas, seminários, vídeos e eventos. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.



CRP – 09 Goiás	Este CRP trata o tema com seminários e entrevistas de psicólogas (os) para psicólogas (os). Há o registro de cinco notícias sobre o tema, três publicadas em 2011, uma em 2012 e a última em 2018. O CRP tem 17 comissões especiais, mas, nenhuma delas trata objetivamente do tema. Não há nota técnica ou cartilhas. É um site burocrático e pouco educativo para os profissionais. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 10 Amapá e Pará	Site parece ter sido colocado no ar há pouco tempo. Poucas informações no geral. Não tem a lupa para buscas. Nada específico sobre transexualidade. Apenas um artigo (psicologia hospitalar) e um livro (pesquisa e ativismo sobre aborto) estão em ‘publicações’. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 11 Ceará	Este CRP tem um caderno temático sobre diversidade, lançado em 2019. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 12 Santa Catarina	Este CRP realizou vários seminários, oficinas, minicursos, notícias para discutir as práticas das (os) psicólogas (os) quanto aos transexuais. Houve a publicação do livro “psicologia, transvestilidades e transexualidades – compromissos ético-políticos da despatologização”, em julho 2019. O PDF está disponível para <i>download</i> no site. Há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 13 Paraíba	Este CRP tem o site pouco amigável com o usuário além de não conter material específico sobre transexualidade e transvestilidade. Parece estar em construção. A lupa da busca não está ativada. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 14 Mato Grosso do Sul	No site deste Conselho existem várias notas técnicas para orientar a atuação das (os) psicólogas (os), porém, em relação ao tema transexualidade e transvestilidade o site contém apenas a Resolução CFP 01/2018.



CRP – 15 Alagoas	Site possui 11 comissões e entre elas a de Direitos Humanos. Esta comissão selecionou 36 artigos científicos que abordam o tema transexualidade de forma direta ou tangencialmente. Site não possui lupa para buscas. Este site contém as normas do CFP 01/2018.
CRP – 16 Espírito Santo	Este site 25 publicações/notícias/rodas de conversas sobre o tema em questão. Com início em 2014 e último lançamento em 28.01.2020. Tem grupos de trabalho, mas nenhum específico. Há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 17 Rio Grande do Norte	Não há publicações sobre transexualidade e transvestilidade e nem lupa para buscas. Site burocrático, com informações institucionais e pouco material educativo. Há menção ao CFP pela Cartilha 'Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos'. Não há produção de material educativo do próprio CRP.
CRP – 18 Mato Grosso	A única publicação no site é de um artigo da CLAM – Centro latino-americano em sexualidade e direitos humanos - assinado por uma pessoa não psicóloga. Não há publicações sobre transexualidade e transvestilidade. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 19 Sergipe	Não há publicações sobre transexualidade e transvestilidade, mas há uma Grupo de Trabalho de Gênero e Diversidade Sexual, composta por quatro psicólogos. Como o site é confuso, não tem a lupa destinada para buscas e não foi possível entender qual a atuação deste GT junto aos profissionais ou sociedade. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 20 Amazonas e Roraima	Dia 18.06.2020 este CRP fez um evento, pelo <i>YouTube</i>, com o título 'I seminário de representatividade, direitos e saúde mental LGBTQI+'. Possui 10 Comissões, mas, nenhuma relacionada diretamente ao tema. Sem produção de material educativo. Há a publicação da Resolução do CFP 01/2018.



CRP – 21 Piauí	Quando esta autora fez a busca pelo CRP 21 foi direcionada para o site do CFP. Ou seja, o CRP 21 não tem site próprio.
CRP – 22 Maranhão	Não há publicações sobre transexualidade e transvestilidade. A lupa para buscas não funciona. Pouco material educativo. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP – 23 Tocantins	Neste site tem cinco notas/publicações sobre transexualidade e transvestilidade, além da promoção de dois eventos para profissionais. Não há menção às publicações do CFP 01/2018.
CRP- 24 Rondônia e Acre	Quando esta autora fez a busca pelo CRP 21 foi direcionada para o site do CFP. Ou seja, o CRP 21 não tem site próprio. Eles possuem <i>Facebook</i> do CRP-24.

DISCUSSÃO DO MATERIAL ENCONTRADO

1. DIRETRIZES DA APA¹⁸ PARA PRÁTICAS PSICOLÓGICAS COM PESSOAS TRANS E EM NÃO CONFORMIDADE DE GÊNERO

Neste documento são feitas várias recomendações, bem como são apresentadas 16 diretrizes para atuação das (dos) psicólogas (os) com a população transexual e travestis, que no documento são nomeadas TGNC¹⁹. Trazem números consequentes das dificuldades sofridas por este grupo que pessoas para ter acesso a saúde física e mental, que incluem elevados índices de depressão, ideação e tentativas de suicídio. Em levantamento realizado pela American Psychological Associa-

18 As diretrizes em referência estão disponíveis na íntegra no material “Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people”. American Psychologist, 70(9), 832-864. <<http://dx.doi.org/10.1037/a0039906>>.

19 “Para os propósitos destas diretrizes, usamos o termo pessoas trans e em não conformidade de gênero (TGNC). Pretendemos que o termo seja o mais amplamente inclusivo possível e reconhecemos que algumas pessoas TGNC não se identificam com esses termos” (APA, p.2, 2015).

tion (APA), em 2009, menos de 30% dos profissionais de psicologia e estudantes de pós-graduação referiram ter familiaridade com questões transsexuais e travestis.

2. RESOLUÇÃO CFP 01/2018

Em seus oito artigos²⁰, defende que as (os) psicólogas (os) devem atuar segundo princípios éticos, sem exercer qualquer ação que favoreça a discriminação e/ou preconceito e contribuindo para a eliminação da transfobia e do preconceito em relação as pessoas transexuais e travestis. Tal Resolução esclarece que é vedado qualquer tipo de terapia de conversão, reversão, readequação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transexuais e travestis.

Os vídeos produzidos pelo CFP em 2014 são educativos, em formato de ‘roda de conversa’ em que o tema transexualidade e transvestilidade são abordados de forma ética. É possível afirmar que tal material foi o embrião da Resolução 01/2018.

3. ANÁLISE DO MATERIAL ENCONTRADO NOS SITES DOS CRPS POR REGIÃO

- Região Norte: composto por quatro CRPs onde eles CRP 10 (Amapá e Pará), CPR 20 (Amazonas e Roraima), CRP 23 (Tocantins), CRP 24 (Rondônia e Acre), tendo material produzido apenas no CRP 23/TO, nos demais nenhum material educativo foi produzido.

- Região Centro-Oeste: composto por quatro CRPs sendo, CRP 01 (Distrito Federal), CRP 09 (Goiás), CRP 14 (Mato Grosso do Sul) e CRP 18 (Mato Grosso). O CRP 01/DF é o que mais tem material próprio educativo produzido dentre os CRPs dessa região, tendo uma comissão destinada a tratar deste tema.

20 CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução N°1, de 29 de janeiro de 2018. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/resolucao_cfp_01_2018.pdf. Acesso em: 20 maio.2020.

- Região Nordeste: composta por nove CRPs sendo eles CRP 02 (Pernambuco), CRP 03 (Bahia), CRP 11 (Ceará), CRP 13 (Paraíba), CRP 15 (Alagoas), CRP 17 (Rio Grande do Norte), CRP 19 (Sergipe), CRP 21 (Piauí), CRP 22 (Maranhão). Entre eles o CRP 03 (BA) é o que mais tem material produzido, atuantes desde 2013 um dos três melhores sites²¹ em termos de produção de material técnico educativo. Esta Região é a que tem menos informações produzida e/ou replicadas do CFP. É possível supor que é uma das Regiões do país onde menos se proporciona espaço de escuta ativa, de qualidade, para a população transexual e travestis.

- Região Sudoeste: composto por quatro CRPs sendo eles CRP 04 (Minas Gerais), CRP 05 (Rio de Janeiro), CRP 06 (São Paulo), CRP 16 (Espírito Santo), todos possuem material educativo sendo o CRP 05 (RJ) o que tem menos produção. Fato que chama a atenção desta autora, uma vez que, o Rio de Janeiro é a cidade do carnaval, local no país onde são produzidos filmes e novelas, portanto, tal postura destoa da imagem hedonista que a cidade “vende”. Já os CRPs 04 (MG) e 06 (SP) possuem material educativo próprio (livros, cadernos, artigos), de excelente qualidade.

- Região Sul: possui três CRPs sendo ele CPR 07 (Rio Grande do Sul), CRP 08 (Paraná) e CRP 12 (Santa Catarina). Entre estes o CRP 08 (PR) é o mais despreparado entre eles, mas, possui material, nos dando a entender que talvez o preconceito seja mais forte aqui do que nos outros dois Estados. Contudo, certamente esta é a Região que mais tem material educativo produzido.

4. MINISTÉRIO DA SAÚDE/BRASIL

No âmbito federal, o Ministério da Saúde produziu cartilhas, estratégias e ações para a proteção da população LGBT, bem como orientação dos profissionais da saúde e população, de forma geral. As publicações das Portarias nº1.820/2009 (que garante o nome social das

21 Esta autora fez ranking e elegeu os CRPs 03 (BA), 06 (SP) e 07 (RS) como os melhores em produção de material educativo para os profissionais.

peças trans no cartão do SUS²² e nos prontuários), bem como a de nº 2.083/2013, (que reformula e regulamenta o processo transexualizador, trabalhando com as e os transexuais, garantindo a mastectomia e histerectomia para homens trans, assim como os travestis quanto ao tratamento psicológico e endocrinológico), são iniciativas legais para amparar este público. Por reconhecer a vulnerabilidade desta população cartilhas educativas e estratégias de gestão vem sendo implementadas, como o livro²³ “Transexualidade e transvestilidade na saúde” /2015, que é uma coletânea de artigos sobre o tema. As publicações federais orientam de maneira geral e não tratam especificamente dos tratamentos psicológicos. No ano de 2020 o material educativo disponível no site deste Ministério é o resultado da pesquisa sob o título “Tratamento penal de pessoas LGBT²⁴”, no mais, apenas pequenas notícias.

5. ARTIGO “PERCEPÇÃO DE USUÁRIOS GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS E TRANSGÊNEROS, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE”.

O objetivo geral do estudo foi o de identificar a possível presença de homofobia no contexto do atendimento de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros e relação à prevenção e tratamento de DST/HIV/AIDS nos serviços de saúde do SUS, por meio de relato destes usuários, com ou sem soropositividade para HIV. Pesquisa qualitativa, com 24 participantes, realizada em um serviço de saúde na cidade de Porto Alegre/Brasil, por um período de 12 meses. Como conclusão a

22 Sistema Único de Saúde.

23 Disponível para *download* em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf>.

24 BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. LGBT nas prisões do Brasil. Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 12 set. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf/view>>. Acesso em: 20 maio, 2020.

pesquisa evidencia que a cisheteronormatividade estrutura o pensamento, motiva o preconceito sexual e influencia na dinâmica das relações entre profissionais de saúde e pacientes. O grupo de transgênero, transexuais e travestis relata a incompatibilidade do Sistema com suas práticas sexuais e atividade de profissionais do sexo, sendo as trans o grupo que sofre mais diretamente e explicitamente as manifestações de discriminação, sofrendo humilhações e descaso. Quando se envolve a questão da sexualidade, a equidade, que é um grande norteador do SUS, não existe. O discurso de tolerância e aceitação por parte dos profissionais de saúde é superficial e pouco efetiva, concluem os pesquisadores.

CONCLUSÃO

Existe uma urgência no mundo para que as pessoas possam viver em conformidade com o que sentem, acreditam e desejam. Em relação a sexualidade não é diferente. Este levantamento evidenciou que há preocupação em orientar profissionais da Psicologia para o tratamento adequado às demandas relacionadas ao gênero não binário, contudo, ainda não é assunto que mobilize de forma geral, ampla.

O material encontrado também mostrou que este movimento está em construção. A maioria das orientações/diretrizes versam sobre a maneira respeitosa que os profissionais devem agir, inclusive se a demanda for discordante da forma pessoal que o profissional encara a própria vida. Todos eles falam de ética, mas, em tese, isso já é um saber inerente a formação, especialmente àqueles que lidam com a saúde, seja ela física ou mental.

O Conselho Federal de Psicologia tem material produzido, tanto a Resolução como os filmes, mas não se faz presente em todos os CRPs como era esperado. O balanço final é que 12 CRPs produziram seu material e apenas cinco mencionam a Resolução do CFP como referência. A pertinência desta estatística é a de demonstrar como não há, nesta classe de profissionais, orientações coesas e ações combinadas. E como pode ser interpretado o fato de 10 CRPs não mencionarem o tema transexualidade e transvestilidade em seus sites? Isso comprova a necessidade de

trabalhar o preconceito, discriminação e a transfobia inicialmente nos profissionais, para que apenas depois, seja possível oferecer tratamento de qualidade para os pacientes. Despatologizar o transgênero é urgente para toda a sociedade e isso inclui os profissionais da saúde.

Para esta pesquisadora o que precisa ser trabalhado na sociedade é o preconceito. A aceitação do transgênero precisa se igualar a cisheteronormatividade. Quando a questão de gênero deixar de ser pauta por preconceito, fobia, discriminação e for vivenciada como algo inerente ao ser humano, talvez, não seja necessário elaborar protocolo de como a (o) psicóloga (o) deve atender o nomeado transgênero hoje. Ou seja, a depressão e a crise de ansiedade de um transgênero serão tratadas com o mesmo protocolo usado atualmente para os heteros; o desejo libidinal será tratado como desejo libidinal, não importando se é homo, hetero, trans. É desejo libidinal de um ser. O receio de fazer a cirurgia e de adaptar-se ao novo corpo poderá ser tratada como fazemos atualmente quando acompanhamos mulheres mutiladas por cânceres ou pessoas com seus corpos alterados devido a queimaduras e acidentes; a orientação quanto ao preconceito social pode se igualar ao que tratamos quando atendemos uma mulher divorciada, ou que tem um filho com deficiência, por exemplo. E assim por diante. Esta autora acredita que é preciso tornar natural a questão do gênero não binário, por analogia, como tornou-se natural entre as (os) psicólogas (os) o entendimento de que violência contra a mulher é errado. Portanto, aqui é defendido que o necessário é a sociedade abandonar a postura engessada e estigmatizada quanto ao gênero. Construindo o entendimento de que todo sujeito deseja amar, ser amado e reconhecido, sendo necessário para isso apenas estar vivo.

Retomando o título deste artigo “Orientações para o atendimento psicológico a pessoa transgênero” deve-se fazê-lo com muito respeito e ética, preocupando-se com a dor do outro desejante que está na frente do profissional, que, independentemente da ordem do sofrimento, precisa sentir-se acolhido, ouvido e validado em sua demanda.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional de Transgêneros – ANTRA, 2019. Site <<https://antrabrasil.org/>>. Acesso em 15 nov.2021.

COLEMAN, E.; COLGAN, P.; GOOREN, L. Apud **American Psychological Association** (2015). Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. Tradução: Diretrizes para práticas psicológicas com pessoas trans e em não conformidade de gênero. Traduzido por Catelan e Costa (2017). (1992).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Portal na internet. Disponível em <<https://site.cfp.org.br/>> acesso em 30 jun. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA PRIMEIRA REGIÃO. Portal na internet. Brasília-DF: CRP-01. Disponível em: <<https://www.crp-01.org.br/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEGUNDA REGIÃO. Portal na internet. Recife-PE: CRP-02, 2020. Disponível em:< <http://www.crppe.org.br/>> Acesso em: 30 jun. 2021

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA TERCEIRA REGIÃO. Portal na internet. Bahia-BA: CRP-03. Disponível em: <<https://www.crp03.org.br/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA QUARTA REGIÃO. Portal na internet. Minas Gerais-MG: CRP-04. Disponível em: <<https://crp04.org.br/>> a Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA QUINTA REGIÃO. Portal na internet. Rio de Janeiro-RJ: CRP-05. Disponível em: <<https://transparencia.cfp.org.br/crp05/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SEXTA REGIÃO. Portal na internet. São Paulo-SP: CRP-06. Disponível em: <<https://www.crpssp.org/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SÉTIMA REGIÃO. Portal na internet. Rio Grande do Sul-RS: CRP-07. Disponível em: <<http://www.cprps.org.br/portal/default.php>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA OITAVA REGIÃO. Portal na internet. Paraná- PR: CRP-08. Disponível em: <<https://crppr.org.br/>>. Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA NONA REGIÃO. Portal na internet. Goiás-GO: CRP-09. Disponível em: <<http://www.crp09.org.br/portal/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA REGIÃO. Portal na internet. Pará/Amapá: CRP-10. Disponível em: <<http://www.crp10.org.br/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA PRIMEIRA REGIÃO. Portal na internet. Ceará-CE: CRP-11. Disponível em: <<http://www.crp11.org.br/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA SEGUNDA REGIÃO. Portal na internet. Santa Catarina-SC: CRP-12. Disponível em: <<http://www.crp12.org.br/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO. Portal na internet. Paraíba- PB: CRP-13. Disponível em: <<https://crp13.org.br/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA QUARTA REGIÃO. Portal na internet. Mato Grosso do Sul: MS: CRP-14. Disponível em: <<http://www.crp14.org.br/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA QUINTA REGIÃO. Portal na internet. Alagoas-AL: CRP-15. Disponível em:< <http://www.crp15.org.br/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA SEXTA REGIÃO. Portal na internet. Espírito Santo -ES: CRP-16. Disponível em: <<http://crp16.org.br/>>Acesso em: 30 jun.2020.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA SÉTIMA REGIÃO. Portal na internet. Rio Grande do Norte-RN: CRP-11. Disponível em: <<https://crprn.org.br/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA OITAVA REGIÃO. Portal na internet. Mato Grosso-MT: CRP-18. Disponível em: <<https://crpmt.org.br/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DÉCIMA NONA REGIÃO. Portal na internet. Aracaju-SE: CRP-19. Disponível em:< <http://www.crp19.org.br/>> Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA VIGÉSIMA REGIÃO. Portal na internet. Amazonas e Roraima: CRP-20. Disponível em: <<https://www.crp20.org.br/>> a Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA VIGÉSIMA PRIMEIRA REGIÃO. Portal na internet. Piauí-PI: CRP-21. Disponível em:< <http://crp21.org.br/>>Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA VIGÉSIMA SEGUNDA REGIÃO. Portal na internet. Maranhão-MA: CRP-22. Disponível em: <<http://www.crpma.org.br/>>Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA VIGÉSIMA TERCEIRA REGIÃO. Portal na internet. Palmas-TO: CRP-23. Disponível em:< <http://crp23.org.br/>>Acesso em: 30 jun.2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA VIGÉSIMA QUARTA REGIÃO. Portal na internet. Rondônia e Acre: CRP-24. Disponível em:< <https://site.cfp.org.br/apaf-aprova-criacao-do-crp-24/>>Acesso em: 30 jun.2021.

FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I., COOK-DANIELS, L., KIM, H. J., EROSHEVA, E. A., EMMET, C. A., HOY-ELLIS, C. P., MURACO, A. Physical and mental health of transgender older adults: An at-risk and underserved population. **The Gerontologist**, 54, 488–500. <<http://dx.doi.org/10.1093/geront/gnt021>>. (2014).

KATZ, J. N. **A invenção da heterossexualidade**. Tradução de C. Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

MILLER, J.; NICHOLS, A. Identity, sexuality and commercial sex among Sri Lankan nachchi. **Sexualities**, 15, 554–569. <<http://dx.doi.org/10.1177/1363460712446120>>. 2012.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. site <<http://saude.gov.br/>> acesso 13 jun.2021.

SANTOS-CERQUEIRA, E.; CALVETTI, P.U.; ROCHA, K.B.; MOURA, A.; BARBOSA, L.H.; HERMEL, J. Percepções de usuários gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, transexuais e travestis do Sistema Único de Saúde. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology** - 2010, Vol. 44, Num. 2, pp. 235-245. (2010).

SCHMIDT, J. Paradise lost? Social change and Fa'afafine in Samoa. **Current Sociology**, 51, 417–432. <<http://dx.doi.org/10.1177/0011392103051003014>>. 2003.

SPENCER, C. **Homossexualidade**: uma história. Tradução de R. M. Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TEIXEIRA, E; GOBBO, R.; SANTOS JUNIOR, A.; DALGALARRONDO, P. Disforia de gênero, readequação sexual e retificação de registro civil: de caso pericial e atualização para fins forenses. **Revista Debates em Psiquiatria**. Jan-Fev. <<http://dx.doi.org/10.25118/2236-918x-9-1-5>>. 2019.

TEIXEIRA-FILHO, F.S.; RONDINI, C.A. Ideações e tentativas de suicídio em adolescentes com práticas sexuais hetero e homoeróticas. **Saude soc.**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 651-667, Sept. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000300011&lng=en&nrm=iso>. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000300011>>. 2012.

WERNER, M.C.M. Superando preconceitos: desafios emocionais para as famílias homoafetivas na criação e desenvolvimento de suas crianças. In: BARR, M. A. (org). **Cuidadores da Primeira Infância**: por uma formação de qualidade. Brasília: Senado Federal; Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz. 2017.



DIALÉTICA
EDITORA

Este livro foi impresso sob demanda, sem estoques. A tecnologia
POD (Print on Demand) utiliza os recursos naturais de forma
racional e inteligente, contribuindo para a preservação da natureza.

"Rico é aquele que sabe ter o suficiente"
(Lao Tze)